



MESTRADO EM ESTUDOS PORTUGUESES MULTIDISCIPLINARES

**Goa na Escrita dos Cronistas: Um Estudo Comparativo Nas Obras de Gaspar Correia e
Fernão Lopes de Castanheda.**

Orientadora: Professora Doutora Ana Paula Avelar

Paulo Sérgio da Cruz Paiva

Aluno n.º 904653

Abril 2026

Agradecimentos

Gostaria, antes de mais, de agradecer a Deus pela força, serenidade e inspiração com que me amparou nos momentos de maior exigência ao longo desta caminhada. Gostaria igualmente de agradecer todo o apoio dado pela Universidade Aberta, nas pessoas da Doutora Ana Paula Avelar, minha orientadora, e da Doutora Carla Almeida, que sempre se mostraram disponíveis para me ajudar a resolver os problemas que foram surgindo ao longo do percurso.

Resumo

A expansão marítima portuguesa dos séculos XV e XVI foi de uma importância crucial na História de Portugal e da Europa. Este período foi marcado por descobertas, conquistas e conflitos. Assim sendo, a literatura histórica produzida durante este período, a cronística, dá-nos a conhecer os principais eventos e personagens desta época.

De entre as inúmeras obras produzidas na época já referida destacam-se duas: as «Lendas da Índia» de Gaspar Correia e a «História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses» de Fernão Lopes de Castanheda. Assim sendo, este estudo propõe-se realizar uma análise comparativa das principais obras dos autores anteriormente referidos, examinando as diferenças e semelhanças no modo como cada um descreve a expansão portuguesa, centrando a atenção numa cidade do Oriente que teve uma grande importância estratégica para o Império português no Oriente: a cidade de Goa.

Consequentemente, como os dois autores fazem uma descrição das atividades e dos acontecimentos relacionados com a presença dos portugueses na Índia, este trabalho realiza um estudo comparativo que pretende analisar como ambos os autores descrevem a história, a administração, as conquistas e todos os desafios enfrentados pelos portugueses nesta região.

Palavras-chave: Goa, Índia, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, cronística, expansão marítima,

Abstract

The Portuguese maritime expansion of the 15th and 16th centuries was of crucial importance in the history of Portugal and Europe. This period was marked by discoveries, conquests, and conflicts. As such, the historical literature produced during this time—known as *chronicles*—provides insight into the main events and figures of the era.

Among the numerous works produced during this period, two stand out: *Lendas da Índia* by Gaspar Correia and *História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses* by Fernão Lopes de Castanheda. Therefore, this study aims to carry out a comparative analysis of the main works of the aforementioned authors, examining the differences and similarities in how each describes the Portuguese expansion, focusing on a city in the East that held great strategic importance for the Portuguese Empire in the Orient: the city of Goa.

Consequently, since both authors describe the activities and events related to the Portuguese presence in India, this work conducts a comparative study that seeks to analyze how both authors portray the history, administration, conquests, and all the challenges faced by the Portuguese in this region.

Keywords: Goa, India, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, chronicles, maritime expansion.

Índice Geral

Introdução	7
1. Estado da arte relativamente à Cronística da Expansão.	9
1.1. A Cronística da Expansão Portuguesa: principais conceitos e características.	9
1.2. Vida e obra de Fernão Lopes de Castanheda.	18
1.3. Vida e obra de Gaspar Correia.	26
1.4. Estudos relevantes e atuais sobre as principais obras de Fernão Lopes de Castanheda e de Gaspar Correia.	38
2. Fernão Lopes de Castanheda: suas narrativas e temas principais.	47
2.1. Fernão Lopes de Castanheda – seu estilo literário.	47
2.2. As expedições portuguesas na Índia: narrativas e relatos.	57
2.3. O relacionamento com os povos nativos: visões e representações.	49
2.4. Os aspetos políticos e militares na obra de Fernão Lopes de Castanheda.	63
3. Gaspar Correia: narrativas e temas principais.	69
3.1. Gaspar Correia – o seu estilo Literário.	69
3.2. As expedições portuguesas na Índia: <i>ficções</i> e relatos.	76
3.3. A interação com os povos indígenas: visões e representações.	82
3.4. Os aspetos políticos e militares na obra de Gaspar Correia.	91
4. Análise comparativa das narrativas relativamente à cidade de Goa.	95
4.1. Semelhanças e diferenças na narração dos acontecimentos históricos relativos a Goa.	96
4.1.1. O nível de precisão e detalhe na descrição da cidade de Goa.	96
4.1.2. Narração da história e da evolução da cidade de Goa.	99
4.1.3. Descrição da economia, rotas marítimas e comércio.	102
4.1.4. Análise do uso de metáforas, imagens, estilo literário e linguagem poética.	105
4.2. Visões e representações dos povos indígenas encontrados em Goa.	109
4.2.1. Descrições das culturas, sociedades, modos de vida e sistemas de crenças nos povos indígenas encontrados.	109
4.2.2. Descrição das autoridades, governadores, líderes religiosos e outros personagens importantes de Goa.	112

4.2.3. Divergências e convergências na narração das interações estabelecidas (conflitos, acordos e negociações entre portugueses e autoridades da cidade de Goa).	116
5. Influências e legado das narrativas de Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia.	121
5.1. O uso de fontes e referências históricas nas suas obras.	121
5.2. Sua influência na historiografia da Expansão Portuguesa.	124
5.3. Receção e impacto das suas obras ao longo dos séculos seguintes.	126
5.4. O legado das suas narrativas para a compreensão da Expansão Portuguesa.	131
6. Conclusão.	134
6.1. Principais conclusões a reter do estudo comparativo das obras analisadas.	134
6.2. Contributos da dissertação para a temática analisada.	137
6.3. Algumas pistas para pesquisas futuras.	138
Bibliografia	140
Anexo I	146
Errata Técnica	149

Introdução

A cidade de Goa, localizada na costa ocidental da Índia, é um cenário de interações complexas e dinâmicas que marcaram profundamente a história da expansão portuguesa no século XVI. Como centro nevrálgico do Estado da Índia, Goa foi um ponto de encontro entre portugueses e populações nativas, refletindo as estruturas políticas, sociais e económicas de um império em expansão. Dois cronistas destacados deste período, Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda, documentaram, em suas obras, representações ricas e detalhadas desse contexto histórico, oferecendo perspectivas distintas, mas complementares. Logo, a escolha de Goa deve-se ao facto desta mesma cidade ocupar um lugar central nas suas narrativas, o que permite uma comparação sólida entre os dois. Além disso a sua importância estratégica faz dela um observatório privilegiado para entender práticas de governo, redes comerciais e contactos culturais.

As crónicas de Correia e Castanheda, marcadas por diferenças estilísticas e de abordagem, são fontes indispensáveis para analisar as interações entre portugueses e as populações locais, assim como para compreender a evolução histórica e simbólica de Goa. Enquanto Castanheda, na sua "História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses", adota um estilo mais sóbrio e estruturado, enfatizando o papel administrativo e estratégico de Goa, Correia, nas "Lendas da Índia", apresenta uma narrativa que privilegia o detalhe e a dimensão visual, explorando as interações culturais e os conflitos subjacentes à presença portuguesa no Oriente. Este estudo tem como objetivo principal realizar uma análise comparativa das representações da cidade de Goa nas obras dos dois cronistas, em particular no que diz respeito às dinâmicas políticas, sociais e económicas que estruturaram a cidade no século XVI. As questões orientadoras incluem: como são descritas as autoridades de Goa em ambas as obras? Quais as diferenças no nível de descrição e detalhe das paisagens urbanas e das estruturas de poder? De que forma as narrativas refletem as interações culturais e os conflitos entre portugueses e povos nativos? Que papel desempenham as metáforas e a linguagem poética na construção destas narrativas? O estudo busca não apenas responder a essas questões, mas também explorar os estilos literários e metodologias de cada cronista, destacando suas convergências e divergências na representação de Goa.

Para atingir esses objetivos, a metodologia adotada baseia-se na análise crítica e comparativa das obras dos dois autores, complementada por uma revisão bibliográfica de estudos prévios sobre a cronística da expansão portuguesa e sobre as figuras de Correia e Castanheda. O trabalho integra abordagens distintas, incluindo a análise literária, para explorar as características estilísticas e simbólicas das narrativas, e a análise historiográfica, para compreender as dimensões factuais e interpretativas presentes nos relatos. Este campo de pesquisa tem vindo a receber crescente atenção, mas os estudos específicos sobre Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda continuam relativamente escassos, sobretudo no que concerne às representações que os mesmos fazem de Goa. Ao contribuir para o preenchimento desta lacuna, esta dissertação insere-se num diálogo mais amplo com a historiografia da expansão portuguesa, oferecendo novas perspetivas sobre as dinâmicas culturais e políticas registadas pelos dois cronistas.

A estrutura desta dissertação foi organizada de modo a refletir o percurso analítico e a articulação entre os diversos temas abordados. No primeiro capítulo começa por introduzir-se uma análise do conceito de *Cronística da Expansão Portuguesa* seguida de uma apresentação dos acontecimentos mais importantes da vida e obra dos dois cronistas em estudo. Neste capítulo faz-se ainda uma descrição dos estudos considerados mais relevantes sobre as principais obras de Fernão Lopes de Castanheda e de Gaspar Correia.

O segundo e terceiro capítulos aprofundam os principais temas e narrativas de cada autor, incluindo as expedições portuguesas, as interações com os povos nativos e as estruturas de poder.

Já no quarto capítulo realiza-se uma análise comparativa das narrativas dos dois autores em estudo, centrando a atenção na cidade de Goa, dando-se particular atenção às semelhanças e diferenças na narração dos acontecimentos históricos relativos a Goa e às visões e representações dos povos indígenas encontrados em Goa.

No quinto capítulo destaca-se a influência e o legado das narrativas de Fernão Lopes de Castanheda e de Gaspar Correia realizando-se uma análise ao uso de fontes e referências históricas nas suas obras, assim como à sua influência na Historiografia da Expansão Portuguesa, à receção e impacto destas ao longo dos séculos seguintes.

Por fim, no capítulo 6 apresentam-se as principais conclusões e ideias a reter da investigação em curso, a sua contribuição para a temática em estudo e ainda se fazem algumas sugestões para pesquisas futuras.

1. Estado da arte relativamente à Cronística da Expansão.

1.1. A Cronística da Expansão Portuguesa: principais conceitos e características.

A Cronística da Expansão Portuguesa é um género literário que aparece durante o período dos Descobrimentos, quando Portugal se coloca à frente das outras nações na exploração de um mundo desconhecido até ali, criando assim, nas palavras de Roger Crowley¹, «o primeiro Império Global». Consequentemente, este género literário é caracterizado pela narração de eventos históricos, com um propósito político e religioso visando justificar a expansão portuguesa, denotando-se quase sempre a missão civilizadora e cristianizadora de Portugal. Logo, a cronística da expansão portuguesa revela-se como um elemento fundamental para entender as dinâmicas históricas do período em estudo. Por outro lado, podemos referir que estamos perante narrativas oficiais, escritas por cronistas oficiais, que seguiam uma determinada estrutura formal e detalhada e que colocavam sempre ênfase nas conquistas, batalhas e na administração dos novos territórios, com um tom muitas vezes heroico e celebratório que obscurecia os aspetos mais complexos das conquistas, como os conflitos e as resistências locais, revelando um viés estratégico na escolha dos eventos e personagens a serem retratados.

Contudo, existem autores que usam o conceito mais abrangente de *Literatura de Viagens*, considerando a *Cronística da Expansão* como se fosse um dos seus subgéneros. No entanto, a *Cronística da Expansão* e a *Literatura de Viagens* são dois conceitos distintos, embora ambos estejam relacionados com a narração de viagens e descobertas, especialmente durante os séculos XVI e XVII. Assim, a *Literatura de Viagens*, sendo um conceito mais amplo e diversificado inclui relatos de viagens escritos por exploradores, comerciantes, missionários, e outros viajantes que podem abranger desde descrições

¹ Cf. Crowley, Roger, *Conquistadores – Como Portugal Criou O Primeiro Império Global*, Editorial Presença, 2016

pormenorizadas de paisagens e culturas até reflexões pessoais e filosóficas sobre as experiências de viagem. Estamos, pois, perante um género literário onde encontramos uma diversidade de autores e propósitos, que podem ir desde a curiosidade científica, à exploração comercial até à busca espiritual. Por outro lado, muitas vezes, a atenção principal centra-se nas experiências e percepções pessoais do viajante, oferecendo uma visão mais íntima e individual das viagens, usando-se um estilo narrativo variado que inclui relatos factuais e descritivos ou textos mais literários e subjetivos.

É Maria Leonor Carvalhão Buescu, que ao optar por designar o género literário em estudo nesta tese, *Cronística da Expansão*, por um conceito mais amplo - *Literatura de Viagens* - que acaba por concluir que este «*forma um corpo literário altamente problemático em termos genológicos*²», uma vez que abrange uma variedade muito grande de tipologias textuais que podem apresentar várias formas de narratividade: Diário de Bordo, Roteiro, Relaçam, Enformaçam, Carta, Tratado, Crónica e até Vocabulário, Léxico e Glossário. Esta autora chama ainda a atenção para o facto do discurso da *Literatura de Viagens* envolver «*outros códigos, nomeadamente «a vista e o ouvido: o som de instrumentos, das gaitas, dos sinos, da artilharia, dos atabaques, dos tambores e da voz inarticulada ou não, da grita, da vozeria e matinada, dos brados*». Cabe também referir a importância desempenhada pela linguagem gestual «*que vai desde os sinais [...] até modelos particulares de determinado grupo ou sociedade*³.

Em resumo, podemos afirmar que enquanto a *Cronística da Expansão* é mais formal e institucional, focada na documentação e legitimação das conquistas portuguesas, a *Literatura de Viagens* é mais diversificada e pessoal, explorando uma ampla gama de experiências e perspetivas de viagem.

Não nos vamos alongar mais nesta problemática, uma vez que não é o tema central do nosso estudo, adotando a partir de agora o conceito de *Cronística da Expansão* que de acordo com Ana Paula Avelar, serviu dois objetivos principais: contribuir para a formação dos príncipes da época e legitimar a presença portuguesa noutros espaços fora da Europa⁴.

² Cf. Buescu, Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Literatura Portuguesa Clássica*, Universidade Aberta, 1992, pág. 117

³ Ibidem, pp. 117.

⁴ Cf. *A cronística portuguesa da Expansão - Modelos e práticas discursivas - Narrativas de um Poder em Questão*. Disponível em repositorioaberto.uab.pt [consultado em 22/07/2024]

Assim, os cronistas do século XVI, apresentam-nos o conceito de reino como se este fosse um corpo, sendo o príncipe a cabeça desse mesmo corpo, ficando a sua saúde e harmonia dependente da boa articulação entre as partes. Este conceito é muito habitual nos estados da Europa daquele período e defendido pela Cronística da Expansão⁵.

É Castanheda, que logo no *Prologo* do primeiro livro da sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* afirma que «a História convém aos príncipes mais que aos outros homens (...) porque qualquer homem privado que faça um erro não he nada pois não dana mais que a si mesmo, e hum princepe se ho faz dana a todos os que tem debaixo de sua governança(...)»⁶ Ainda mais à frente, já no *Prologo* do segundo livro, o cronista esclarece que é a origem natural que diz ao Rei aqueles que serão os seus mais fieis vassalos⁷.

Contudo, houve cronistas, tais como João de Barros, que defendeu a História como uma lição que deve ser apreendida pelos homens, «*pois sem esta os homens (...) tinham entendimento de meninos. Porque como estes confusamente recebem o objecto de qualquer coisa que vem, e a todo homem chamam pai, por nam terem noticia perfecta pera distinguir qual e o seu proprio: assi os que carecem do conhecimento da historia, estão postos em vida de confusão*»⁸. Assim sendo, como Ana Paula Avelar refere, a História, para os cronistas da expansão, «*para além de ser um guia moral, visto ensinar pelo exemplo, a História funciona como estratégia de legitimação do poder: a sua escrita expõe a casa do Rei. A cronística régia, deste modo, tem essa função*».

Ainda esta mesma investigadora, no seu livro *Veredas da Modernidade – Escrevendo o Mundo no Portugal de Quinhentos*, chama-nos à atenção de que a escrita da História deste período histórico se pode dividir em duas tipologias: a *Historiografia reinícola* e a *Historiografia sobre o Império*. Dentro da primeira, ela inclui as crónicas régias que «*subscrevendo um programa de legitimação, oficia uma sucessão dinástica, validando-a*

⁵ Cf. *Ibidem*

⁶ Cf. Castanheda, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello e Irmão, 1979, I, p.3.

⁷ É na *Prologo* do seu segundo livro que este cronista (Castanheda) refere que os bons vassalos serão aqueles que «*ao conhecer os bons feitos praticados, e os seus autores, seus filhos que hão-de ser parecidos com seus pais, o servirão bem*».

⁸ Cf. João de Barros, *Asia... Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente - Terceira Decada*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992, prologo.

através da História». Dentro desta tipologia podem ser integrados autores, tais como Fernão Lopes e Gomes Eanes de Zurara, embora o primeiro se possa incluir na *cronística régia* e o segundo na *cronística da expansão*. Já dentro da segunda tipologia (*Historiografia sobre o Império*) incluem-se a cronística da Expansão e Histórias Gerais sobre o Império (Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia); a cronística biográfica (Brás de Albuquerque, *Comentários do Grande Albuquerque*); os discursos memorativos (Martim Afonso de Sousa com a sua *Memória*); as digressões autorais (textos de Tomé Pires, Duarte Barbosa e Ludovico Varthema) e a epistolografia (Cartas ânuas)⁹.

Assim sendo, a crónica régia debruçando-se sobre a figura de um rei descreve os acontecimentos do seu reinado, elaborando a sua biografia desde o momento em que este subiu ao trono até à sua morte. O governo do reino e a forma como este atua é o principal objetivo de todo o discurso, fazendo a apologia de um Monarca e a sua legitimação.

Por seu turno, os autores cujas obras se enquadram na cronística da expansão atravessam sempre vários reinados. Assim, apesar da figura do Rei se apresentar como titular da História, o espaço é diferente do da biografia real, integrando períodos temporais que abarcam vários reinados. O espaço é agora o da conquista e permanência de Portugal fora da Europa, de um modo particular o Oriente.

Se quisermos apresentar exemplos de cronistas da expansão do século XVI, cujas obras refletem um discurso de legitimação da presença portuguesa noutros espaços extraeuropeus, podemos apresentar Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia.

Assim sendo, através de uma análise das obras de Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia, explora-se a construção da memória coletiva, as interações culturais e as estratégias administrativas em Goa, destacando aspetos como a vida e a obra dos cronistas, seus estilos narrativos e as temáticas centrais em suas crónicas. Este exame permite não apenas a legitimação das ações portuguesas, mas também a compreensão das complexidades e contradições que marcaram a presença colonial no Oriente.

O primeiro cronista, Castanheda, além de apresentar o discurso histórico como instrumento da memória, também considera os feitos dos portugueses maiores que os dos

⁹ Cf. Avelar, Ana Paula Menino, *Veredas da Modernidade – Escrevendo o Mundo no Portugal de Quinhentos*, Edições Colibri, 2022

Gregos, Romanos e Bárbaros, sobretudo no que se refere à descoberta do caminho marítimo para a Índia e sua conquista. Esta ideia é por ele bem expressa, logo no *Prologo* do primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*¹⁰

Já Gaspar Correia no *Prologo* das *Lendas da Índia* faz o cruzamento de duas tipologias textuais, a *cronística real* e a *cronística da Expansão*: « (...) Eu, o somenos de todos que cousas alheias memoraram, com meu fraco e rudo entendimento me inclinou o desejo para escrever e memorar as cousas da India (...) E quiz tomar este trabalho a mim tão escusado, nascido da ociosidade, pois na grande Chronica do Excellentissimo Rey Dom Manuel, que a India mandou descubrir, e do exclarecido Principe Dom João nosso Senhor, sucessor em sua gloria, em tanta perfeição serão recontadas, e escritas em tanta perfeição»¹¹.

Quanto ao modelo seguido pelas crónicas da expansão, nomeadamente quanto àquele que é seguido pelos dois cronistas em estudo, Castanheda e Correia, podemos afirmar que tudo começa pela viagem de Vasco da Gama para a Índia e prolonga-se até ao momento em que os autores escrevem as suas obras. Assim, Castanheda termina a sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* no seu décimo livro, no governo de D. João de Castro, ainda que se saiba que nem todos os livros tenham sido impressos. Quanto a Gaspar Correia, nas suas *Lendas da Índia* faz uma descrição dos diferentes governos e vice-reinados até D. Jorge Cabral. Podemos ainda acrescentar, apesar de este cronista não ser objeto de estudo nesta tese de mestrado, é João de Barros que na sua *Ásia...* descreve os feitos dos Portugueses expressos no descobrimento de terras e conquista dos mares até 1539. Todos os cronistas referidos anteriormente seguem uma matriz clássica, tendo a década como unidade de tempo.

Assim, pode começar por concluir-se que este género literário foi determinante para a construção do ideal de império português e apresenta a expansão marítima como uma busca por terras desconhecidas e rotas comerciais de carácter globalizante. Ana Paula

¹⁰ Cf. Fernão Lopes de Castanheda, op. cit., I, p.4: «(...) porque as suas conquistas foram todas por terra, assim como a de Semiramis, de Ciro, de Xerxes, do grande Alexandre, de Julio Cesar (...) e a da India foi feita por mar e por vossos capitães, e com navegação de um ano e de oito meses e de seis ou menos: não a vista de terra senão afastados trezentas e seiscentas linguas partindo do fim do Ocidente e navegando até o do Oriente sem verem mais que água e céu, rodeando toda a esfera, cousa nunca cometida dos mortais, nem imaginada para o fazer.»

¹¹ Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello e Irmão, 1979, I, p.1.

Avelar,¹² argumenta que a memória coletiva foi moldada estrategicamente por essas narrativas, enfatizando conquistas enquanto silenciava fracassos e resistências. Correia e Castanheda, cada qual com sua abordagem distintiva, contribuíram para essa construção seletiva da memória imperial. Correia, por exemplo, incorporou relatos orais na sua obra, conferindo-lhe um caráter híbrido entre história e memória, enquanto Castanheda adotou uma abordagem mais documental e empírica. Essa diferença metodológica ressalta como ambos os cronistas, apesar de compartilharem a mesma missão de registrar eventos históricos relevantes, tinham estilos distintos que refletiam diversas formas de interpretar e relatar a realidade.

Além disso, tal como já foi referido anteriormente, a Cronística da Expansão Portuguesa apresentava o reino como um corpo dirigido por um rei, sendo ele a cabeça, servindo-se por sua vez da História como um meio de conhecer o passado a fim de evitar cometer erros na governação do presente. Aliás, esta perspetiva da *leitura* da História está patente no discurso da Cronística da Expansão. Os exemplos mais concretos da ideia expressa anteriormente, podemos encontrá-los em Fernão Lopes de Castanheda na sua obra *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*¹³, tal como em João de Barros na sua *Ásia ... dos feitos que os portugueses fizeram em terras e mares do Oriente*, ou mesmo em Gaspar Correia nas suas *Lendas da Índia*. As obras desses mesmos cronistas também abordaram de forma detalhada as mudanças geopolíticas e estratégias da expansão, estabelecendo uma relação intrínseca entre a cronística e a legitimação política e militar do domínio português. Teixeira evidencia que essas narrativas ofereceram visões sobre as rivalidades regionais e os impactos do domínio português no Índico, destacando a complexidade das interações entre as potências locais e os interesses europeus. No

¹² Cf. Avelar, A. P. (2001). Do discurrer da memória nas histórias da expansão. Discursos. Língua, Cultura e Sociedade, III, 141-150.

<https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4154/1/Ana%20Paula%20Avelar.pdf> (consultado em 15-12-2024)

¹³ Se consultarmos o *Prologo* da obra *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, ele chama a atenção da importância que os príncipes deveriam dar ao conhecimento da História, pois seria um auxiliar precioso para os mesmos na tomada de decisões durante a sua governação, já que através do conhecimento dos acontecimentos e eventos passados evitariam erros que iriam afetar a vida de todos os seus súbditos, dando o exemplo da importância que os Gregos, Latinos e Bárbaros davam à leitura de histórias.

entanto, o foco excessivo na glória imperial frequentemente negligenciou os desafios enfrentados, como as dificuldades de adaptação e as formas de resistência local.

Por outro lado, a cronística frequentemente transcendeu o seu papel documental, utilizando elementos literários como metáforas e descrições poéticas para intensificar o impacto emocional das narrativas. Correia e Castanheda exploraram essas técnicas de maneiras diferentes, mas ambos empregaram estratégias estilísticas que reforçavam a exaltação da presença portuguesa. Ao mesmo tempo, tal abordagem literária pode ser criticada por obscurecer os limites entre história e ficção, tornando essencial uma leitura crítica e contextualizada desses textos.

A crítica contemporânea reconhece que muitas dessas narrativas estavam profundamente marcadas por um viés eurocêntrico, que frequentemente subestimava ou distorcia as culturas e dinâmicas dos povos nativos. Esse viés não apenas glorificava a atuação portuguesa, mas também perpetuava estereótipos que moldaram a percepção ocidental sobre as sociedades asiáticas. Com isso, torna-se evidente a necessidade de desconstruir e reinterpretar essas narrativas, buscando compreender as suas limitações e identificar as contribuições culturais e históricas dos povos que foram objeto dessas narrativas.

A introdução da imprensa no século XVI foi um marco significativo para a expansão do alcance da cronística, consolidando a arte da memória como um elemento crucial na legitimação do império. Como destaca Avelar¹⁴, a imprensa possibilitou que narrativas como as de Castanheda e Correia fossem amplamente difundidas, amplificando seu impacto político e cultural. Entretanto, essa amplificação também reforçou a exclusão de perspectivas alternativas, como as de povos nativos e grupos marginalizados, que tiveram suas vozes silenciadas ou distorcidas nas crônicas oficiais.

Embora a cronística tenha sido dominada por narrativas masculinas, Gonçalves sublinha que a invisibilidade do papel feminino nos relatos não corresponde à realidade histórica. As mulheres, ainda que em menor número, também participaram ativamente do contexto da expansão marítima, seja em posições de apoio ou em funções essenciais pouco registadas.

¹⁴ Cf. AVELAR, A. P. (2001) - «*Do discorrer da memória nas histórias da expansão*», "Discursos: língua, cultura e sociedade", nº3 (jun. 2001), p. 143-150.

Link: <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4154/1/Ana%20Paula%20Avelar.pdf>

Essa invisibilidade histórica reflete as dinâmicas patriarcais da época, mas desafia a historiografia moderna a reconhecer as suas contribuições para uma compreensão mais inclusiva e abrangente do período¹⁵.

Podemos ainda, através da análise de obras que se enquadram neste género literário, delinear algumas das suas principais características. Em primeiro lugar, a *Cronística da Expansão* é uma forma de narrativa histórica, pois descreve os eventos tal como eles aconteceram, muitas vezes narrados na primeira pessoa, uma vez que os cronistas frequentemente participam e testemunham os eventos que descrevem. No entanto, «a imagem do oriente indiano surge marcada pela aliança profunda entre o exótico e o fantástico, por vezes representado como verídico»¹⁶. No caso das obras dos dois cronistas que servem de base ao nosso estudo, Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda, ambos andaram pela Índia, embora o primeiro seja aquele que mais tempo passou no Oriente (cerca de 52 anos)¹⁷. Já João de Barros, como nunca esteve no Oriente, usou como fontes da sua escrita documentos de arquivo e os relatos dos marinheiros que ia ouvindo durante a sua estadia na Casa da Índia.

A segunda característica da *Cronística da Expansão* é o foco que esta coloca na Expansão Marítima e o estilo descritivo que os cronistas portugueses apresentam nas suas obras, pois esta narra as viagens de descoberta, as conquistas territoriais, as paisagens, as pessoas e as culturas que os navegadores portugueses iam encontrando no novo mundo que iam encontrando, de um modo particular no Oriente, capturando a atmosfera das novas terras, o impacto que estas tinham nos navegadores e marinheiros portugueses, os encontros com

¹⁵ Cf. Gonçalves, M. C. (2024). *A mulher no mar: a presença feminina a bordo na expansão marítima portuguesa* [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora].

Link: https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/37090/1/Mestrado-Historia_Social-Mariana_Caldeira_Goncalves-.pdf

¹⁶ In *Figurações da alteridade na Cronística da Expansão*, Universidade Aberta, 2003

¹⁷ O primeiro livro da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* narra o curso da Expansão Portuguesa dos anos de 1497 a 1505. No segundo livro, o cronista debruça-se sobre o governo do 1º vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida (1505-1509). No terceiro livro, analisa o governo de Afonso de Albuquerque (1509-1515) e no quarto livro narra o governo de Lopo Soares (1515-1518). No quinto livro descreve-nos o governo de Diogo Lopes de Sequeira (1518-1521), e, no sexto livro, debruça-se sobre os governos de D. Duarte de Meneses (1521-1524), D. Vasco da Gama (1524) e D. Henrique de Meneses (1524-1526). No sétimo livro, Fernão Lopes de Castanheda aborda o governo de Lopo Vaz de Sampaio (1526-1528), e, no último livro, trata o governo daquele que foi sem dúvida o seu protetor, Nuno da Cunha (1528-1538).

outros povos e outras culturas, as rotas comerciais, os perigos enfrentados no mar e as técnicas de navegação, sendo todas estas temáticas apresentadas como aventuras heroicas.

Uma terceira característica que pode ser apontada à Cronística da Expansão é a propaganda imperial que esta faz e que glorifica os feitos dos navegadores portugueses, chegando ao ponto de apresentar a expansão marítima portuguesa como uma missão divina, glorificando o império português e a importância desempenhada na cristianização e na “civilização” dos novos povos encontrados. Características humanas, tais como, a coragem e a destreza dos navegadores portugueses são enaltecidas, assim como os ideais de legitimidade e grandeza do império português.

Por fim, apesar dos cronistas da Expansão Portuguesa se esforçarem por darem um rigor histórico aos acontecimentos narrados, muitas das vezes incluíram nas suas obras a descrição de elementos fantásticos. Assim, é muito habitual encontrarmos monstros marinhos, especiarias, terras míticas e povos exóticos como objeto temático das obras incluídas na cronística do século XVI. Todas as descrições dos elementos enumerados na frase anterior serviam para fascinar e atrair a atenção dos leitores europeus da época, que possuíam um conhecimento muito reduzido sobre tudo o que dizia respeito a essas terras distantes. Desta forma, pode afirmar-se que a cronística da expansão portuguesa se consolidou, portanto, como um instrumento multifacetado, servindo simultaneamente para registar eventos históricos e construir um imaginário imperial que perdurou como ferramenta política e cultural. Apesar de sua importância para a historiografia, ela deve ser analisada criticamente para que se possa compreender plenamente sua complexidade e as suas implicações ideológicas. Com isso, as obras de Castanheda e Correia permanecem como fontes indispensáveis para o estudo da expansão portuguesa, mas também como testemunhos que refletem os tensionamentos entre documentação histórica e propaganda imperial.

Resumindo e concluindo: pode afirmar-se que há três conceitos centrais presentes na Cronística da Expansão Portuguesa: a ideia de descoberta, a noção de império e a crença na missão civilizadora de Portugal. Assim, a cronística teve um papel crucial na formação da identidade nacional portuguesa e até aos nossos dias continua a ser uma fonte importantíssima de informação sobre este período grandioso da história.

1.2. Vida e obra de Fernão Lopes de Castanheda.

Antes de fazer uma breve e resumida descrição da vida e obra de um dos autores estudados nesta tese, convém referir que este capítulo terá na sua base a leitura e análise de dois documentos centrais sobre esta temática: a *Introdução* elaborada por M. Lopes de Almeida para a edição da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, levada a cabo pela editora Lello & Irmão – Editores, em 1979 e o artigo digital da *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (EVE)*, publicado em 2019, da autoria Ana Paula M. Avelar¹⁸.

Deste modo, pode começar por afirmar-se que do autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* sabe-se muito pouco, sobretudo no que diz respeito à sua biografia. Os documentos mais reveladores da fase final da sua vida podemos encontrá-los nas notas pessoais da sua vida presentes nos prólogos da sua principal obra, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, e nalgumas notas muito vagas e dispersas nos livros VII e VIII da mesma obra. Estes apontamentos correspondem precisamente à narração dos acontecimentos testemunhados por Castanheda, sendo este um elemento participante dos mesmos.

Assim sendo, Fernão Lopes de Castanheda terá nascido em Santarém, pelo menos é o que afirma Barbosa Machado, bibliógrafo setecentista. Também se pensa que Castanheda será filho de uma relação extramatrimonial do seu pai, o licenciado Lopo Fernandes de Castanheda que terá exercido a função de magistrado judicial nos inícios do século XVI. Efetivamente, sabe-se que foi nomeado pelo rei D. Manuel, a 15 de janeiro de 1502, juiz de fora de Estremoz, tendo no ano seguinte passado a exercer a mesma função na cidade de Coimbra, onde terá proferido a oração de Boas Vindas a D. Manuel e D. Maria. Uns anos mais tarde, em Santarém, também foi ele que leu, em 1525, a oração em louvor de D. João III e D. Catarina. Nesta mesma cidade Lopo Fernandes de Castanheda conviveu com o humanista Cataldo Sículo, que viera para Portugal, em 1485, a convite de D. João II, para exercer o cargo de professor do príncipe herdeiro D. Afonso.

¹⁸ Cf. a Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (EVE) em <https://eve.fcsh.unl.pt/pt/pessoas/fernao-lopes-de-castanheda> (Consultado em 12-02-2024).

Porém, já em 27 de agosto de 1509, o magistrado queixava-se ao rei D. Manuel das deslocações frequentes que tinha de fazer no exercício das suas funções e de como estas prejudicavam e originavam o descontentamento da sua esposa e filhos. Como não foi atendido nas suas pretensões, ele foi insistindo através de novas cartas e pessoalmente junto do rei.

Contudo, ao findar o primeiro quartel do século XVI, Lopo Fernandes de Castanheda não disfrutaria de muitos bens para poder sustentar a sua numerosa família. Será este o motivo que o fará embarcar na armada do governador Nuno da Cunha para a Índia, no dia 18 de abril de 1528, com o objetivo de ocupar o cargo de ouvidor da cidade de Goa¹⁹. Será nesta mesma armada que seguirá o seu filho Fernão Lopes de Castanheda e um sobrinho por afinidade, Amador Leitão.

A partir daqui iremos, então, ocupar-nos da descrição dos episódios mais significativos da vida e obra de Castanheda, dando-se destaque naquela parte da sua vida que mais nos interessa, a da sua presença na Índia.

Assim, Fernão Lopes de Castanheda, quando saiu de Lisboa a 18 de abril de 1528, rumo à Índia, já seria um homem feito, embora ainda jovem. Este ia a bordo da nau de António Saldanha, fazendo esta parte da armada do governador Nuno da Cunha. Nessa mesma armada seguia também o seu primo Amador Leitão.

Voltando ainda às investigações levadas a cabo pelo bibliógrafo Barbosa Machado, existem provas documentais de que este terá entrado na Religião Dominicana, embora não tenha sido por muito tempo. No entanto, não podemos saber se a interrupção dos seus estudos quando embarcou para a Índia com o seu pai se Fernão Lopes de Castanheda frequentaria nessa altura o Estudo Geral de Lisboa, a Universidade ou o estudo dos Dominicanos para seguir uma carreira eclesiástica. O que apenas podemos concluir pelas suas citações de autores clássicos, Cícero e Tito Lívio por exemplo, nas suas obras é que ele

¹⁹ Cf. o Prólogo do Livro I da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda, onde este refere que o seu pai, o licenciado Lopo Fernandez de Castanheda, «foi o primeiro ouvidor da cidade de Goa». Também no livro VIII, capítulo XXVI, Castanheda escreve que o Governador Nuno da Cunha, no inverno de 1530, «...deu ouvidoria geral da Índia ao Licenciado Lopo Fernandez de Castanheda meu pay ouvidor de Goa, & por sua industria crecerão as rendas de Goa vil mil pardaos...».

tinha uma boa formação na área das Humanidades que terá adquirido pela frequência de algum curso de Artes.

A viagem até à Índia de Fernão Lopes de Castanheda não terá sido fácil, tendo passado por todos os perigos e peripécias que esta aventura representava naquela época. Assim sendo, apesar das tempestades e do naufrágio do galeão de Bernardim da Silveira, a nau de António Saldanha, onde seguiam os Castanhedas, chegou à Índia a 24 de outubro de 1528. Em Mombaça, Nuno da Cunha ainda ficou retido, devido às monções, tendo aí ficado até março de 1529, tendo chegado a Goa em outubro onde deu ordem de prisão ao governador cessante Lopo Vaz de Sampaio. Se se quiser saber com algum pormenor todas as dificuldades passadas poderá consultar-se de um modo particular o livro VII, capítulo LXXXVI, da sua *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. Para além de chamar à atenção de todas as peripécias da viagem a bordo da nau de António Saldanha, faz ainda uma descrição do descontentamento que presenciou em Cananor, desencadeado pela prisão de Lopo Vaz de Sampaio, a mando do rei de Portugal, chamando a atenção para os documentos que viu e que comprovam os factos narrados, e todos os participantes na ação que conheceu. Estes testemunhos mostram o seu envolvimento no dia a dia de Goa e num dos principais objetivos da ação governativa de Nuno da Cunha a tomada de Diu, praça que era fundamental no controlo das rotas do Índico e que continuava a resistir ao domínio português naquele espaço.

Em 1531, Castanheda acompanhou o governador na tentativa de conquista de Diu. Ainda que discretamente expõe a sua presença durante os combates, chamando à atenção para os confrontos desencadeados nas várias frentes, assinalando, por exemplo, o fumo que saía dos focos de incêndio provocados pela artilharia portuguesa. Nesta batalha encontrava-se também Gaspar Correia, autor das *Lendas da Índia*. Apesar de Fernão Lopes de Castanheda mencionar aqueles que percorreram e escreveram sobre o espaço asiático, como Duarte Barbosa, Tomé Pires ou Francisco Álvares, não aparecem referências na sua obra a João de Barros ou a Gaspar Correia. Com efeito, também estes não o referem nas suas obras sobre a Expansão, respetivamente, *Ásia...* e *Lendas da Índia*.

D. João III viria a recompensar um desejo que tinha que consistia na escrita de uma História sobre o domínio português no espaço extraeuropeu. De facto, há muito que a coroa

portuguesa tinha como objetivo a elaboração de uma História da Expansão portuguesa. Segundo refere João de Barros, no prólogo da Primeira Década da Ásia..., tanto D. Manuel como D. João III tinham enviado missivas a D. Francisco de Almeida, primeiro vice-rei da Índia, a Afonso de Albuquerque que lhe sucedera, e a Nuno da Cunha, pedindo que lhe fossem enviadas informações pormenorizadas sobre o que acontecia no Oriente de forma a se cumprir tal objetivo. É curioso o facto de o pedido feito por D. João III a Nuno da Cunha datar de 1531, precisamente quando este tentava tomar Diu.

É, pois, neste contexto que aparece *A História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* tendo sido a primeira crónica da Expansão a ser impressa traduzida ainda em Quinhentos para a língua francesa, castelhana, italiana, alemã e inglesa. Todavia, só a 6 de março de 1551 é impresso, em Coimbra, o primeiro livro *da História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, que começa por narrar os primeiros anos da presença portuguesa na Índia até ao ano de 1505, antecedendo as outras Histórias da Expansão. Este livro é oferecido a D. João III que logo toma sob sua proteção Fernão Lopes de Castanheda e a sua obra, tendo-lhe concedido, em 1552, o privilégio de auferir dos rendimentos provenientes da impressão e venda dos seus livros.

Castanheda, provavelmente, terá permanecido na Índia cerca de dez anos, ou seja, até ao final do governo de Nuno da Cunha que viria a ser substituído em setembro de 1538 pelo vice-rei D. Garcia de Noronha. Nuno da Cunha terá partido de Cochim em janeiro de 1539, falecendo a caminho de Portugal a 5 de março do mesmo ano. De acordo com Diogo do Couto, Castanheda terá percorrido vários espaços da Ásia, tendo regressado a Portugal cerca de seis anos após a partida de seu pai para Portugal, em 1532. No Oriente tomou contacto com as realidades económicas, sociais políticas e culturais que foi descrevendo nos 10 livros da sua História.

De regresso à metrópole, Fernão Lopes de Castanheda terá ingressado na Universidade de Coimbra, sendo nomeado por D. João III, bedel da Faculdade das Artes, a 25 de setembro de 1545. Esta função tinha várias atribuições, nomeadamente, acompanhar o dia-a-dia da faculdade, matriculando os estudantes; estar presente nos vários Atos, anunciar a eleição do Reitor e outros dirigentes da Instituição e acompanhar o andamento das várias aulas.

Dois meses mais tarde foi nomeado guarda do Cartório da Universidade e da livraria, tendo como responsabilidades arquivar a documentação e a entrega dos livros para leitura a quem o requeresse. Para além de se certificar de que os livros eram corretamente manuseados, também tinha de entregar o material de tipografia aos impressores, dando conta da sua manutenção. Esta sua ligação aos impressores possibilitou a impressão do 1º livro da História, assim como a saída dos restantes após a autorização do rei. Em 1552 é editado o 2º livro, onde faz uma descrição do governo do 1º vice-reinado, o de D. Francisco de Almeida, e o 3º livro abordando o governo de Afonso de Albuquerque. Já o 4º e 5º livros são impressos conjuntamente em 1553: o primeiro descreve o governo de Lopo Soares de Albergaria, e o segundo trata o de D. Diogo Lopes Sequeira. Em 1554 volta a ser impresso o 1º Livro da História. Ainda em 1554 saiu o 6º livro abordando os governos de D. Duarte de Meneses, D. Vasco da Gama e D. Henrique de Meneses, e foi impresso o 7º livro descrevendo o governo de Lopo Vaz de Sampaio. Já após a morte do historiador os seus filhos acompanharam a impressão do 8º livro onde são descritos os acontecimentos ocorridos sob o governo de Nuno da Cunha. Tanto o 9º quanto o 10º livro teriam sido retirados de circulação. São apenas conhecidos alguns capítulos do 9º livro que o padre Gian Pietro Maffei terá mandado copiar em Lisboa para se servir deles na sua História sobre a presença portuguesa no Oriente.

De assinalar ainda que Fernão Lopes de Castanheda conviveu com os mestres que sempre admirou e chegou a mencionar na sua História, tais como o poeta Sá Miranda, ou o humanista Nicolau Grouchy, que traduziu para francês o 1º livro da sua *História*... . Fernão Lopes de Castanheda faleceu a 23 de março de 1559. De acordo com o biógrafo, Barbosa Machado, terá sido sepultado na igreja paroquial de S. Pedro de Coimbra, paredes meias com o edifício da velha Universidade.

Relativamente à obra deste cronista terão de se destacar alguns aspetos importantes que nos parágrafos seguintes se passarão a descrever.

Assim, em primeiro lugar, temos de destacar a sua experiência de aproximadamente dez anos na Índia, pois este evento foi transformador tanto para a sua vida pessoal quanto para a sua produção literária. Nesse período, Castanheda testemunhou diretamente os processos políticos e militares que marcaram a presença portuguesa no Oriente, vivência

que proporcionou à sua obra um nível singular de minúcia e autenticidade. Este testemunho direto está refletido na sua obra principal, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, que se destaca pela riqueza de detalhes obtidos através de sua observação em primeira mão²⁰. Logo, pode afirmar-se que Castanheda inseriu-se na tradição cronística da expansão portuguesa, que buscava construir uma memória coletiva legitimadora das ações portuguesas no Oriente. No entanto, ele conseguiu diferenciar-se de outros cronistas ao unir uma narrativa acessível com uma abordagem mais empírica, baseada nas suas próprias experiências e observações. Essa combinação resultou numa obra que não apenas serviu para a exaltação do Império Português, mas também forneceu um registo detalhado e multifacetado das interações entre portugueses e as populações locais²¹.

A publicação da sua obra, dividida em oito livros e lançada entre 1551 e 1561, consolidou Castanheda como um dos principais cronistas de seu tempo. Contudo, isso não ocorreu sem controvérsias. A sua abordagem, que em algumas passagens se distanciava da propaganda oficial, chegou a incluir críticas veladas às políticas portuguesas no Oriente, conferindo-lhe um caráter crítico que era raro entre os cronistas do período. Essa característica destaca-se como um dos elementos que contribuem para a relevância histórica e literária de sua obra. O valor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* reside em sua criteriosa estrutura cronológica e temática. A obra documenta episódios centrais das primeiras décadas da presença portuguesa na Índia, como a conquista de Goa e as ações de figuras emblemáticas como Afonso de Albuquerque e Nuno da Cunha. Castanheda não limitou sua narrativa a feitos heroicos, mas incluiu análises detalhadas de questões estratégicas, políticas, económicas e culturais, ampliando a compreensão do impacto das ações portuguesas no Oriente²².

A singularidade da obra de Castanheda consiste na sua habilidade de integrar diferentes tipos de fontes, combinando relatórios militares oficiais com as suas próprias

²⁰ Cf. AVELAR, Ana Paula, – O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: do Encontro e da Conquista. Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 5 (dezembro 2023); pag.41 a 51; <https://doi.org/10.56092/OTCE9361> (consultado em 23-11-2024)

²¹ ibidem

²² Ibidem

observações de campo. Essa metodologia não apenas conferiu credibilidade ao texto, mas também garantiu uma profundidade analítica que o distingue de outros cronistas. Ele conseguiu oferecer uma visão multifacetada, que abrange desde operações militares até a dinâmicas sociais locais, enriquecendo a historiografia da expansão portuguesa. Apesar de sua linguagem frequentemente objetiva e factual, Castanheda não esconde os desafios enfrentados pelos portugueses na Índia, incluindo tensões internas e resistências locais em Goa. Essa abordagem equilibrada, que não ignora as dificuldades, aumenta a credibilidade de suas narrativas e contrasta com o tom propagandístico predominante na crônica da época. Contudo, esse equilíbrio narrativo não dilui o propósito central de sua obra: legitimar a presença portuguesa no Oriente²³.

A vivência direta de Castanheda na Índia foi fundamental para o alto nível de detalhe das suas descrições. Durante o período em que residiu no Oriente, ele teve acesso direto às estratégias políticas e decisões militares, bem como à observação das estruturas sociais e culturais locais. Essa proximidade com os eventos e figuras centrais da época permitiu-lhe construir uma narrativa que combina uma perspectiva envolvente e uma análise rigorosa²⁴.

Castanheda documentou com precisão eventos importantes como a ocupação de Goa e as práticas administrativas dos governadores portugueses. A sua relação próxima com protagonistas da colonização portuguesa proporcionou-lhe o contacto com acontecimentos valiosos, que se refletem na riqueza das suas descrições. Esse nível de detalhe, no entanto, também pode ser interpretado como uma tentativa de consolidar a sua obra não apenas como um documento histórico, mas também como um instrumento político.

Além de relatar as conquistas e batalhas, Castanheda explorou as interações económicas e religiosas que sustentaram a presença portuguesa na região. Ele reconheceu a importância do comércio de especiarias como base para o domínio político e militar no Oriente, destacando a interdependência entre economia e poder. Essa análise demonstra

²³ Cf. Puga, Rogério Miguel (2014). *Imagologia e Mitos Nacionais* [Dissertação, CETAPS]. https://run.unl.pt/bitstream/10362/92676/1/Imagologia_e_Mitos_Nacionais_O_Episodio.pdf (consultado em dezembro 2024).

²⁴ Cf. AVELAR, A. P. (2023). O Oriente na Crônica Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Gênese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361>

sua capacidade de compreender as complexas interconexões que moldavam o sucesso da expansão marítima portuguesa.

A dimensão crítica de sua obra é evidente nos seus relatos de conflitos internos entre os próprios portugueses, como as disputas de poder entre governadores e capitães. Esses episódios fornecem um olhar necessário sobre os limites e vulnerabilidades da administração colonial, abordando aspectos muitas vezes negligenciados em narrativas mais celebratórias.

Outro aspecto notável é a análise que este faz do papel das ordens religiosas, como os franciscanos. Ele reconheceu o papel simbólico e político da religião, não apenas como uma ferramenta de conversão, mas também como um meio de consolidação do poder colonial. Castanheda destacou como as ordens religiosas mediaram conflitos culturais e participaram na construção de uma hegemonia simbólica no Oriente²⁵.

Castanheda também se destacou pela sua habilidade em representar as interações entre portugueses e populações locais de forma multifacetada. Ele documentou tanto as alianças estratégicas quanto os confrontos culturais, oferecendo uma visão equilibrada das dinâmicas de poder e resistência. Essa abordagem amplia a relevância da sua obra para os estudos contemporâneos da expansão portuguesa.

A narrativa de Castanheda caracteriza-se pela sua clareza e organização, atributos que ampliaram o alcance de sua obra tanto no século XVI quanto em estudos posteriores. A sua capacidade de aliar rigor documental à acessibilidade narrativa fez da sua crónica uma referência essencial para historiadores e leitores interessados no período inicial da colonização portuguesa na Índia.

Apesar de alguns momentos propagandísticos, Castanheda não se limitou a glorificar os feitos portugueses. Ele também incluiu reflexões sobre os desafios no Oriente, como dificuldades de adaptação e decisões políticas controversas, conferindo à sua narrativa uma profundidade que supera o simples registo histórico.

²⁵ Cf. De Faria, Patrícia Souza (2014). Os franciscanos no Malabar: experiências missionárias e mediações culturais no sul da Índia (século XVI). *SÉMATA, Ciências Sociais e Humanidades*, 26, pp. 447-469. Link: <https://revistas.usc.gal/index.php/semata/article/view/2010/2338> (Consultado em janeiro de 2025)

A sua independência como cronista torna-se evidente em passagens que criticam abertamente práticas abusivas da administração colonial portuguesa. Essa postura crítica contrasta com o alinhamento mais evidente de outros cronistas ao discurso oficial da Coroa, destacando a integridade intelectual de Castanheda.

Pelo que atrás ficou exposto, podemos concluir que a obra de Castanheda permanece como um exemplo significativo de como a cronística pode combinar precisão histórica com análise política e social, oferecendo uma visão abrangente do impacto da expansão portuguesa. A sua contribuição para a historiografia da época continua a ser valorizada, especialmente pela sua habilidade de integrar diferentes dimensões da experiência colonial numa narrativa coesa representando uma fonte indispensável para a compreensão da presença portuguesa na Índia. Por outro lado, embora inserida num contexto de propaganda imperial, ela transcende esse objetivo ao fornecer uma análise detalhada e equilibrada das conquistas, desafios e interações culturais que definiram o período inicial da expansão no Oriente.

1.3. Vida e Obra de Gaspar Correia.

Neste capítulo, convém fazer uma nota prévia no que diz respeito à principal fonte usada neste capítulo para realizar uma análise dos principais acontecimentos que envolvem a vida e a obra de Gaspar Correia. Assim sendo, à semelhança do capítulo anterior referente à biografia de Fernão Lopes de Castanheda foi consultada a *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (EVE)*, publicada em 2019, nomeadamente um artigo da autoria de Ana Paula M. Avelar²⁶.

Gaspar Correia ficou sempre conhecido como um dos mais importantes historiadores portugueses que no século XVI escreveu sobre o Portugal de Quinhentos. Contudo, ao contrário da obra de Fernão Lopes de Castanheda que ainda foi impressa no século XVI, só no século XIX é que a sua obra mais importante, as *Lendas da Índia*, é pela primeira vez editada. De facto, não existem muitos dados biográficos sobre este historiador, porém António Banha de Andrade situa o seu nascimento em 1492 e atribui a paternidade a Aires Botelho, comendador de S. Martinho das Feixedas, no Bispado de Viseu.

²⁶ Cf. a Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa (EVE) <https://eve.fcsh.unl.pt/pt/pessoas/gaspar-correia> (consultado em janeiro de 2025).

Este cronista do Oriente terá começado a servir como moço da Câmara Real, quando nasceu a 3 de março de 1506, o Infante D. Luís, filho de D. Manuel e de D. Maria. A 12 de março de 1512, Gaspar Correia partiu para a Índia num navio capitaneado por Jorge de Melo Pereira, chegando a Goa a 15 de agosto desse mesmo ano. Durante os três anos seguintes, terá ocupado a função de escrivão, conjuntamente com quatro escrivães que acompanhavam regularmente Afonso de Albuquerque. Uma das suas principais atribuições era escrever os despachos que este governador lhe ditava. Em dezembro de 1515 encontramo-lo a bordo da nau Frol da Rosa, na barra de Goa, acompanhando os últimos momentos do governador Afonso de Albuquerque.

No ano seguinte, já encontramos Gaspar Correia como vedor das obras de Goa, sendo a sua principal função tomar conta das obras que o governador Lopo Soares realizava na cidade.

Em 1521, encontramo-lo a acompanhar Pêro Lopes de Sampaio a S. Tomé de Meliapor, tendo sido encarregue da reparação da capela erigida no local onde supostamente teria vivido S. Tomé. Ele terá ali permanecido durante algum tempo, com o objetivo de acompanhar os trabalhos de recuperação do referido monumento. Em 1524, ele faz mesmo uma descrição detalhada dos espaços reconstruídos e desenha a povoação. Esse mesmo desenho terá sido enviado ao rei de Portugal que o recebeu, tendo este servido como referência, em 1537, aos moradores desse lugar para justificar o crescimento da povoação. Em maio de 1525, Correia ocupou o cargo de almoxarife do armazém da Ribeira de Cochim, tendo como principal atribuição controlar a entrada e saída dos produtos. Nesta praça, ele assiste às disputas entre Afonso Mexia, o vedor da Fazenda e Pêro de Mascarenhas, o fidalgo que viria a ocupar o lugar de capitão de Malaca e que seguia na armada do vice-rei Vasco da Gama. Em outubro de 1528 ainda o encontramos em Cochim. Nesse ano, Correia ocupa-se a negociar com os mercadores locais o saque que alguns portugueses tinham conseguido do ataque a Porcá chefiado pelo então governador Lopo Vaz de Sampaio. O cronista refere os quatro acontecimentos anteriormente referidos ao longo do volume III das *Lendas da Índia* que cobre o período em causa. Assim, nesse volume podemos encontrar a descrição da viagem com Pêro Lopes de Sampaio a S. Tomé de Meliapor e da reconstrução da capela de S. Tomé, havendo ainda uma referência à primeira

missa e à permanência no local. Correia também menciona o desenho da povoação e o envio ao rei de Portugal, que mais tarde serviu como referência. Pode encontrar-se ainda o relato da sua nomeação como almoxarife da Ribeira de Cochim e os conflitos entre Afonso Mexia e Pêro de Mascarenhas. Por fim, podemos ainda encontrar a descrição do ataque a Porcá liderado por Lopo Vaz de Sampaio e as negociações com mercadores locais em Cochim²⁷.

Já no ano seguinte, Nuno da Cunha sucederia ao governador Lopo Vaz de Sampaio no governo da Índia, tendo como principal missão conquistar Diu. Em 1530, começa a preparação da armada onde participariam também privados. Gaspar Correia seria o responsável por armar uma embarcação, despendendo grande parte do seu pecúlio, para acompanhar o governador. Nas *Lendas* descreveu como contornou a ilha de Bete, situada a cinco léguas de Diu, testemunhando a destruição total das forças que ocupavam esta ilha dos Mortos, como ficaria conhecida.

Os acontecimentos mencionados — a nomeação de Nuno da Cunha como governador da Índia, a preparação da armada para Diu em 1530, e a descrição da ilha de Bete (ou ilha dos Mortos) — estão narrados por Gaspar Correia nas «Lendas da Índia», mais precisamente no volume III, na parte que trata da expedição de Nuno da Cunha ao norte da Índia, incluindo Baçaim, Diu e a ilha de Bete. A descrição da ilha de Bete surge quando Gaspar Correia relata como armou uma embarcação com recursos próprios para acompanhar a armada, e como testemunhou a destruição das forças que ocupavam a ilha, que passou a ser conhecida como ilha dos Mortos²⁸.

Em Diu, para onde seguiu, Nuno da Cunha depara-se com uma forte resistência, não tendo conseguido conquistar esta praça. Apesar de Fernão Lopes de Castanheda ter assistido a este cerco, não existe qualquer referência nas *Lendas* nem na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*. No entanto, estes acontecimentos são descritos por autores como Duarte Barbosa, Francisco Álvares ou Miguel de Castanhoso, que, tal como Castanheda ou Correia, escreveram sobre a Índia.

²⁷ Cf. Correia, Gaspar, *Lendas da Índia*, volume III.

²⁸ *Ibidem*

Gaspar Correia acompanhou Nuno da Cunha, em dezembro de 1532, na tomada de Baçaim, presenciando, a 20 de janeiro de 1533, a destruição da fortaleza inimiga após a esta praça ter sido conquistada pelos Portugueses. Entre os anos de 32 e 34 redigiu as *Chronicas dos Reys de Portugal e summarios das suas vidas com a historia da India e Armadas que se mandaram athe o anno de 1533*, sobre D. Afonso Henriques, D. Sancho I, D. Afonso II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Sancho II, D. Pedro, D. Fernando, D. João I, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II, D. Manuel e D. João III.

Entre 1535 e 1536, Gaspar Correia estava em Diu quando Nuno da Cunha obteve licença por parte de Bahadur Shah para aí erigir uma fortaleza portuguesa. Em 1539 encontra-se em Cochim onde testemunha as disputas que estalaram entre os capitães Pêro Lopes de Sousa e António da Silveira. Este último regressava, então, a Portugal após ter comandado a resistência portuguesa de Diu ao cerco de 1538. Os acontecimentos referidos — a autorização para a construção da fortaleza de Diu em 1535 e as disputas entre capitães em Cochim em 1539 — estão narrados por Gaspar Correia nas «Lendas da Índia», mais especificamente no Livro III, Parte II, no segmento que trata da queda de Bahadur Shah e da aliança com os portugueses, incluindo a concessão para a construção da fortaleza de Diu. O episódio das disputas entre Pêro Lopes de Sousa e António da Silveira, em Cochim, também surge no Livro III, após o relato do cerco de Diu de 1538, do qual António da Silveira foi protagonista. Esses trechos fazem parte de uma sequência narrativa que cobre os anos de 1535 a 1539, centrando-se na política luso-indiana e nos conflitos internos entre oficiais portugueses²⁹.

Ainda na Índia, Gaspar Correia é chamado, em 1547, pelo vice-rei D. João de Castro para orientar um pintor local na pintura dos retratos dos vários governadores da Índia, desde D. Francisco de Almeida até ao presente.

D. João de Castro seria pintado com as suas armas, evocando o seu triunfo sobre os sitiados de Diu. A presença de Gaspar Correia no espaço asiático leva-o a escrever as *Lendas da Índia*, onde narrou os trabalhos dos portugueses desde a primeira viagem de Vasco da Gama até ao ano de 1550. Esta é, com efeito, a primeira data que o cronista

²⁹ Ibidem

menção para a redação desta obra. Em 1563 encontrava-se ainda a redigi-la, sendo este o último registo da sua biografia que dele se conhece. A compilação dos dados para a escrita das suas *Lendas* é, decerto, anterior a 1550. Recorde-se que estas são antecidas pelas *Chronicas dos Reis de Portugal*. Gaspar Correia escreveu as *Chronicas* entre os anos de 1532 e 1534, compilando os dados que serviriam de base para a escrita das crónicas régias, desde D. Afonso Henriques até D. João III, e recorrendo, nomeadamente, às escritas por Rui de Pina e António Galvão. Não se pode esquecer que Galvão chegou a Goa a 8 de dezembro de 1515, onde se encontrava, então, Gaspar Correia. Segundo o cronista, Galvão tinha sido incumbido por D. Manuel de sumariar as vidas e feitos dos reis que o tinham antecedido no trono de Portugal. Esta obra, que permaneceu manuscrita, antecipa a estrutura das suas *Lendas da Índia*. Nela, a cronologia das armadas que partiam anualmente do reino é a base de toda a narração.

As *Lendas* foram organizadas em quatro livros. No primeiro livro são descritas as várias expedições que desde 1497 foram à Índia, assim como o governo de D. Francisco de Almeida. O segundo livro narra os governos de Afonso de Albuquerque, Lopo Soares, Diogo Lopes de Sequeira, D. Duarte de Meneses, D. Vasco da Gama e D. Henrique de Meneses. O terceiro livro descreve as atuações de Pêro de Mascarenhas, Lopo Vaz de Sampaio e Nuno da Cunha. O quarto e último livro narra os governos de D. Garcia de Noronha, D. Estevão da Gama, Martim Afonso de Sousa, D. João de Castro, Garcia de Sá e Jorge Cabral.

Para além da narração dos acontecimentos, Gaspar Correia elaborou desenhos de lugares e de governadores. Atualmente só são conhecidos os desenhos dos lugares de Malaca, Calecute, Adem, Coullão, Ormuz, Judá, Ceilão, Cananor, Chalé, Baçaim e Diu, e de Afonso de Albuquerque, Diogo Lopes Sequeira, D. Vasco da Gama, Pêro de Mascarenhas, Lopo Vaz de Sampaio, Nuno da Cunha, D. Garcia de Noronha, D. Estevão da Gama, Martim Afonso de Sousa, D. João de Castro, Garcia de Sá e Jorge Cabral.

Não se conhecem a data e as circunstâncias da morte de Gaspar Correia. Todavia, após a sua morte, o manuscrito das *Lendas* foi adquirido por D. Miguel da Gama, que regressou a Portugal em 1582. O texto da obra em causa circularia nos círculos portugueses, servindo como fonte para a escrita de obras, tais como a *Crónica de D. João III*, de Francisco de Andrade, ou para a *História de S. Domingos*, de Frei Luís de Sousa.

Relativamente a Gaspar Correia, pelo que atrás ficou exposto, pode afirmar-se que é amplamente reconhecido como um dos mais proeminentes cronistas da expansão portuguesa no Oriente. A sua obra principal, "*Lendas da Índia*", desempenhou um papel crucial ao documentar a presença portuguesa na Índia desde o início do século XVI até 1561, ano em que foi concluída. Esse contexto histórico foi caracterizado pela consolidação do domínio português no Oriente, o que conferiu às narrativas de Correia um valor inestimável. Dotado de acesso privilegiado a fontes primárias e a eventos significativos, Correia capturou de forma detalhada os acontecimentos e as interações sociopolíticas entre os portugueses e as populações locais, evidenciando a sua preocupação em relatar o dinamismo do período com um olhar abrangente e crítico³⁰. Embora outras crónicas do período frequentemente priorizassem os aspetos gloriosos do Império, Correia adotou uma postura que explorava os desafios internos, como disputas entre capitães-mores e vice-reis, ampliando, assim, a compreensão das dificuldades enfrentadas pela administração portuguesa.

A publicação tardia de "*Lendas da Índia*", que permaneceu em manuscrito até ao século XIX, é uma característica marcante da obra de Correia, diferenciando-se das crónicas de contemporâneos como João de Barros e Fernão Lopes de Castanheda, que foram publicadas durante o século XVI. Tal atraso reflete a posição alternativa e desvinculada da narrativa de Correia em relação às narrativas oficiais da Coroa Portuguesa. Essa falta de institucionalização pode ser interpretada como um reflexo do conteúdo mais crítico e da abordagem narrativa que Correia aplicou, muitas vezes não alinhados aos interesses propagandísticos do Estado Português. Outro fator relevante foi a incapacidade de Correia de garantir a publicação da obra em vida, o que impediu a sua inclusão no circuito oficial à época. Somente no século XIX, no contexto do aumento do interesse historiográfico influenciado pelo orientalismo, foi possível uma revalorização dessa narrativa singular, que passou a ser vista como um recurso indispensável para a análise da expansão portuguesa³¹.

³⁰ Cf. FRANÇA, S. S. L. (2008). A representação do passado e a moral no século XV em Portugal. Departamento de História da Unesp/Franca.

Link: <https://www.scielo.br/j/tem/a/Z3wnZSH5xNycYpDhfnh9Gsj/?format=pdf&lang=pt>

³¹ Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente, 5, 39–53.

<https://doi.org/10.56092/OTCE9361>

Link: <https://www.defesa.gov.pt/pt/defesa/organizacao/comissoes/cphm/rphm/edicoes/ano3/n.5/Documen>

O foco de Correia na administração portuguesa e nos aspetos políticos e militares é outra dimensão significativa de sua obra. Um exemplo notável inclui a descrição detalhada da construção da fortaleza de Cananor em 1526, sob a liderança de Lopo Vaz de Sampaio. Esta narrativa apresenta especificações técnicas da construção e analisa o seu impacto estratégico na consolidação do domínio português na costa de Malabar. Correia utiliza esses episódios para destacar o papel das infraestruturas coloniais no fortalecimento da ordem imperial portuguesa, revelando a complexidade das estratégias administrativas para manter o controle de Goa e territórios vizinhos. Além disso, ele evidencia as tensões e contradições internas, como a má gestão e os conflitos de interesses entre líderes coloniais, que muitas vezes comprometiam os objetivos da administração portuguesa³². Correia demonstrou uma abordagem singular ao combinar documentos oficiais com relatos orais, criando uma narrativa híbrida que enriquece a sua crónica com uma perspectiva multidimensional. Esta metodologia permitiu-lhe destacar episódios pouco explorados, como os conflitos internos entre vice-reis, governadores e outras figuras de liderança. O seu relato dos conflitos interétnicos, por exemplo, evidencia as tentativas dos portugueses de impor práticas e políticas europeias sobre populações locais, que frequentemente resistiam a essas medidas. Correia também explora as formas de mediação cultural emergentes desses confrontos, revelando as complexas dinâmicas internas do império português e as fragilidades administrativas que poderiam comprometer os seus objetivos coloniais. Esta combinação de abordagens formal e oral resulta numa visão inovadora e detalhada do período, destacando a singularidade de Correia em relação a outros cronistas.

O estilo literário de Correia foi marcadamente distinto, caracterizado por episódios dramáticos e narrativas que incorporavam tons épicos e religiosos. Esses recursos estilísticos intensificavam a narrativa, conferindo-lhe um carácter envolvente que destacava a missão civilizadora e intervencionista de Portugal no Oriente. Episódios como a conquista de Goa por Afonso de Albuquerque são narrados com uma intensidade épica que atribui significados simbólicos às ações militares e políticas, enfatizando tanto os desafios quanto as conquistas do Império. Além disso, os temas religiosos permeiam profundamente a sua

[ts/39_53%20-%20RPHM_3_5_TEXTOS_IMPRESSA.pdf](#)

³²Ibidem.

obra, apresentando o cristianismo como um componente inseparável da missão portuguesa. Embora essa abordagem literária reforçasse a exaltação do papel de Portugal no Oriente, também exigia uma análise crítica dos limites entre história e ficção, dado o uso de elementos poéticos e recursos estilísticos que, por vezes, obscureciam a fronteira entre realidade e narrativa simbólica.

A análise das interações entre portugueses e populações locais, conduzida por Correia, é de grande relevância para a compreensão das dinâmicas multiculturais e plurirreligiosas que marcaram a cidade de Goa. Correia aborda desde confrontos armados até alianças estratégicas, destacando como a convivência entre tradições culturais e religiosas distintas foi fundamental para a consolidação do domínio português. A coexistência de práticas culturais e crenças religiosas em Goa é apresentada de forma complexa, explorando a influência do cristianismo e as adaptações decorrentes das interações entre as sociedades europeias e nativas. Além disso, ele observa momentos-chave de colaboração entre elites locais e autoridades portuguesas, que demonstram a importância de negociações e concessões para sustentar o domínio europeu. Correia, ao enfatizar essas interações, oferece uma visão crítica que transcende a narrativa tradicional de exaltação do colonialismo, evidenciando as dinâmicas de resistência, adaptação e colaboração que permearam o contexto imperial.

Resumido: ao retratar a complexidade das interações sociopolíticas e culturais em Goa e no Oriente, Gaspar Correia consolidou a sua obra como uma referência indispensável para o estudo da expansão portuguesa. Embora tenha registado episódios dramáticos e heroicos que exaltam a grandeza do império, ele também explorou as vulnerabilidades e contradições do domínio português, ampliando as possibilidades de interpretação histórica e crítica. Dessa forma, "*Lendas da Índia*" permanece como uma contribuição central à historiografia do período, oferecendo visões únicas sobre as realidades políticas, económicas e culturais da presença portuguesa na Índia.

Porém, falta apenas referir que vários estudos atribuem a Gaspar Correia a autoria da *Crónica de D. Manuel e de D. João III* (pelo menos até cerca de 1533), incluindo assim a sua obra numa outra tipologia de *cronística*, a *cronística régia*. Em trabalhos sobre diplomacia e historiografia seiscentista, esta *cronica* é apresentada como sendo constituída

por um texto contínuo que cobre o final do reinado manuelino e o início do joanino. Ao contrário, das *Lendas*, estas nunca tiveram uma circulação impressa ampla, sendo usadas de um modo particular por especialistas que se dedicam a trabalhar manuscritos ou edições mais recentes (bastante limitadas...).

Caberá, pois, perguntar o seguinte: em que medida as *crónicas regias* são diferentes das *Lendas da Índia*? Se tivermos em conta o ponto de vista do autor podemos afirmar que nas *crónicas regias*, o eixo estruturante é a figura do rei (D. Manuel, D. João III), apresentando-se a história do reino de Portugal e integrando o conceito de expansão como uma das dimensões da ação desse mesmo rei. Já nas *Lendas* tudo gira à volta dos governadores e do Estado da Índia, surgindo a figura do rei apenas em pano de fundo.

Por outro lado, do ponto de vista político, podemos afirmar que a *crónica régia* participa da memória oficial ou quase oficial da monarquia, ainda que escrita por alguém que viveu muitos anos no Oriente (cerca de 35 anos...). Porém, no que diz respeito às *Lendas da Índia*, esta obra funciona quase como se fosse uma crónica interna do império oriental português, com uma forte componente crítica, que mais tarde será retomada por outros autores, tais como Diogo do Couto (*Décadas*) e outros.

No que se refere ao tipo de verdade histórica, investigações recentes concluem que tanto na crónica régia como nas *Lendas* existe uma combinação entre uma *causalidade histórica*, que faz uma análise das decisões, dos erros e dos contextos, e uma *causalidade providencialista* que elabora uma leitura dos acontecimentos como se estes se desenrolassem de acordo com a vontade de Deus. A grande diferença é que enquanto nas *Lendas* a dupla leitura anteriormente apresentada aparece ligada a vários acontecimentos, tais como: batalhas, intrigas, epidemias, na crónica régia aparece relacionada sobretudo com as grandes políticas gerais dos reinados.

Por fim, se tivermos em consideração o valor historiográfico, podemos concluir que as crónicas régias de Gaspar Correia completam o quadro da cronística manuelina/joanina, conjuntamente com as obras de Damião de Góis e de Francisco de Andrade, mas que permanecem marginalizadas pela falta de uma ampla edição. Porém, as *Lendas da Índia* são hoje consideradas uma fonte coeva fundamental para quem quiser estudar a história da presença portuguesa na Índia, que em certos episódios se pode considerar mais rica do

que João de Barros ou Castanheda.

Resumindo e concluindo: a *Crónica de D. Manuel e a Crónica de D. João III* (até cerca de 1533) podemos afirmar que pertencem à tradição régia (história dos reis de Portugal), enquanto as *Lendas da Índia* pertencem à *cronística da expansão*, dando uma importância crucial à presença dos portugueses na Índia e tendo sido escritas com base na longa permanência do seu autor no Oriente, ou seja, através da sua longa experiência direta nas paragens descritas.

Deste modo, as crónicas régias fornecem o «*esqueleto político*» do reinado, e as *Lendas da Índia* fornecem a «*carne histórica*»: pormenores, contradições e experiências vividas que explicam porque é que o projeto ideal da Coroa nem sempre se concretizou no terreno.

Assim sendo, apresenta-se de seguida um quadro mais pormenorizado de capítulos/temas cobertos em cada parte das *Lendas da Índia* e como dialogam com o que se sabe da *Crónica de D. Manuel* e de *D. João III* (quadro 1.1)

Quadro 1.1 – Quadro comparativo entre as *Lendas da Índia*, a *Crónica de D. Manuel* e a *Crónica de João III* (por livro/temas)

Livro das <i>Lendas da Índia</i>	Período e figuras principais	Temas centrais nas <i>Lendas da Índia</i> segundo Correia	Como dialoga com a <i>Crónica de D. Manuel</i> / <i>D. João III</i>
Livro I – Vasco da Gama e os primeiros governadores (tomo I, partes 1 e 2)	c. 1497–1510. De Vasco da Gama (1. ^a viagem) até à tomada de Goa. Ações de Vasco da Gama, Pedralvares Cabral, João da Nova, Francisco de Albuquerque, Vicente Sodré, Duarte Pacheco, Lopo Soares, Manuel Teles, D. Francisco de Almeida.	- Descoberta da rota para a Índia, primeiras viagens e contactos diplomáticos. - Conflitos com Calecute, Cochim e outros reinos do Malabar. - Construção das primeiras fortalezas, organização da armada, combate à concorrência muçulmana. - Perfis muito vívidos de Gama,	Na <i>Crónica de D. Manuel</i> , estes mesmos episódios aparecem como parte do grande desígnio régio: descoberta, abertura de rota, afirmação do rei como príncipe cristão missionado. A crónica régia tende a integrar os feitos no quadro providencial da expansão manuelina, enfatizando a glória do rei e do reino; as <i>Lendas</i> descem ao nível das operações concretas, revelando hesitações, violências e falhas de governadores e capitães. Assim, a crónica régia dá o

Livro das <i>Lendas da Índia</i>	Período e figuras principais	Temas centrais nas <i>Lendas da Índia</i> segundo Correia	Como dialoga com a <i>Crónica de D. Manuel / D. João III</i>
		Cabral, Almeida, com elogios e críticas concretas às decisões militares e políticas.	«arco geral» do reinado, e o Livro I das <i>Lendas</i> fornece o «micro-histórico» desses mesmos eventos.
Livro II – Afonso de Albuquerque e sucessores imediatos (tomo II, partes 1 e 2)	1510–1526: Governos de Afonso de Albuquerque, Lopo Soares, Diogo Lopes de Sequeira, D. Duarte de Meneses, D. Vasco da Gama (vice-rei), D. Henrique de Meneses.	- Conquista e organização de Goa, Malaca e Ormuz. - Conflitos internos de fações portuguesas e rivalidades entre governadores. - Relações com potentados locais (sultão de Guzerate, reis de Calecute, etc.). - Leitura muito crítica de certos governos (por exemplo, Lopo Soares, Diogo de Sequeira), mostrando como erros e abusos põem em risco o edifício construído por Albuquerque.	Na <i>Crónica de D. Manuel</i> , o que se destaca é a imagem do rei como arquiteto de um império oriental, que confia a Albuquerque e a outros a execução do projeto. Em termos de discurso, a crónica régia tende a racionalizar e harmonizar o processo: os conflitos internos aparecem mitigados, os governadores surgem como instrumentos da vontade régia. Já o Livro II das <i>Lendas</i> mostra o «avesso» desse quadro: intrigas, incompetências e interesses particulares que, do ponto de vista de Correia, explicam o início do enfraquecimento da posição portuguesa no Oriente. As duas obras tratam globalmente dos mesmos anos, mas com focos diferentes: Lisboa/corte vs. Goa/Estado da Índia.
Livro III – Pero Mascarenhas, Lopo Vaz de Sampaio, Nuno da Cunha (tomo III, partes 1 e 2)	1526–1538: Governos de Pero Mascarenhas, Lopo Vaz de Sampaio, Nuno da Cunha.	- Consolidação (ou fragilização) do sistema de fortalezas. - Crises de autoridade (como a resistência de Goa	Estes anos caem já no fim do reinado de D. Manuel e sobretudo no início do reinado de D. João III. A <i>Crónica de D. Manuel</i> e de D. João III (até 1533) cobre esta transição, colocando o

Livro das <i>Lendas da Índia</i>	Período e figuras principais	Temas centrais nas <i>Lendas da Índia</i> segundo Correia	Como dialoga com a <i>Crónica de D. Manuel / D. João III</i>
		a Lopo Vaz, que já viu em Castanheda). - Longo governo de Nuno da Cunha: redes de clientela, conflitos, relação com capitães e fidalgos.	acento em decisões régias (nomeações, orientações gerais, diplomacia, enquadramento religioso). Nas <i>Lendas</i>, o mesmo período é visto “de baixo”: como essas decisões chegam à Índia, são reinterpretadas e, muitas vezes, contrariadas por interesses locais. A crónica régia mostra o programa político-religioso joanino (reforma, consolidação, Inquisição nascente); o Livro III mostra os efeitos práticos desse programa na governação de Nuno da Cunha e na disciplina (ou indisciplina) dos oficiais no Oriente.
Livro IV – Seis governadores (tomo IV)	1538–1550. Governos de D. Garcia de Noronha, D. Estêvão da Gama, Martim Afonso de Sousa, D. João de Castro, Garcia de Sá, Jorge Cabral.	- Fase de «rotina imperial»: defesa de Diu, confrontos com o Guzerate e o Turco, manutenção de Malaca e Ormuz. - Figura de D. João de Castro, muitas vezes vista como modelo de governador virtuoso e devoto. - Crescente tensão entre objetivos da Coroa, resistências locais e limites materiais (recursos, homens,	Aqui a <i>Crónica de D. João III</i>, na parte que chega até c. 1533, oferece sobretudo o pano de fundo: como o rei redefine prioridades (por exemplo, maior atenção ao Atlântico e ao Brasil, à frente europeia, à reforma interna) enquanto ainda mantém o compromisso. As <i>Lendas</i> prolongam essa história «para lá» do recorte da crónica régia, acompanhando a evolução da Índia até 1550. Em termos de diálogo, pode dizer-se que: - a crónica régia ajuda a perceber por que razão certos governadores são

Livro das <i>Lendas da Índia</i>	Período e figuras principais	Temas centrais nas <i>Lendas da Índia</i> segundo Correia	Como dialoga com a <i>Crónica de D. Manuel / D. João III</i>
		deterioração de fortalezas).	escolhidos e quais os objetivos formais da Coroa; - o Livro IV das <i>Lendas</i> mostra como, na prática, esses governadores governam: os sucessos (como Diu sob D. João de Castro) e os sinais de desgaste estrutural do Estado da Índia.

1.4. Estudos relevantes e atuais sobre as principais obras de Fernão Lopes de Castanheda e de Gaspar Correia.

O estudo da cronística da expansão portuguesa no século XVI tem vindo, nas últimas décadas, a recentrar-se em torno de um núcleo textual constituído pela *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, de Fernão Lopes de Castanheda, e pelas *Lendas da Índia*, de Gaspar Correia, em diálogo estreito com as *Décadas da Ásia* de João de Barros. A bibliografia recente que acompanha este trabalho testemunha bem essa centralidade, ao tratar sistematicamente Castanheda e Correia como cronistas estruturantes da memória escrita do Estado da Índia e do Oriente Português.

É neste contexto que importa sublinhar que a historiografia mais recente tem beneficiado dos estudos de autores como Luís Filipe Thomaz, Alexandra Pelúcia e Marília dos Santos Lopes, cujas investigações, embora com focos distintos (Goa e o Estado da Índia, a cultura política e cronística do império oriental, e a construção do saber europeu sobre África, respetivamente), oferecem enquadramentos fundamentais para a leitura das obras de Castanheda e de Gaspar Correia, bem como para a compreensão das redes textuais e informacionais em que estas se inscrevem.

No que diz respeito às principais ideias relevantes sobre os dois cronistas em causa veiculadas através de algumas publicações e obras, irei seguidamente fazer uma descrição genérica das mesmas.

Assim sendo, começaremos por afirmar que de acordo com a historiografia recente,

esta tem consolidado a leitura de Fernão Lopes de Castanheda como um dos três grandes cronistas da expansão oriental, ao lado de João de Barros e Gaspar Correia. Avelar destaca que a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, impressa em oito livros entre 1551 e 1561, constitui uma das principais matrizes narrativas através das quais se construiu a memória histórica do domínio português no Oriente, não se configurando esta obra como crónica régia no sentido clássico – com enfoque no rei e no reino –, mas antes como uma *crónica da expansão*, cujo tema principal recai sobre a descoberta da rota do Cabo, a conquista de praças e a organização do Estado da Índia³³.

Por outro lado, os estudos de história e da historiografia destacam que Castanheda é o primeiro a realizar uma síntese histórica de largo fôlego, a seguir às primeiras experiências cronísticas régias (Zurara, Rui de Pina) e contemporânea das *Décadas* de João de Barros, mas com temáticas especificamente orientais. Assim sendo, a sua obra é assim recorrentemente inserida num sistema de crónicas onde Damião de Góis e Garcia de Resende representam a vertente régia, ao passo que Castanheda, Barros e, posteriormente, Diogo do Couto encarnam a vertente imperial e ultramarina³⁴.

É precisamente neste quadro de leitura da cronística oriental que se tornam particularmente relevantes os trabalhos de Alexandra Pelúcia³⁵, que, ao analisar criticamente narrativas como as de Pedro Teixeira, as crónicas de Ormuz e a cultura política do império na Ásia, dialoga de forma explícita com o corpus constituído por Castanheda, Gaspar Correia e João de Barros, quer na definição do “corpus oriental” de Quinhentos, quer na discussão de temas como a representação do Oriente, a construção do espaço

³³ Cf. AVELAR, Ana Paula (1997) – «Fernão Lopes de Castanheda, historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?», Lisboa, Edições Cosmos.

³⁴ Cf. CRUZ, Maria Augusta Lima; LOUREIRO, Manuela (2019) – *Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto: vivências e contingências na modelação da escrita de uma história da Ásia e dos seus atores*, Lisboa, Húmus.

³⁵ Aqui ficam algumas das publicações mais relevantes de Alexandra Pelúcia sobre esta temática:

- *A história de Ormuz segundo Pedro Teixeira. – uma perspetiva crítica* – capítulo incluído no volume coletivo *Aquém e Além da Taprobana. Estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*, - org. Luís Filipe F. R. Thomaz, Lisboa, CHAM, 2002, pp. 223-238;

- *Ormuz, uma Ilha nas Encruzilhadas Políticas e Económicas da Ásia Marítima*. - artigo publicado no *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, n.º 3, Funchal, 2011, pp. 698-705;

- *O Corso Português no Estreito de Meca, 1500-1550*. – artigo na revista *Vértice*, II série, n.º 77, dossier “Portugal no Oriente – Cruzamento de Culturas”, Lisboa, março-abril 1997, pp. 5-10;

- *Funcionários Administrativos do Estado da Índia na Época de D. Manuel I – Notas sobre os Escrivães* - Capítulo em *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. II, Lisboa–Ponta Delgada, Universidade dos Açores & CHAM, 2007, pp. 657-667.

imperial e a memória das governadorias.

Já os estudos biográficos recentes insistem na importância da experiência direta de Castanheda na Índia para a configuração da sua narrativa. A bibliografia anotada em torno dos cronistas quinhentistas caracteriza-o como «historiador dos portugueses na Índia», com particular atenção ao governo de Nuno da Cunha (de 1529 a 1538). De facto, a generalidade das biografias recorda que Castanheda partiu muito jovem para o Oriente, acompanhando o pai, tendo permanecido cerca de uma década no Estado da Índia, com passagem prolongada por Goa. É essa vivência prolongada, associada ao contacto com governadores, capitães e oficiais, que explica a densidade factual e institucional da sua narrativa, frequentemente mobilizada por estudos posteriores sobre figuras como Garcia de Sá, capitão de Malaca e, mais tarde, governador da Índia. Trabalhos de história política e militar utilizam Castanheda de forma intensiva para reconstruir carreiras, campanhas e conflitos internos, o que confirma o lugar da sua História como fonte de primeira ordem para a história factual do Estado da Índia.

Em termos teóricos, a obra de Castanheda tem sido lida à luz de várias categorias, tais como: memória coletiva, identidade imperial e providencialismo histórico. Avelar, num conjunto de estudos sobre «memórias da expansão», mostra como a cronística quinhentista equaciona constantemente memória, esquecimento e poder: aquilo que se lembra e aquilo que se silencia participa da construção de uma identidade imperial portuguesa.

Assim sendo, Castanheda destaca a importância dos vassallos na continuidade do Império, sublinhando repetidamente o papel de governadores, capitães e servidores na sustentação do edifício político construído pela Coroa. A sua narrativa articula, assim, dois planos: por um lado, uma causalidade política, assente em decisões, estratégias e erros de governação; por outro, uma causalidade providencial, na qual o curso da expansão é interpretado à luz da intervenção divina, em sintonia com a tradição historiográfica medieval e renascentista.

Estudos sobre religiosidade marítima, como o de Avelar, mostram que mesmo episódios aparentemente «técnicos» — como a descrição de fenómenos naturais durante a viagem — são reinterpretados em chave religiosa, reforçando a ideia de que a narrativa

de Castanheda participa de um projeto de legitimação providencial do império³⁶.

Relativamente a temas específicos, tais como Goa, Estado da Índia e governadores, vários trabalhos de história regional e institucional recorrem a Castanheda para a reconstituição da formação de Goa, da organização do Estado da Índia e da trajetória de determinados governadores. Estudos sobre a conquista de Goa, a estrutura defensiva do Malabar e o papel de figuras como Lopo Vaz de Sampaio, Nuno da Cunha ou Garcia de Sá utilizam sistematicamente a *História do descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses* como fonte principal ou complementar.

Do lado da teoria da expansão, obras de síntese sobre o Estado da Índia (como as de Biedermann) confirmam este uso reiterado: Castanheda surge como testemunha essencial para a compreensão dos primeiros decénios de implantação portuguesa no Oriente, sobretudo no que respeita ao processo de territorialização e à formação de um aparelho administrativo e militar próprio³⁷.

Também, ainda no que se refere a estudos sobre Goa e o Estado da Índia devem destacar-se várias publicações realizadas por Luis filipe Tomaz que tem dedicado grande parte da sua investigação a esta temática³⁸. Os trabalhos de Luís Filipe Thomaz sobre Goa, o Estado da Índia e as sociedades luso-orientais — frequentemente em diálogo com a cronística quinhentista — fornecem um enquadramento histórico e institucional indispensável para a leitura de Castanheda e de Gaspar Correia, em particular no que respeita à formação de Goa, às estruturas de governo e às redes de poder que sustentam as narrativas destes cronistas.

³⁶ Cf. AVELAR, Ana Paula (2019) – «A cronística da expansão e os ecos da religiosidade na representação narrativa das viagens marítimas», *Lusitânia Sacra*, 40 (julho–dezembro), disponível em <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9756>.

³⁷ BIEDERMANN, Zoltán (2020) – *The Portuguese Estado da Índia (Empire in Asia)*, Londres, University College London, Department of Spanish, Portuguese and Latin American Studies, disponível em <https://discovery.ucl.ac.uk/10118027/1/Biedermann%20ORE%20Estado%20da%20India%202020.pdf>.

³⁸ Aqui ficam alguns títulos de artigos deste autor sobre a temática referenciada:

- *Goa – Une société luso-indienne* – publicado no *Bulletin des Études portugaises et brésiliennes*, t. 42–43 (Paris, 1983), com versão inglesa posterior em Portugal Newsletter (Nova Deli, 1997);
- *Muitas Goas, uma Goa* - capítulo de abertura da secção “*Gerais*” em *Goa – Passado e Presente*, coord. Artur Teodoro de Matos e João Teles e Cunha, CEPCEP/UCP & CHAM/UNL, Lisboa, 2012, p. 17–32;
- *Amchi Bhas. O paradoxo linguístico de Goa* - publicado na revista *Povos e Culturas (UCP)* e em inglês como *The Socio-Linguistic Paradox of Goa* (HSS, vol. V, n.º 3, 2016).

No polo complementar a Castanheda, a historiografia recente tem vindo a revalorizar o papel de Gaspar Correia como autor de uma das mais extensas e densas crónicas do Oriente quinhentista. As *Lendas da Índia*, manuscrito terminado em 1561, visam narrar a presença portuguesa na Índia na primeira metade do século XVI, cobrindo o período que vai das primeiras viagens de Vasco da Gama até meados do reinado de D. João III.

Um elemento determinante da sua receção é o facto de as *Lendas* terem permanecido inéditas em manuscrito até ao século XIX, quando a Academia das Ciências de Lisboa empreende a sua edição. Enquanto Castanheda e Barros circulam impressos desde o século XVI, Correia chega ao circuito de leitura erudito muito mais tarde, o que explica a sub-representação da sua obra na historiografia clássica e justifica o esforço de revalorização levado a cabo pelos estudos pós-1970.

Do ponto de vista biográfico, todos os textos insistem na longa permanência de Correia na Índia e na sua inserção no aparelho administrativo e militar do Estado da Índia. O cronista terá servido como escrivão sob vários governadores e acompanhado diretamente episódios decisivos, como campanhas de Nuno da Cunha, operações em Diu, Baçaim ou a carreira de Garcia de Sá.

Esta experiência «desde dentro» confere às *Lendas* uma perspetiva singular: a obra é frequentemente lida como uma crónica que não se limita a reproduzir a ideologia oficial, antes revela conflitos internos, intrigas de corte colonial e formas de má governação que tendem a ser elididas nas narrativas mais controladas e humanistas, como as de João de Barros. Assim, Correia oferece um retrato mais cru e, por vezes, mais crítico da máquina imperial no Oriente.

Já no que diz respeito à dimensão moral, à crítica e à leitura de uma certa decadência do Império Português do Oriente, França insere Gaspar Correia numa tradição cronística em que a história tem função eminentemente moral, ao lado de autores como Zurara, Rui de Pina e, mais tarde, Diogo do Couto. Nas *Lendas*, a narrativa articula repetidamente o diagnóstico de decadência material do império com uma leitura de

decadência moral da nação portuguesa, antecipando preocupações que Diogo do Couto desenvolverá de forma explícita em obras como *O Soldado Prático*³⁹.

Uma fórmula frequentemente citada, segundo a qual «*nos começos das cousas da Índia parecia que as coisas não tinham o ferro que depois descobriram*», é lida pela crítica como marca de uma consciencialização da passagem de um tempo inicial de relativa “pureza” para um período de maior violência, corrupção e interesses particulares. Esta tonalidade crítica faz das Lendas um texto privilegiado para a análise das ambivalências do projeto imperial.

Outro aspeto recentemente estudado sobre *As Lendas* de Gaspar Correia relaciona-se com a presença nesta obra de uma relação entre texto e imagem (iconografia). Assim sendo, um dos contributos mais originais dos estudos recentes sobre Correia diz respeito à dimensão visual da sua obra. Avelar, no estudo *Da representação do «Outro» no Códice Casanatense, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão*, mostra que Gaspar Correia inclui nas Lendas da Índia desenhos de governadores, vice-reis e fortalezas, alguns deles antecipando soluções gráficas que seriam retomadas por António Bocarro no *Livro das plantas de todas as fortalezas, cidades e povoações do Estado da Índia Oriental*. De acordo com esta leitura, as imagens de Correia combinam uma perspetiva axonométrica com traços com ponto de fuga na representação de praças e fortificações, o que aponta para um saber visual complexo, talvez resultado de colaboração com desenhadores ligados à administração local. Longe de serem meras ilustrações ornamentais, estes desenhos articulam-se com a narrativa escrita numa estratégia de legitimação e memorialização do domínio português no Oriente, acrescentando uma camada iconográfica à crónica textual⁴⁰.

³⁹ Cf. FRANÇA, S. S. L. (2008). A representação do passado e a moral no século XV em Portugal. Departamento de História da Unesp/Franca.
<https://www.scielo.br/j/tem/a/Z3wnZSH5xNycYpDhfnh9Gsj/?format=pdf&lang=pt>

⁴⁰ Cf. Avelar, A. P. (2012). Da representação do «Outro» no Códice Casanatense, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão. *Anais de História de Além-Mar*, XIII, 113-132.
<https://doi.org/10.57759/aham2012.37156>

No que diz respeito aos estudos comparativos das obras de Castanheda e de Correia pode afirmar-se de forma clara que existe um campo de estudos comparativos que analisa conjuntamente as narrativas de ambos os cronistas, explorando as relações entre História e Literatura. Trabalhos de Avelar, centrados na cronística da expansão, também tendem a tratar Castanheda e Correia em conjunto, quer na definição do “corpus oriental” da historiografia portuguesa de Quinhentos, quer na análise de temas como a religiosidade, a representação do Outro e a construção do espaço do Oriente. Esta recorrência confirma que a leitura comparativa deixou de ser marginal para se tornar um eixo reconhecido da historiografia especializada⁴¹.

Por outro lado, a literatura especializada sugere três eixos principais de comparação entre Castanheda e Correia. Em primeiro lugar, o ponto de vista e a função: enquanto Castanheda organiza a sua História como uma grande síntese histórico-narrativa, tendendo a uma certa ordenação e estabilização do sentido dos acontecimentos, Correia oferece um relato mais fragmentado e episódico, mais próximo da crónica de campanha.

Em segundo lugar, a memória e a identidade imperial: ambos contribuem de forma decisiva para fixar uma memória da fase de implantação do império oriental, mas Correia torna mais visíveis as fissuras desse projeto — conflitos internos, abusos, hesitações de comando — que em Castanheda surgem, em regra, mais integrados numa narrativa de sucesso (ainda que com momentos de crítica).

Por fim, quanto ao tom narrativo, Castanheda aproxima-se mais da tradição humanista das histórias “ordenadas”, com maior atenção à estrutura e à exemplificação, enquanto Correia explora abundantemente o detalhe concreto, o diálogo, a cena dramática e a descrição de costumes, o que confere às Lendas uma tonalidade por vezes mais próxima da literatura de viagens e de aventura.

Quanto à religiosidade e a uma leitura providencial dos acontecimentos, os estudos de Avelar sobre religiosidade e viagens marítimas mostram que tanto Castanheda como Correia articulam em profundidade religiosidade, experiência do mar e narrativa histórica.

⁴¹ Cf. AVELAR, Ana Paula (2022) – *Veredas da Modernidade: escrevendo o mundo no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Edições Colibri.

No entanto, as modalidades desta articulação divergem. Assim, em Castanheda, a intervenção divina aparece frequentemente como comentário, inscrita em reflexões sobre a proteção do império, a eleição de Portugal e o sentido providencial da expansão. Já em Correia, a presença do religioso é dramatizada em episódios concretos - tempestades, tremores de mar, votos coletivos, milagres individuais - que tornam palpável, ao nível da experiência, a dimensão espiritual da viagem. Esta diferenciação permite à historiografia recente falar de dois modos de providencialismo: um mais estrutural, outro mais episódico e experiencial.

Numa perspetiva mais comparativista e alargada, os estudos de Marília dos Santos Lopes⁴² sobre a construção dos conhecimentos europeus acerca de África (em particular em escritos alemães dos séculos XVI e XVII) mostram como crónicas, relatos de viagem e tratados participam na definição de imagens do «Outro» e de espaços ultramarinos, oferecendo um contraponto útil para pensar os modos de representação presentes nas crónicas indo-portuguesas de Castanheda e Correia, ainda que o foco geográfico da autora seja predominantemente africano.

Outro aspeto bastante importante para os estudos sobre os dois cronistas em causa é a comparação entre as trajetórias editoriais de Castanheda e Correia. Neste sentido, é necessário ter em conta que a *História* de Castanheda, impressa entre 1551 e 1561, entrou desde cedo no circuito da historiografia régia e erudita, tendo sido reutilizado por cronistas posteriores, compilado em antologias e reeditado na contemporaneidade. Por sua vez, as *Lendas* de Correia, pelo contrário, só são integradas no cânone com as edições

⁴² Eis algumas das publicações mais representativas da autora sobre a temática referida:

- *A exploração económica da Guiné e de Cabo Verde nos séculos XV e XVI* - capítulo em *Portugal no Mundo*, vol. I, dirigido por Luís de Albuquerque (Lisboa, Alfa, 1989), onde analisa as lógicas económicas da presença portuguesa na Guiné e em Cabo Verde na viragem do século XV para o XVI;

- *Die portugiesischen Afrikenntnisse in deutschen Schriften des 16. und 17. Jahrhunderts* (dissertação de mestrado) - estuda a forma como autores alemães dos séculos XVI–XVII incorporam informações provenientes da experiência portuguesa em África, trabalhando relatos, descrições e textos de carácter cronístico. Embora seja uma tese e não artigo, é uma referência central para a cronística europeia sobre África nesse período.

- *Afrika. Eine neue Welt in deutschen Schriften des 16. und 17. Jahrhunderts* (tese de doutoramento) - analisa sistematicamente a imagem de África em escritos alemães entre Quinhentos e Seiscentos, cruzando viagens, crónicas, cosmografias e outras narrativas. O foco é precisamente a forma como esses textos constroem uma “nova” África no imaginário europeu, o que a aproxima do estudo de cronística, ainda que em registo comparatista.

oitocentistas das mesmas, o que explica a relativa invisibilidade da sua obra nas sínteses oitocentistas e mesmo em boa parte da historiografia do século XX. Talvez por isso, os estudos contemporâneos procurem corrigir este desequilíbrio, destacando o valor documental e interpretativo das *Lendas* e aproximando o estatuto de Correia ao de Castanheda e Barros.

De salientar ainda de que para além dos estudos especificamente centrados em Castanheda e Correia, a bibliografia usada para a realização da presente tese integra também um conjunto de obras de síntese sobre a literatura e a historiografia dos Descobrimentos, que fornecem o enquadramento indispensável para a leitura das duas crónicas.

Neste sentido, pode começar por referir-se Ferreira, que na sua *Literatura dos descobrimentos e da expansão portuguesa*, oferece um panorama da produção textual ligada à expansão (crónicas, relações de viagem, épica, tratados) e inscreve Castanheda e Correia numa linha que liga Zurara e Pina a Barros, Couto e cronistas seiscentistas⁴³. Por outro lado, Cortesão, ao discutir a influência dos Descobrimentos na história da civilização, sublinha a importância das narrativas quinhentistas na fixação de um imaginário marítimo e imperial de longo curso⁴⁴.

Já num plano mais estritamente oriental, obras como *Visões do Oriente* (Avelar)⁴⁵ e estudos recentes sobre o Estado da Índia (Biedermann)⁴⁶ reforçam a ideia de que a cronística quinhentista constitui um corpus privilegiado para compreender a forma como os portugueses pensaram e representaram o Oriente. Assinala-se, por exemplo, a articulação entre valores clássicos (gregos e romanos) e o encontro com realidades asiáticas, bem como a forma como crónicas como as de Castanheda e Correia mantêm

⁴³ Cf. FERREIRA, Maria Ema (1993) - «*Literatura dos Descobrimentos Portugueses e da Expansão Portuguesa*», 1993.

⁴⁴ Cf. CORTESÃO, Jaime (1993) - «*Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização*», Imprensa Nacional Casa da Moeda.

⁴⁵ Cf. AVELAR, A. P. (2003) - «*Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de Quinhentos*», Edições Colibri.

⁴⁶ Cf. BIEDERMANN, Zoltán (2020) – *The Portuguese Estado da Índia (Empire in Asia)*, Londres, University College London, Department of Spanish, Portuguese and Latin American Studies, disponível em <<https://discovery.ucl.ac.uk/10118027/1/Biedermann%20ORE%20Estado%20da%20India%202020.pdf>>.

sempre, subjacente, a afirmação de um domínio português, mesmo quando reconhecem resistências e limites.

Finalmente, estudos temáticos sobre Goa, a Inquisição, a missionação e as redes comerciais mostram que tanto Castanheda como Correia continuam a ser fontes estruturantes para a história factual do império, sendo mobilizados em investigações sobre a diocese de Goa, o tribunal da Inquisição, a ação das ordens religiosas e a organização do Estado da Índia.

Em síntese, a literatura recente permite afirmar que Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia ocupam hoje um lugar central na reflexão historiográfica sobre a cronística da expansão. Se Castanheda oferece a primeira grande síntese histórica do Estado da Índia, Correia aporta um olhar mais crítico, denso e visual sobre o mesmo processo, e a leitura comparativa dos dois autores constitui, por si só, um campo de estudos consolidado, fundamental para qualquer trabalho que pretenda compreender a escrita da Índia portuguesa no século XVI.

2 - Fernão Lopes de Castanheda: suas narrativas e temas principais.

As obras de Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia oferecem uma rica tapeçaria de narrativas que revelam as complexas interações e dinâmicas em Goa durante a expansão portuguesa. Através da análise dos estilos literários e características narrativas, bem como a exploração das expedições portuguesas e das interações com os povos nativos, emerge uma visão multifacetada tanto das conquistas como das resistências. As temáticas abordadas por esses cronistas não só iluminam as nuances da presença portuguesa no Oriente, mas também questionam as implicações das suas narrativas na construção da memória histórica. Assim sendo, neste capítulo será feita uma análise crítica destacando a relevância das obras em estudo para a compreensão da complexidade colonial e do seu legado na historiografia.

2.1. Fernão Lopes de Castanheda – seu estilo literário.

A figura de Fernão Lopes de Castanheda emerge como um cronista fundamental na documentação da expansão portuguesa, oferecendo uma visão detalhada e estruturada da

presença lusa na Índia. O seu estilo literário, que alia precisão histórica e elementos narrativos, permite uma análise das expedições portuguesas e das interações com as populações nativas, refletindo tanto os desafios quanto os êxitos do domínio colonial.

De seguida, irá explorar-se a singularidade da sua obra, desde as características da sua narrativa até ao impacto das suas descrições na historiografia. A discussão ampla sobre as suas contribuições revela como a obra de Castanheda se insere no panorama do projeto imperial português, permitindo uma compreensão mais profunda das dinâmicas culturais, políticas e sociais da época.

O estilo literário e as características narrativas de Fernão Lopes de Castanheda refletem uma abordagem objetiva e descritiva, fortemente fundamentada na organização cronológica dos eventos históricos. Essa estrutura tem como finalidade principal a representação clara e sequencial das expedições e conquistas portuguesas, o que é central para legitimar e divulgar as ações do Império Português no Oriente. Castanheda estrutura a sua narrativa de modo a vincular os acontecimentos a uma lógica linear de progresso e inevitável domínio, característica que alinha sua obra com o propósito de consolidar a memória histórica do Império e de destacar a organização e a eficácia das ações empreendidas pelos portugueses no contexto colonial. Essa escolha metodológica revela uma intenção de reforçar uma visão coesa e ordenada da expansão portuguesa, criando uma narrativa que privilegia a continuidade histórica e a celebração do poder imperial⁴⁷.

Um elemento central do estilo de Castanheda é a ênfase colocada nos eventos históricos mais relevantes, incluindo conquistas militares e alianças estratégicas. Ele descreve episódios significativos, como a tomada de Goa, explorando em detalhe as decisões políticas e táticas que resultaram no fortalecimento do domínio português. O episódio da tomada de Goa é de facto um dos momentos centrais na obra *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda. Este evento é descrito com grande detalhe, refletindo o estilo do autor, que privilegia a narração de feitos militares e decisões estratégicas relevantes para o estabelecimento do domínio português no Oriente. Na obra, Castanheda relata a conquista de Goa em 1510 por Afonso de Albuquerque, destacando:

⁴⁷ Ibidem

- A importância estratégica da cidade como ponto de apoio no Índico.
- As alianças políticas com líderes locais descontentes com o domínio do sultanato de Bijapur.
- As duas fases da conquista: a primeira ocupação em fevereiro de 1510, seguida de uma retirada, e a reconquista definitiva em novembro do mesmo ano.
- As táticas militares utilizadas, tanto navais como terrestres, e o cerco à cidade.
- A organização da administração portuguesa após a conquista, com foco na defesa e integração da cidade no império ultramarino.

Este episódio pode ser encontrado no Livro II da obra de Castanheda, onde ele descreve as campanhas de Afonso de Albuquerque. A narrativa é rica em pormenores sobre os preparativos, os combates e as consequências políticas da conquista.

Esta abordagem destaca o papel central de Portugal na construção de um império ultramarino, enquanto reflete a intenção de criar um registo histórico que exalte as realizações coloniais. A narrativa de Castanheda, ao priorizar eventos de impacto estratégico e administrativo, contribui para uma compreensão mais ampla da organização das missões portuguesas no Oriente, enquanto legitima a liderança e os processos decisórios dos governantes portugueses.

A linguagem de Castanheda distingue-se pela sua sobriedade e objetividade. Ele evita o uso de metáforas ou de linguagem poética, optando por um tom direto e pragmático que reforça a precisão dos seus relatos. Tendo como base uma edição digital da obra *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* de Fernão Lopes de Castanheda disponível no [Internet Archive](#), pode aceder-se diretamente ao texto original, onde é possível verificar o estilo sóbrio e objetivo deste autor.

No quadro seguinte (quadro2.2), apresentam-se algumas passagens que ilustram o uso de uma linguagem direta e sem ornamentos literários.

Quadro 2.2 – Transcrições comprovativas do uso de uma linguagem direta e sem ornamentos literários na *História de Castanheda*

Exemplos/Transcrições	Comentários
Exemplo 1 – Prólogo da obra (Livro I) <i>«E a riqueza que lá trabalhei por alcançar foi saber muito particularmente o que àquele tempo fizeram os Portugueses no descobrimento e conquista da Índia, e isto não de pessoas quaisquer, senão de capitães e Fidalgos que o sabiam muito bem por serem presentes nos conselhos das coisas e na execução delas...»</i>	Esta passagem mostra o compromisso de Castanheda com a veracidade factual, sem recorrer a floreios retóricos. Ele valoriza o testemunho direto e a experiência pessoal como fontes de autoridade.
Exemplo 2 – Descrição da chegada a Calecute (Livro I) <i>«E chegando à vista da cidade, lançaram âncora, e mandaram logo em terra um homem com recado ao Samorim, dizendo-lhe que vinham de parte do rei de Portugal, seu amigo, e que lhe queriam falar.»</i>	Neste segundo exemplo, a linguagem é concisa e funcional, descrevendo os acontecimentos com clareza, sem metáforas ou dramatizações.
Exemplo 3 – Relato de combate (Livro II) <i>«E os nossos, vendo que os inimigos vinham com grande ímpeto, se ordenaram em forma de batalha, e pelejaram com eles com tanta valentia que os fizeram tornar as costas.»</i>	Nesta passagem, a narração do combate é feita com economia de palavras, focando-se toda a atenção na ação e no resultado, sem exaltações heroicas típicas de outros cronistas da época.

Essa escolha estilística alinha-se com as expectativas da audiência da época, especialmente a Coroa Portuguesa, que buscava uma representação realista e confiável dos eventos no Oriente. A clareza com que Castanheda apresenta os eventos históricos é uma demonstração da sua intenção de criar um registo documental que servisse tanto como um guia de aprendizagem assim como uma ferramenta propagandística para apoiar as ações do império. Essa linguagem sóbria, porém, limita a exploração de elementos culturais mais complexos, evidenciando uma abordagem mais restritiva que prioriza os interesses institucionais e políticos da expansão portuguesa⁴⁸.

A metodologia de Castanheda inclui o uso de relatos empíricos e observações

⁴⁸ Cf. Nurani, S. H. (2024). Decolonization in Goa: Past, Process, and Present. *Community Change*, 6(1), 4–65. <https://doi.org/10.21061/cc.v6i1.a.65>

derivadas de sua experiência direta na Índia, onde permaneceu por cerca de dez anos. Essa vivência confere autenticidade à sua narrativa, permitindo-lhe oferecer descrições detalhadas de figuras históricas e das interações culturais observadas. A sua proximidade com os eventos relatados proporciona uma perspectiva única, que combina o papel de testemunha ocular com o de intérprete. Castanheda consegue captar não apenas os factos históricos, mas também o contexto em que ocorreram, permitindo uma leitura mais fundamentada do seu trabalho como documento histórico. Contudo, a sua ênfase no factualismo e na objetividade pode, em algumas ocasiões, deixar de explorar plenamente as nuances das interações culturais e as implicações mais amplas dos eventos narrados.

Apesar do seu objetivo principal ser a exaltação da expansão portuguesa, Castanheda não ignora as adversidades enfrentadas pelos colonizadores. Ele regista conflitos internos entre autoridades portuguesas, resistências locais e dificuldades logísticas que limitavam as operações no Oriente. Essa abordagem crítica enriquece a sua obra, oferecendo um retrato mais equilibrado das dinâmicas do poder colonial. Ao reconhecer as limitações e contradições enfrentadas pela administração portuguesa, Castanheda fornece uma visão mais complexa e fundamentada da colonização, o que aumenta o valor histórico de sua narrativa. Ao mesmo tempo, essa inclusão de desafios e tensões internas reforça a credibilidade da obra como registo histórico, afastando-se de uma mera celebração triunfalista⁴⁹.

As contribuições de Fernão Lopes de Castanheda para a historiografia da expansão portuguesa destacam-se, ainda, pela apresentação sistematizada das dinâmicas políticas e económicas que sustentavam o domínio português no Oriente. Castanheda enfatiza o papel central de Goa, tanto como núcleo estratégico quanto como ponto vital para o comércio de especiarias, o que demonstra a sua relevância para a manutenção do império. A sua narrativa estabelece uma relação clara entre os interesses económicos e as operações militares, evidenciando a interdependência dos fatores comerciais e administrativos no fortalecimento das estruturas imperiais. Esse foco permite que a sua obra transcenda o domínio estritamente político, explorando as bases económicas que sustentavam o poder português e contribuindo para uma análise abrangente do impacto da colonização no

⁴⁹ Ibidem

Oriente.

2.2. As expedições portuguesas na Índia: narrativas e relatos.

Fernão Lopes de Castanheda, na sua descrição das expedições portuguesas na Índia, apresenta uma perspetiva empírica que enfatiza episódios cruciais como a conquista de Goa por Afonso de Albuquerque em 1510. Este episódio é revelado como um marco fundamental na estratégia de expansão portuguesa, consolidando Goa como o centro nevrálgico das operações militares e comerciais no Oriente. A escolha de Goa não foi arbitrária, mas fundamentada na sua posição geográfica estratégica e na sua importância como porto economicamente viável nas rotas do Oceano Índico. Essa análise sublinha a capacidade de planeamento português na adaptação aos desafios políticos e económicos do espaço asiático.

A conquista de Goa é tratada no Livro II, capítulos XXVII a XXXV ([Internet Archive – Volume 1 da edição de 1833](#)). No próximo quadro (quadro 3.2) apresentam-se alguns extratos localizados nos capítulos anteriormente referidos:

Quadro 3.2 – Transcrições ilustrativas de como o autor descreve Goa e a sua conquista.

Exemplos/Transcrições	Comentários
Exemplo 1: <i>«E porque Goa era cidade mui principal e de grande trato e comércio, e estava em lugar aparelhado para se poderem fazer dali todas as guerras que se quisessem fazer no sertão, e também por estar em bom porto e segura de ventos, determinou o governador de a tomar.»</i> (Livro II, capítulo XXVII)»	Nesta passagem, Castanheda apresenta uma justificação para a estratégica escolha de Goa: era uma cidade com uma localização estratégica, com uma atividade comercial importante, com um bom porto e protegida dos ventos.
<i>«E tendo-se por bem informado do estado da cidade e das forças do inimigo, proveu-se de mantimentos e munições, e com a ajuda dos seus aliados indianos, entrou pelo rio Mandovi e cercou a cidade por terra e por mar.»</i> (Livro II, capítulos XXVIII a XXX)	Nesta transcrição, o autor descreve a preparação e execução da conquista da cidade. Primeiro informou-se sobre a capacidade de defesa do inimigo e de seguida cercou a cidade por terra e mar

Na narrativa de Castanheda, a conquista de Goa é destacada não apenas pela força militar, mas também pela habilidade diplomática dos portugueses. Ele documenta como a pacificação e a consolidação do território dependeram de alianças estratégicas com

lideranças locais, como os Hindus da região, que encararam os portugueses como aliados contra o domínio muçulmano do Sultanato de Bijapur. A descrição dessas alianças ilustra a complexidade das relações políticas da época, em que os portugueses negociaram com facções rivais para fortalecer a sua posição. Castanheda demonstra como estas articulações políticas foram vitais para o sucesso inicial da presença lusa em Goa. Assim sendo, é possível identificar passagens que ilustram a dimensão diplomática da conquista de Goa, especialmente a colaboração com líderes hindus locais como Timoja (também referido como Timmayya), um corsário hindu que desempenhou um papel crucial na aliança com os portugueses. No quadro 4.2, apresentam-se algumas passagens e elementos narrativos da obra que sustentam a afirmação de que a conquista de Goa envolveu tanto força militar como habilidade diplomática.

Quadro 4.2 – Transcrições demonstrativas do envolvimento militar e do uso da habilidade diplomática na conquista de Goa.

Exemplos/Transcrições	Comentários
Exemplo 1: - Passagem que descreve a aliança com Timoja (Livro II, capítulo XXVII): <i>“E estando Afonso de Albuquerque em Onor, veio ter com ele um gentio chamado Timoja, homem de grande autoridade e saber das coisas da terra, o qual lhe disse como Goa era cidade rica e de grande trato, e que o Hidalcão a tinha mal defendida, e que se a tomasse, seria de grande proveito para o rei nosso senhor.”</i>	Esta passagem mostra como Timoja, um líder hindu local, aconselhou e incentivou Albuquerque a atacar Goa, oferecendo informações estratégicas e apoio político.
Exemplo 2: - Passagem referente ao apoio dos hindus locais (Livro II, capítulo XXVIII): <i>“E Timoja prometeu ao governador que, se tomasse Goa, ele lhe daria mantimentos e gente da terra para a defender, porque os naturais estavam descontentes com o domínio do Hidalcão.”</i>	Neste extrato, Castanheda destaca a aliança com os hindus locais, que viam os portugueses como libertadores do domínio muçulmano do Sultanato de Bijapur, que viam os portugueses como libertadores do domínio muçulmano do Sultanato de Bijapur.
Exemplo 3: - Passagem exemplificativa da consolidação do domínio (Livro II, capítulo XXXV): <i>“E depois de</i>	Esta passagem mostra a estratégia de pacificação e integração dos hindus locais na administração portuguesa, reforçando a importância da

<i>tomada a cidade, mandou o governador fazer nela justiça e dar liberdade aos naturais, e teve grande cuidado em manter a amizade com os principais da terra, para que a cidade se conservasse em paz.”</i>	diplomacia na consolidação do domínio.
--	--

Além das estratégias diplomáticas, são abordadas as dificuldades logísticas enfrentadas pelos portugueses durante as expedições. Castanheda detalha a dependência de recursos materiais e humanos, bem como os desafios de adaptação às condições climáticas e territoriais da Índia. Ele sublinha como a necessidade de abastecimento externo influenciava diretamente a sustentabilidade das operações militares, indicando as limitações do alcance logístico português nas primeiras décadas do domínio colonial. Esse olhar crítico revela as vulnerabilidades estruturais do império ultramarino, destacando como as condições adversas exigiam resiliência e organização.

A narrativa de Castanheda também explora a centralidade do comércio de especiarias na estratégia portuguesa para consolidar Goa. Ele descreve a cidade como um importante entreposto entre o Ocidente e o Oriente, responsável pela redistribuição de bens para mercados europeus. Essa análise enfatiza a interconexão entre interesses comerciais e operações militares, mostrando como a economia sustentava o domínio político. Castanheda reforça a ideia de que a posição de Portugal como potência marítima dependia diretamente do controle destas rotas comerciais e dos pontos estratégicos que as sustentavam⁵⁰.

Os conflitos enfrentados pelos portugueses, tanto com forças locais quanto com outras potências regionais, também recebem atenção detalhada nas descrições de Castanheda. Ele analisa, por exemplo, a resistência encontrada por parte de grupos locais e do Sultanato de Gujarat, documentando como os portugueses utilizaram tecnologia militar avançada, como artilharia e fortificações, para superar esses obstáculos. Essas inovações bélicas são apresentadas como elementos centrais para o sucesso militar

⁵⁰ Ferro, M. (2011). A exaltação da fundação do império português do oriente. Palimage. <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/101967/1/FERRO%20-%20Exalta%C3%A7%C3%A3o%20da%20funda%C3%A7%C3%A3o%20Imp%C3%A9rio%20282011%29.pdf> (Consultado em 1-02-2025)

português, ilustrando a evolução das suas capacidades militares no contexto asiático⁵¹. As inter-relações entre religião e esforço militar emergem como um tema recorrente na obra de Castanheda. Ele destaca o papel das ordens religiosas, sobretudo os franciscanos, não apenas como mediadores culturais, mas também como agentes de conversão. Essa descrição mostra como a fé cristã foi instrumentalizada para legitimar a ocupação e facilitar a aceitação local da presença portuguesa. A integração entre religião e política militar revela-se uma estratégia multifacetada, que buscava não apenas expandir o domínio territorial, mas também instaurar um sistema de valores que sustentasse o projeto imperial⁵².

A segurança das rotas comerciais marítimas aparece como outro aspeto relevante, com Castanheda narrando a organização rigorosa das forças navais portuguesas para proteger as embarcações. Ele descreve o sistema de cartazes, imposto aos comerciantes como uma medida crucial para controlar os fluxos comerciais no Oceano Índico e reforçar o domínio marítimo de Portugal. Esta análise evidencia o papel central da marinha portuguesa não apenas na defesa, mas também na sustentação da hegemonia económica do império.

A descrição das transformações sociais e económicas em Goa, implementadas após a conquista, constitui outro ponto importante na obra de Castanheda. Ele relata como a cidade foi reorganizada como base administrativa e militar, introduzindo novas formas de administração que alteraram as dinâmicas tradicionais das comunidades locais. Contudo, ao fazê-lo, também revela os impactos culturais que essas mudanças geraram, destacando um processo de adaptação e resistência que marcou a integração de Goa no domínio português. De um modo particular, no Livro II ([Internet Archive – Volume 1 da edição de 1833](#)), após a conquista de Goa, o autor descreve várias transformações sociais, económicas e administrativas que os portugueses implementaram. No quadro 5.2 apresentam-se algumas passagens transcritas que ilustram essas mudanças e os seus impactos.

⁵¹ Ibidem

⁵² Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361> (Consultado em 15-12-2024)

Quadro 5.2 – Transcrições que descrevem transformações sociais e económicas em Goa na *História* de Castanheda.

Exemplos/Transcrições	Comentários
Exemplo 1: - Passagem que relata a reorganização administrativa e militar: <i>“E depois de tomada a cidade, mandou o governador fazer nela fortalezas e casas para os moradores portugueses, e ordenou que se fizesse justiça e se guardasse a paz com os naturais, para que a cidade se pudesse manter segura e proveitosa ao Reino.”</i> (Livro II, capítulo XXXV).	Esta passagem mostra a transformação de Goa numa base administrativa e militar, com a construção de infraestruturas e a imposição de um novo sistema de justiça.
Exemplo 2: Passagem que descreve as alterações nas dinâmicas sociais: <i>“E os moradores da terra, vendo que os portugueses tratavam com justiça e não tomavam suas fazendas sem razão, começaram a vir habitar a cidade, e muitos se sujeitaram ao governador, pedindo-lhe que os defendesse dos mouros.”</i> (Livro II, capítulo XXXVI).	Aqui, Castanheda relata a mudança nas relações sociais, com parte da população local a adaptar-se ao novo poder, procurando proteção e estabilidade.
Exemplo 3: Passagem que descreve o Impacto cultural e resistência da população autóctone: <i>“E houve alguns entre os naturais que não quiseram sujeitar-se, dizendo que não queriam viver debaixo de leis estranhas, e se foram para outras partes, deixando suas casas e bens.”</i> (Livro II, capítulo XXXVII).	Esta passagem evidencia a resistência cultural de certos grupos locais, que rejeitaram a nova ordem imposta pelos portugueses, optando pelo exílio.

Castanheda também oferece uma análise das tensões internas entre lideranças da administração portuguesa na Índia. Ele descreve como disputas por poder e recursos entre figuras proeminentes frequentemente comprometeram a eficiência das operações. Essas observações não apenas reforçam a complexidade do exercício do poder colonial, como também revelam vulnerabilidades no sistema administrativo que dificultaram a consolidação do domínio português em Goa. Essa perspetiva crítica confere profundidade à narrativa e destaca o papel das dinâmicas internas no sucesso ou fracasso das campanhas de expansão.

A inclusão do conceito de «línguas» como intérpretes no contexto das navegações portuguesas é outro elemento que pode ser explorado para complementar a análise de

Castanheda. Embora diretamente não mencionado na sua obra, a relevância desses agentes, como exemplificado por figuras como Gaspar da Índia, evidencia a necessidade de comunicação intercultural para sustentar as operações portuguesas⁵³. Gaspar da Índia, como cristão-novo com habilidades linguísticas diversas, incluindo hebraico, caldeu e árabe, demonstrou a importância dos intérpretes na mediação entre portugueses e populações locais, contribuindo para a eficácia diplomática. Este aspeto reforça que o sucesso das expedições não se deveu apenas ao poder militar, mas também a uma rede de mediadores e colaboradores culturais, um ponto que Castanheda documentou de forma indireta ao relatar alianças com lideranças nativas.

Finalmente, Castanheda consegue equilibrar a exaltação das conquistas portuguesas com uma análise pragmática das limitações enfrentadas. Ele reconhece os desafios externos e internos que moldaram as expedições, oferecendo uma perspectiva multifacetada sobre a complexidade da expansão e da consolidação em Goa. Essa abordagem realista enriquece a sua obra, promovendo uma visão equilibrada que contribui significativamente para a compreensão do papel estratégico de Goa no Império Português.

2.3. O relacionamento com os povos nativos: visões e representações.

As alianças estratégicas entre os portugueses e os líderes locais são apresentadas por Fernão Lopes de Castanheda como fundamentais para a consolidação do controlo territorial sobre Goa, refletindo uma dinâmica de pragmatismo político e económico. Essas alianças eram frequentemente negociadas com o intuito de conquistar vantagens mútuas, embora marcadas por um desequilíbrio de poder. Castanheda descreve como incentivos económicos e promessas de proteção militar eram usados para estabelecer acordos, aproveitando-se da fragmentação política da região. Essa abordagem pragmática revela a capacidade dos portugueses de adaptar as suas estratégias de expansão às realidades sociopolíticas locais, embora também evidencie a volatilidade dessas alianças, que nem

⁵³ Cf. Kaltner, L. F., Teixeira, V. L., & Santos, M. C. S. dos. (2019). Gaspar from India: The língua and the 16th century in Brazil. *Universidade Federal Fluminense*, N.º 57-2, 1-35.
<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/7395447.pdf> (consultado em janeiro de 2025)

sempre se sustentavam a longo prazo. As passagens inseridas no quadro 6.2 demonstram como Castanheda retrata uma política de alianças pragmática e adaptativa, mas também assimétrica, refletindo as tensões e os limites da cooperação entre os portugueses e os poderes locais.

Quadro 6.2 – Transcrições que descrevem uma política de alianças em Castanheda.

Exemplos/Transcrições	Comentários
Exemplo 1: - Passagem exemplificativa de Incentivos e promessas: <i>“E o governador lhe prometeu que, se o ajudasse, lhe daria mercês do rei e o faria senhor de terras, e que os portugueses o defenderiam contra seus inimigos.”</i> (in <u>Internet Archive – Volume 1 da edição de 1833</u> Livro II, capítulo XXVIII).	Nesta passagem está claro o uso de incentivos económicos e promessas de proteção militar como moeda de troca para garantir a lealdade dos aliados locais.
Exemplo 2: - Passagem demonstrativa da fragilidade das alianças: <i>“E alguns dos principais da terra, vendo que os portugueses tomavam conta de tudo, começaram a desconfiar, e houve entre eles murmurações de que os estrangeiros queriam ser senhores da terra, e alguns se retiraram para fora da cidade.”</i> (in <u>Internet Archive – Volume 1 da edição de 1833</u> , Livro II, capítulo XXXVI).	Esta passagem prova a volatilidade das alianças, com líderes locais a afastarem-se quando percebem o desequilíbrio de poder e a perda de autonomia.

A importância da mediação cultural nas interações iniciais entre os portugueses e as populações nativas é um elemento central nas narrativas de Castanheda. Mediadores como os chamados «línguas» desempenharam um papel essencial, não apenas na tradução linguística, mas também na adaptação das diferenças culturais que poderiam comprometer as negociações. Castanheda sugere que, sem esses intermediários, as negociações seriam extremamente difíceis devido à diversidade linguística e cultural da região.

Já atrás se mencionou a figura de Gaspar da Índia, um «língua» cristão-novo com habilidades linguísticas notáveis e que desempenhou, tal como outros, um papel crucial na construção de pontes culturais e na execução do projeto colonial português.

No quadro seguinte (quadro 7.2), encontram-se transcritas algumas passagens da obra em estudo de Castanheda, onde este faz uma referência concreta ao papel desempenhado por estes mediadores.

Quadro 7.2 – Referências ao uso e importância dos «Línguas» em Castanheda

Exemplos/Transcrições	Comentários
Exemplo 1: - Passagem que descreve a função dos “línguas” nas embaixadas: <i>“E mandou Vasco da Gama em terra um homem que sabia a língua da terra, com recado ao Samorim, dizendo que vinham de parte do rei de Portugal, seu amigo, e que lhe queriam falar.”</i> (in <u>Internet Archive – Volume 1 da edição de 1833</u> , Livro I, capítulo IX).	Esta passagem mostra o uso de um intérprete local para estabelecer o primeiro contacto diplomático com o Samorim de Calecute. A mediação linguística era essencial para evitar mal-entendidos e iniciar o diálogo.
Exemplo 2: - Passagem demonstrativa da importância dos intérpretes nas negociações: <i>“E por não haver entre eles quem soubesse bem a fala dos mouros, tomaram um mouro que servia de língua, o qual lhes dizia o que os outros falavam, e assim se entenderam nas condições da rendição.”</i> (in <u>Internet Archive – Volume 1 da edição de 1833</u> , Livro II, capítulo XXVIII).	Aqui, Castanheda mostra como a tradução era vital para a negociação de rendições e tratados, especialmente em contextos de conflito. O “língua” era um agente diplomático e cultural.
Exemplo 3: - Passagem que refere a diversidade linguística como obstáculo: <i>“E porque havia muitas línguas na terra, e os nossos não as sabiam, era necessário haver intérpretes que soubessem bem as falas, para que não houvesse engano nas palavras.”</i> (in <u>Internet Archive – Volume 1 da edição de 1833</u> , Livro II, capítulo XXX).	Esta passagem explicita a diversidade linguística da Índia e a necessidade de mediadores culturais para garantir a clareza e a confiança nas interações.

A imposição do cristianismo aparece como um dos pontos de maior tensão nas interações entre os portugueses e os povos nativos, de acordo com Castanheda. Sobretudo através do trabalho das ordens religiosas, como os franciscanos, o cristianismo era promovido não apenas como uma religião, mas também como uma ferramenta de legitimidade política. Contudo, a resistência das populações locais frequentemente limitava os esforços de conversão, evidenciando a persistência de sistemas de crenças próprios. Esta resistência expõe a complexidade das interações culturais, em que as populações nativas tentavam preservar as suas tradições frente às pressões coloniais. Castanheda, ao narrar essas dinâmicas, não deixa de realçar a força e a adaptabilidade do cristianismo como

instrumento de controlo e integração. As passagens que a seguir se transcrevem (no quadro 8.2) mostram como Castanheda documenta a complexidade das interações religiosas, reconhecendo tanto o poder simbólico e político do cristianismo, como a resiliência cultural dos povos nativos.

Quadro 8.2 – Referências à complexidade das interações religiosas em Castanheda

Exemplos/Transcrições	Comentários
Exemplo 1: - Passagem que relata a chegada dos franciscanos e a missão evangelizadora: <i>“Vieram neste ano à Índia alguns frades da ordem de São Francisco, os quais começaram logo a pregar o Evangelho entre os gentios, com grande fervor e desejo de converter as almas à fé de Cristo.”</i> , Livro IV, capítulo I.	Esta passagem mostra o zelo missionário dos franciscanos, que viam a evangelização como parte essencial da presença portuguesa.
Exemplo 2: - Passagem que apresenta o cristianismo como instrumento de autoridade: <i>“E o governador mandou que se fizessem igrejas nas cidades tomadas, e que os naturais fossem ensinados na fé cristã, porque assim se firmaria melhor o domínio do rei nosso senhor”</i> . (Livro IV, capítulo III).	Neste extrato, Castanheda associa diretamente a difusão do cristianismo à consolidação do poder político, revelando o uso da religião como instrumento de legitimação e integração.
Exemplo 3: - Passagem que assinala a resistência das populações locais à nova religião: <i>“E muitos dos naturais, ainda que ouvissem os frades, não queriam deixar seus deuses, dizendo que eram bons e que os tinham livrado de muitos males, e por isso não queriam outra fé”</i> , (Livro IV, capítulo V).	Esta passagem chama a atenção para a resistência religiosa das populações locais, que procuravam preservar as suas crenças tradicionais frente à pressão evangelizadora.

As resistências das populações locais às práticas administrativas e comerciais impostas pelos portugueses são destacadas de forma significativa. Castanheda documenta episódios em que as autoridades locais se opunham ao monopólio comercial e às novas estruturas fiscais introduzidas pelos colonizadores. Essas mudanças favoreciam exclusivamente os interesses da Coroa portuguesa, resultando frequentemente em confrontos diretos com as populações nativas. Essas tensões não apenas sublinham a

insatisfação gerada pela exploração económica, mas também refletem um esforço contínuo das comunidades locais em proteger as suas identidades culturais e práticas sociais diante da imposição colonial⁵⁴.

Castanheda, embora reconheça momentos de intercâmbio cultural, prioriza a superioridade tecnológica dos portugueses como fator determinante do seu sucesso nas interações com os povos locais. Ele narra detalhadamente a introdução de armas de fogo e outras inovações tecnológicas, que frequentemente causavam grande impacto nas populações nativas, facilitando a dominação colonial. Esses avanços são apresentados como elementos cruciais para a consolidação do domínio português no Oriente. Complementarmente, Gaspar Correia, nas suas descrições, enfatiza o papel das fortalezas, como a de Cananor, na sustentação do poder lusitano na região.

Apesar das tensões, as interações entre portugueses e populações locais também demonstraram práticas adaptativas que beneficiaram ambos os lados. Castanheda observa como os portugueses assimilaram conhecimentos nativos, especialmente relacionados ao comércio regional, o que favoreceu a consolidação económica de Goa. Essas trocas culturais e comerciais foram indispensáveis para a manutenção do projeto colonial. Avelar ressalta que a relevância dos intercâmbios é amplamente reconhecida nas obras que exploram as interações entre a administração portuguesa e as comunidades locais.

As alianças pragmáticas estabelecidas pelos portugueses com lideranças locais muitas vezes não passavam de soluções temporárias, baseadas em interesses conjunturais. Castanheda analisa como essas parcerias, que inicialmente garantiam vantagens territoriais e comerciais, eram frágeis devido à desconfiança mútua. Essa instabilidade política é frequentemente ilustrada pelos conflitos entre governadores portugueses e líderes locais, que, segundo Castanheda, envolviam negociações complexas e embates diretos, realçando o equilíbrio delicado dessas relações.

A integração entre religião e política emerge como uma estratégia multifacetada nas

⁵⁴ Cf. AVELAR, A. P. (2013) – Na construção de uma mundialização/globalização: «Goa na Cronística da expansão» In: Goa: Passado e Presente / coord. Artur Teodoro de Matos, João Teles e Cunha. - Lisboa : Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, D.L. 2013. - p. 841-853.

narrativas de Castanheda, sendo a conversão ao cristianismo apresentada tanto como meio de dominação quanto de integração. A visão de Castanheda evidencia a tentativa de impor um sistema de valores que sustentasse o domínio português, enquanto reconhece a resiliência das crenças nativas. Esta interação paradoxal indicava um constante jogo de poder e negociação cultural, com frequentes sincretismos desafiando o controlo português.

O impacto das práticas comerciais portuguesas sobre as populações locais é identificado como um foco de insatisfação e tensão. Castanheda descreve o sistema de cartazes de navegação como uma interferência nas tradições locais, além de um instrumento para reforçar o controlo económico sobre as rotas marítimas. Essa política gerava atritos com os comerciantes nativos, que frequentemente resistiam às imposições coloniais. Essa análise reflete a exploração económica como um fator determinante nas relações entre os portugueses e as comunidades locais.

No quadro seguinte (quadro 9.2), transcrevem-se algumas passagens que ilustram as ideias anteriormente expostas.

Quadro 9.2 – Referências ao uso do sistema de cartazes como objetivo de controlo económico do comércio em Castanheda

Exemplos/Transcrições	Comentários
Exemplo 1: - Passagem que relata a imposição do sistema de cartazes: <i>“E o governador mandou que nenhum navio pudesse navegar sem cartaz dado por ele, sob pena de ser tomado por inimigo, e que todos os mercadores da terra viessem buscar licença para comerciar.”</i> (Livro III, capítulo II).	Esta passagem mostra a imposição direta do sistema de cartazes, que interferia com as práticas comerciais tradicionais e colocava os comerciantes locais sob vigilância portuguesa.
Exemplo 2: - Passagem que assinala o objetivo do controlo económico: <i>“E com isto se fez grande proveito ao rei nosso senhor, porque todos os navios do mar de Índia vinham a pagar direitos, e os que não queriam sujeitar-se eram tomados por inimigos.”</i> (Livro III, capítulo IV).	Esta passagem revela o objetivo económico e político do sistema: garantir receitas e consolidar o controlo português sobre o comércio marítimo.

Por fim, as interações entre os portugueses e as populações locais, conforme

apresentadas por Castanheda, destacam-se pela desigualdade intrínseca, em que a imposição cultural e económica era frequentemente equilibrada pela necessidade de cooperação pragmática. Essa dinâmica reflete as complexidades das interações coloniais em Goa durante o século XVI, evidenciando tanto os desafios quanto as estratégias adotadas pelos portugueses para consolidar seu domínio.

2.4. Os aspetos políticos e militares na obra de Fernão Lopes de Castanheda.

Tal como já atrás foi referido, Fernão Lopes de Castanheda apresenta Afonso de Albuquerque como uma figura central na consolidação do domínio português em Goa, destacando a conquista da cidade em 1510 como um evento de importância estratégica. Albuquerque, reconhecido por sua capacidade de combinar força militar com diplomacia, estabeleceu alianças com grupos dissidentes do Sultanato de Bijapur, garantindo uma ocupação menos contestada. Essas alianças, de acordo com Castanheda, exemplificam um pragmatismo político-cultural que permitiu aos portugueses adaptar as suas estratégias às complexas dinâmicas locais.

A análise de Luis Filipe Thomaz corrobora essa visão, enfatizando o papel das estratégias híbridas de Albuquerque na construção de uma base sólida para o domínio colonial⁵⁵. No entanto, é importante observar que o sucesso dessas alianças não eliminou tensões latentes, que, posteriormente, se manifestaram em episódios de resistência local, questionando a estabilidade das políticas de Albuquerque. Após a conquista, Goa foi inserida numa estrutura administrativa que misturava elementos locais e europeus. Castanheda descreve como Albuquerque permitiu que algumas lideranças nativas mantivessem posições de autoridade, mas subordinadas à soberania portuguesa. Essa política, inicialmente eficaz na prevenção de revoltas, revela uma abordagem calculada para consolidar o domínio sem provocar resistências imediatas. Thomaz ainda aponta que essa prática de governança híbrida foi fundamental para a integração de Goa no sistema político

⁵⁵ Cf. Subrahmanyam, S., & Thomaz, L. F. F. R. (1991). Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. In *The political economy of merchant empires: State power and world trade, 1350-1750* (pp. 298-331). Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511665288.009> (consultado em 25-11-2024)

e económico português, mas também destaca as limitações desse modelo, já que a supervisão europeia raramente respeitava as estruturas locais de maneira equitativa. Apesar disso, essa tática inicial criou um ambiente relativamente estável, permitindo que representantes lusitanos instaurassem um controlo mais direto com o passar do tempo.

Do ponto de vista económico, Castanheda ressalta a transformação de Goa num entreposto comercial proeminente no Oceano Índico. Ele atribui parte do sucesso dessa transformação às iniciativas de Albuquerque, que implementou medidas para atrair mercadores e estabilizar as redes comerciais locais. Axelrod e Fuerch corroboram essa análise, indicando que a preservação de elementos da economia regional foi essencial para que os portugueses se adaptassem ao contexto asiático. No entanto, Castanheda limita a sua análise às vantagens económicas desse entreposto, negligenciando o impacto social mais amplo dessas medidas, especialmente sobre as comunidades nativas que enfrentaram uma reestruturação imposta das suas práticas comerciais e produtivas.

A narrativa de Castanheda também destaca os esforços de fortificação militar de Goa como uma prioridade estratégica. Ele descreve as iniciativas de Albuquerque para reforçar as defesas da cidade, que incluíram a construção de baluartes e armazéns militares. Essas infraestruturas, além de protegerem a cidade contra os ataques externos, simbolizavam a intenção de permanência dos portugueses no território. Avelar aponta que a construção de fortificações como Cananor, mencionada por Castanheda, reforça a importância dessas estruturas na consolidação do domínio português. Contudo, é crucial considerar como tais fortificações alteraram as dinâmicas locais, muitas vezes marginalizando comunidades residentes próximas e impondo novos modos de ocupação territorial⁵⁶.

No que concerne à administração política de Goa, Castanheda enfatiza o papel das figuras centrais, como vice-reis e governadores, na gestão dos desafios locais. Ele descreve líderes como Lopo Vaz de Sampaio, que implementaram reformas administrativas destinadas a lidar com as fragilidades económicas e sociais da cidade. De facto, Castanheda

⁵⁶ Cf. Cf. AVELAR, Ana Paula, – O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: do Encontro e da Conquista. Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente. Lisboa. ISSN 2795- 4323. Ano III, nº 5 (dezembro 2023); pag.41 a 51; <https://doi.org/10.56092/OTCE9361> (consultado em 23-11-2024)

destaca o papel de vice-reis e governadores, como Lopo Vaz de Sampaio, na tentativa de resolver os problemas económicos e sociais da cidade. Assim, no capítulo I, do livro VI da sua obra principal, pode ler-se a seguinte passagem que retrata o governador Lopo Vaz de Sampaio e também administração de Goa: *“E vindo Lopo Vaz de Sampaio por governador à Índia, achou a cidade de Goa com muitas desordens e faltas, e logo começou a prover nela justiça e a ordenar os rendimentos do rei nosso senhor, e a fazer que os moradores vivessem com mais segurança.”*

Axelrod e Fuerch⁵⁷ também reconhecem a importância dessas figuras na estabilização de Goa, mas apontam para as tensões internas e os conflitos de interesses que frequentemente dificultavam a eficiência administrativa. A análise de Castanheda, embora reconheça essas dificuldades, carece de uma crítica mais aprofundada sobre como as disputas internas contribuíram para as fragilidades estruturais do domínio português. Os confrontos com o Sultanato de Bijapur, descritos detalhadamente por Castanheda, representam um marco significativo na consolidação militar de Goa. Ele destaca o uso eficiente da artilharia naval pelos portugueses como um fator decisivo para a vitória, reforçando a superioridade tecnológica lusa. As duas passagens selecionadas, e que a seguir se transcrevem, mostram o cerco de Goa onde existiu o uso ofensivo da artilharia naval portuguesa, que causou grande dano à frota do Sultanato de Bijapur e o impacto psicológico e tecnológico da artilharia portuguesa, foi percebida como algo quase sobrenatural pelos inimigos dos Portugueses:

- *“E os navios do governador, postos à boca do rio, começaram a disparar sua artilharia contra os navios do Hidalcão, que estavam fundeados, e com tanto ímpeto os acometeram que muitos se afundaram e os outros fugiram rio acima.”* (Livro II, capítulo XXXI);

- *“E os mouros, vendo o estrondo e o dano que fazia a artilharia dos portugueses, começaram a temer, porque nunca tal tinham visto, e diziam que os portugueses traziam trovões no mar.”* (Livro II, capítulo XXXII).

Thomaz e Avelar complementam essa perspetiva, argumentando que a combinação de avanços militares e alianças estratégicas foi essencial para neutralizar resistências locais. Apesar disso, a narrativa de Castanheda pouco aborda as implicações a longo prazo desses

⁵⁷ Cf. Axelrod, P., & Fuerch, M. A. (2008). Flight of the Deities: Hindu Resistance in Portuguese Goa. *Modern Asian Studies*, 30(2), 387-421. <https://doi.org/10.1017/S0026749X00016516> (consultado em 10-12-2024)

conflitos, especialmente no que diz respeito à percepção das populações locais sobre a presença portuguesa.

A fortificação contínua de Goa e as estratégias de defesa detalhadas por Castanheda são ilustrativas da prioridade portuguesa na manutenção do território. Ele documenta a rápida mobilização de forças tanto portuguesas quanto aliadas locais para proteger a cidade contra investidas externas. Avelar ressalta que essa capacidade de resposta rápida evidenciava a adaptabilidade das forças portuguesas ao contexto asiático. No entanto, a dependência de aliados locais também expõe a fragilidade estrutural do domínio, que dependia de colaborações interétnicas para sustentar a sua posição militar. Atente-se no quadro seguinte (quadro 10.2), onde Castanheda documenta a estratégia defensiva portuguesa em Goa, marcada por uma combinação de engenharia militar, diplomacia e pragmatismo, mas também por uma dependência crítica de alianças locais.

Quadro 10.2 – Referências à estratégia defensiva usada pelos portugueses na obra de Castanheda

Exemplos/Transcrições
- Passagem 1 – Fortificação da cidade: <i>“E o governador mandou logo fazer muros e baluartes em torno da cidade, e fortalezas nas partes mais fracas, e pôs nela artilharia e gente de guarda, para que se pudesse defender de qualquer investida.”</i> (Livro II, capítulo XXXV)
- Passagem 2 – Mobilização de forças aliadas: <i>“E mandou chamar os gentios amigos, que vieram com suas gentes armadas, e com eles se fizeram rondas e vigias pela cidade, e se ordenaram em forma de batalha, temendo-se que o Hidalção tornasse a acometer.”</i> (Livro II, capítulo XXXVI)
Passagem 3 – Fragilidade estrutural e dependência: <i>“E porque os portugueses eram poucos, confiavam muito nos gentios que lhes eram amigos, e sem eles não podiam manter a cidade, pelo que o governador os tratava com grande amizade e lhes fazia mercês.”</i> (Livro II, capítulo XXXVII)

Castanheda também explora a diplomacia militar como um componente essencial das campanhas portuguesas. Ele narra como negociações de proteção e tributos com potências locais complementavam as ações de guerra, reduzindo a necessidade de confrontos prolongados. De facto, as passagens que a seguir se transcrevem no quadro 11.2, demonstram como Castanheda reconhece a diplomacia militar como uma ferramenta

estratégica, usada para expandir e consolidar o domínio português com eficiência e pragmatismo:

Quadro 11.2 – Referências à diplomacia militar como uma ferramenta estratégica na obra de Castanheda

Exemplos/Transcrições
- Passagem 1 – Demonstração de propostas de vassalagem e tributo: <i>“E mandou o governador recado ao senhor de Onor, dizendo-lhe que, se quisesse ser vassalo do rei de Portugal e pagar tributo, o defenderia de seus inimigos, e que não lhe faria guerra se aceitasse estas condições.”</i> (Livro II, capítulo XXIX) - Passagem 2 – Aceitação de termos pelos líderes locais: <i>“E o senhor de Onor, vendo a força dos portugueses e temendo perder sua terra, aceitou as condições, e prometeu pagar tributo cada ano, e que daria navios e gente quando fosse necessário.”</i> (Livro II, capítulo XXX) - Passagem 3 – Evitar confrontos prolongados: <i>“E com estas pazes feitas, não houve necessidade de guerra, e os portugueses puderam prover-se de mantimentos e fazer suas fortalezas sem impedimento.”</i> (Livro III, capítulo II)

Thomaz identifica essas práticas diplomáticas como cruciais para fortalecer o posicionamento português em Goa, mas também sugere que elas criavam dependências políticas instáveis, que, com o tempo, poderiam reverter-se contra os interesses lusitanos⁵⁸.

Os desafios logísticos enfrentados pelas forças portuguesas em Goa, como descrito por Castanheda, incluem a escassez de recursos e a falta de coesão entre os líderes militares. Axelrod e Fuerch observam que essas tensões internas frequentemente comprometiam a eficiência das operações, sublinhando a necessidade de uma gestão centralizada mais eficaz. Embora Castanheda reconheça esses desafios, ele não explora suficientemente como tais conflitos internos influenciaram a percepção local da

⁵⁸ Cf. Subrahmanyam, S., & Thomaz, L. F. F. R. (1991). Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. In *The political economy of merchant empires: State power and world trade, 1350-1750* (pp. 298-331). Cambridge University Press.
<https://doi.org/10.1017/CBO9780511665288.009>

administração portuguesa, um aspeto que poderia oferecer insights adicionais sobre as limitações do domínio luso.

A integração de práticas militares locais aos métodos europeus aparece como uma inovação estratégica documentada por Castanheda. Ele observa como a familiaridade dos aliados nativos com as rotas e o terreno foi determinante para o sucesso português. Passos (2008) destaca que essa cooperação interétnica era uma prática comum nas campanhas do Oriente, mas muitas vezes gerava tensões, evidenciando a complexidade das relações coloniais. Castanheda, embora registre essas interações, ignora as implicações culturais mais amplas dessa integração militar, uma lacuna que limita a profundidade analítica de sua obra.

A relação simbiótica entre religião e política militar é outro ponto frequentemente destacado na narrativa de Castanheda. Ele descreve como as campanhas militares eram justificadas pela propagação do cristianismo, frequentemente apresentadas como uma "guerra santa". Avelar e da Silva reforçam essa análise, apontando para a instrumentalização da religião como um meio de legitimar a presença portuguesa no Oriente. Castanheda, no entanto, não examina criticamente como essa justificação ideológica impactou a receptividade local, especialmente entre populações com sistemas de crenças profundamente enraizados.

Por fim, Castanheda apresenta a construção de igrejas e instituições religiosas como parte integrada das estratégias de ocupação. Ele relata como a proteção militar era frequentemente empregada para assegurar o sucesso dessas iniciativas, ressaltando a interdependência entre controle espiritual e territorial. Essa visão, corroborada por Avelar, sublinha a complexidade das estratégias portuguesas, mas também expõe as resistências locais, que desafiavam continuamente essas iniciativas. Assim, a narrativa de Castanheda destaca a coexistência de sucesso e adversidade nas estratégias políticas e militares adotadas pelos portugueses em Goa. As passagens a seguir transcritas no quadro 12.2, ilustram bem as ideias anteriormente apresentadas.

Quadro 12.2 – Referências à construção de igrejas e instituições religiosas como parte integrante da estratégia de ocupação portuguesa na obra de Castanheda

Exemplos/Transcrições
- Passagem 1 – Construção de igrejas após a conquista: <i>“E mandou o governador que se fizesse uma igreja em Goa, dedicada a Nossa Senhora, e que nela se dissesse missa cada dia, para que os naturais vissem a fé cristã e se afeioassem a ela”.</i> (Livro II, capítulo XXXV). - Passagem 2 – Proteção militar das instituições religiosas: <i>“E porque os frades que vieram a Goa temiam os mouros e gentios que não queriam a sua doutrina, o governador lhes deu soldados para os guardarem, e mandou que ninguém lhes fizesse mal.”</i> (Livro IV, capítulo II). - Passagem 3 – Religião como instrumento de domínio: <i>“E dizia o governador que, se os naturais fossem cristãos, mais facilmente se sujeitariam ao rei nosso senhor, e por isso mandava que se pregasse a fé com diligência e se fizessem igrejas em todas as fortalezas.”</i> Livro IV, capítulo III

3. Gaspar Correia: narrativas e temas principais.

A obra de Gaspar Correia destaca-se como uma crónica rica e multifacetada que revela as complexas interações entre os portugueses e as populações nativas em Goa. Os seus relatos, que abrangem desde o estilo narrativo e as expedições até às práticas culturais e a dinâmica económica, proporcionam uma visão abrangente das realidades sociais e políticas do período colonial. A análise comparativa entre as abordagens de Correia e Castanheda permite compreender a pluralidade de experiências e interpretações que configuraram a história da expansão portuguesa no Oriente.

3.1. Gaspar Correia – seu estilo Literário.

Gaspar Correia emprega um estilo narrativo caracterizado por uma riqueza de detalhes, permitindo que os acontecimentos fossem narrados com uma profundidade que abarcava múltiplas dimensões. Os episódios descritos nas suas "Lendas da Índia", como a construção de fortalezas e os conflitos militares, destacavam-se pela capacidade de capturar a complexidade dos eventos históricos. As passagens que se seguem demonstram o estilo de Gaspar Correia: detalhado, dramático e multifacetado, captando a complexidade dos eventos históricos com uma riqueza que contrasta com a sobriedade de Castanheda. A edição da obra *Lendas da Índia* usada para transcrição dos excertos seguintes encontra-se

digitalizada no sítio <https://bndigital.bnportugal.gov.pt> (Academia das Ciências de Lisboa, 1858). Os excertos que a seguir se transcrevem são representativos das ideias anteriormente referidas (quadro 13.3).

Quadro 13.3 – Referências demonstrativas do estilo detalhado, dramático e multifacetado de Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
- Passagem 1 – Descrição da construção da fortaleza de Cochim: <i>“E mandou o capitão que se fizesse logo uma fortaleza de taipa e madeira, e que se cortassem palmeiras e se trouxessem pedras do rio, e os homens da terra ajudavam com grande vontade, porque temiam os mouros. E em poucos dias se levantaram muros e baluartes, e se pôs artilharia nas ameias.”</i> (Livro I, Capítulo LXXXVIII) - Passagem 2 – Conflito com o Samorim de Calecute: <i>“E vieram os navios do Samorim com grande aparato, e os nossos estavam já postos em ordem, com as bombardas carregadas e os arcabuzeiros nas cobertas. E quando os inimigos chegaram a tiro, começou o fogo tão cerrado que parecia trovão, e muitos navios se afundaram, e os outros fugiram com grande perda.”</i> (Livro I, Capítulo LXXXVII) - Passagem 3 – Retrato de personagens: <i>“Afonso de Albuquerque era homem de grande engenho e saber, e muito severo no mandar, e os soldados o temiam mais que ao inimigo. Mas era justo e dava a cada um o que merecia, e os gentios o respeitavam como a um rei.”</i> (Livro II, Capítulo I)

A preocupação de Correia em apresentar perspectivas variadas, baseando-se em fontes locais e testemunhos oculares, confere um grau de credibilidade singular às suas narrativas, ao mesmo tempo que preenche lacunas deixadas por outros cronistas ⁵⁹.

Essa abordagem pluralista, que incorpora o olhar de diferentes agentes históricos, revela uma intenção de representar as dinâmicas entre portugueses e populações nativas numa perspetiva abrangente. As descrições gráficas e minuciosas utilizadas por Correia exemplificam a sua forma narrativa única de combinar elementos factuais e literários. Essa mistura de precisão técnica com narrativas dramáticas proporciona ao leitor um panorama detalhado das estratégias militares, da estrutura administrativa e das dinâmicas sociais que circundavam a presença portuguesa na Índia. Esse estilo, fundamentado em descrições concretas e vivas, transcendia os padrões cronísticos da época, permitindo uma leitura que

⁵⁹ Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361> (consultado em 15-01-2025)

era, ao mesmo tempo, informativa e imersiva. Como resultado, Correia não apenas documenta os acontecimentos, mas também cria uma narrativa que dialoga com as emoções e a imaginação do leitor⁶⁰.

Correia destaca-se ainda por captar nuances culturais, incluindo costumes, práticas e sistemas de crença locais, o que confere à sua narrativa uma dimensão mais completa e multifacetada. A sua capacidade de descrever os diversos aspetos culturais de Goa e das regiões circundantes reflete um esforço deliberado em compreender e transmitir as realidades interculturais do espaço colonial. Esse enfoque cultural não só enriquece a sua obra em termos antropológicos e sociológicos, mas também contribui para uma visão mais equilibrada das interações entre os colonizadores portugueses e as populações nativas.

Outra característica distintiva do estilo de Correia é a sua abordagem cronológica, que organiza os eventos de maneira sequencial, oferecendo ao leitor uma visão clara do desenvolvimento histórico. Esse método permite não apenas um acompanhamento lógico dos acontecimentos, mas também uma análise detalhada das suas consequências ao longo do tempo. Episódios significativos, como a transição de Goa para um importante centro administrativo português, são apresentados com uma clareza que facilita a compreensão das implicações históricas e estruturais desses eventos.

As passagens que a seguir se transcrevem no quadro 14.3, demonstram claramente o estilo de Gaspar Correia: cronológico, detalhado e analítico, permitindo ao leitor acompanhar o desenvolvimento histórico com clareza.

Quadro 14.3 – Referências demonstrativas do estilo detalhado, cronológico e analítico de Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
- Passagem 1 – Entrada cronológica da tomada de Goa: <i>“E no mês de novembro do ano de mil e quinhentos e dez, tornou Afonso de Albuquerque com sua armada a Goa, e com ajuda de Timoja e dos gentios da terra, tornou a tomá-la dos mouros, e a cidade foi logo ocupada com gente portuguesa, e se começou a fazer nela casas e fortalezas.”</i> (Livro II, Capítulo CXXVIII). - Passagem 2 – Desenvolvimento da administração em Goa: <i>“E vendo Afonso de Albuquerque que Goa era de bom porto e aparelhada para se fazerem nela os negócios</i>

⁶⁰ Avelar, A. P. (2012). Da representação do «Outro» no Códice Casanatense, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão. *Anais de História de Além-Mar*, XIII, 113-132. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37156> (consultado em 20-01-2025)

do Estado, determinou que ali fosse a residência do governador, e mandou fazer alfândega, casa da moeda, e outras repartições, e que os moradores se estabelecessem com suas famílias.” (Livro II, Capítulo CXXIX).

- Passagem 3 – Reflexão sobre as consequências: *“E com isto ficou Goa sendo cabeça de toda a Índia portuguesa, e nela se faziam os conselhos e se despachavam as armadas, e os capitães vinham ali tomar ordens, e os moradores se multiplicaram com mercadores e oficiais de todas as partes.” (Livro II, Capítulo CXXX).*

A sua inclinação para o detalhamento técnico evidencia-se nas descrições de estratégias militares e de estruturas como as fortalezas, particularmente as de Cananor. Correia baseia essas descrições em dados concretos sobre organização e infraestrutura, o que torna as suas narrativas valiosas tanto como relatos históricos, assim como referências técnicas. Tal abordagem não apenas consolida a sua credibilidade como cronista, mas também amplia o alcance da sua obra, tornando-a relevante para um público diversificado.

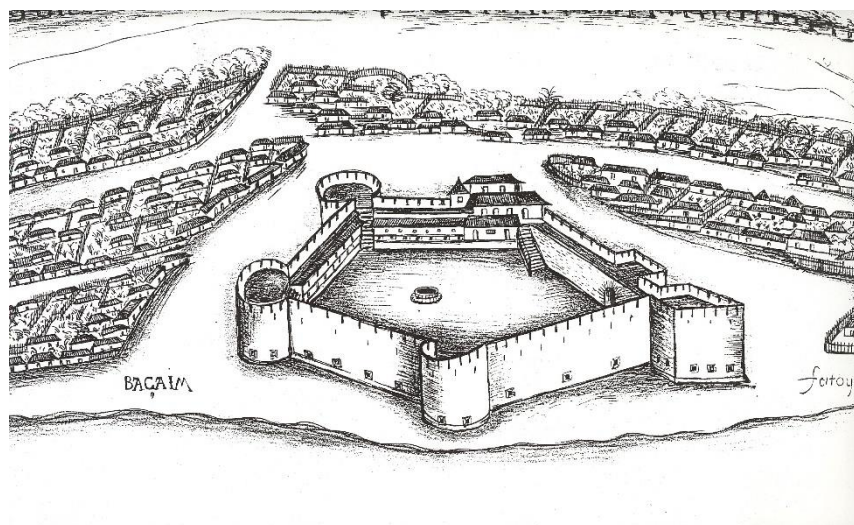
No quadro 15.3, transcrevem-se algumas passagens que demonstram uma inclinação para o detalhamento técnico, especialmente nas descrições de estratégias militares e fortificações, como as de Cananor.

Quadro 15.3 – Referências demonstrativas das descrições de estratégias militares e fortificações realizadas por Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Descrição técnica da fortaleza de Cananor: <i>“E mandou o capitão que se fizesse a fortaleza junto ao mar, em lugar alto, e que se cercasse de muro de pedra e cal, com baluartes nos cantos, e se deixassem canhoneiras para a artilharia. E se fez uma porta para o mar e outra para a terra, e dentro se fizeram casas para os soldados e armazéns para pólvora e mantimentos.” (Livro I, Capítulo LXXXVII)</i>
Passagem 2. Estratégia militar na defesa de Cananor: <i>“E o capitão ordenou que se fizessem vigias de noite nas muralhas, e que os arcabuzeiros estivessem prontos com pólvora seca, e que a artilharia estivesse carregada com pedra miúda para fazer mais dano. E mandou que se não respondesse ao fogo dos mouros senão quando estivessem perto, para não gastar munição em vão.” Livro I, Capítulo LXXXVIII</i>
Passagem 3. Organização interna da guarnição: <i>“E cada noite se faziam listas dos soldados, e se davam as guardas por rotação, e os oficiais tinham conta do pão e da água, e se fazia ração medida para que durasse mais dias. E os feridos eram recolhidos numa casa que se fez de palha, onde um cirurgião os tratava com unguentos e ligaduras.” Livro I, Capítulo LXXXIX</i>

Correia frequentemente complementa a sua narrativa com análises interculturais, contextualizando os eventos narrados dentro dos costumes e sistemas de crença das populações locais. Essa integração confere à sua narrativa um caráter holístico, permitindo que os leitores compreendam as interações entre portugueses e nativos numa perspectiva mais ampla. Tal abordagem revela a sensibilidade do autor para as nuances culturais, consolidando a sua obra como uma fonte valiosa para o estudo das dinâmicas interpessoais e sociais no contexto colonial.

Um aspeto notável nas "Lendas da Índia" é a inclusão de representações visuais, como desenhos e esboços, uma escolha incomum para cronistas de sua época. Estas imagens, elaboradas com base em técnicas como a perspectiva axonométrica, iam além do texto descritivo, permitindo uma compreensão visual dos locais e eventos narrados. Correia utiliza esses recursos para ilustrar não apenas a arquitetura e o ambiente urbano, mas também para complementar e enriquecer a sua narrativa textual, evidenciando uma inovação no campo da cronística. Estas representações visuais ampliam o alcance e o impacto da obra de Correia, ao oferecerem um registo mais detalhado e acessível dos acontecimentos e das transformações territoriais. Essa interligação entre texto e imagem reforça a profundidade narrativa, demonstrando como diferentes meios podem ser empregues para documentar e interpretar eventos históricos. Assim, Correia posiciona-se como um cronista inovador, cuja obra transcende as convenções tradicionais da sua época. Figuras históricas, como vice-reis e governadores da Índia, são frequentemente retratadas nos esboços de Correia, não apenas como indivíduos, mas como símbolos de poder e transformação colonial. As suas representações visuais dos líderes e das instituições portuguesas em Goa refletem uma narrativa política mais ampla, que vincula os eventos locais ao projeto imperial português. Essa abordagem visual confere às "*Lendas da Índia*" uma dimensão simbólica, reforçando o seu potencial de influência na construção da memória histórica.



Gravura 1.3 - Iconografia de Gaspar Correia, in «Lendas da Índia»

Correia também apresenta uma interpretação crítica de figuras históricas, humanizando-as mediante a identificação de traços como ambição, coragem ou falhas pessoais. Essa postura crítica era evidente nas suas descrições de Afonso de Albuquerque, cujas conquistas eram analisadas em conjunto com as tensões geradas pela sua liderança. Ao explorar os dilemas enfrentados pelos governantes na manutenção do equilíbrio entre objetivos políticos e desafios logísticos ou culturais, Correia fornece uma visão multidimensional das administrações portuguesas em Goa.

As passagens que a seguir se transcrevem (quadro 16.3) comprovam a afirmação de que Correia adota uma interpretação crítica e humanizada de figuras históricas, especialmente de Afonso de Albuquerque.

Quadro 16.3 – Referências demonstrativas de uma interpretação crítica e humanizada de figuras históricas (nomeadamente de Afonso de Albuquerque) realizada por Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Retrato de Afonso de Albuquerque: coragem e severidade: <i>“Era Afonso Dalbuquerque homem de grande saber e engenho, e muito severo no mandar, e os soldados o temiam mais que ao inimigo. Mas era justo, e dava a cada um o que merecia, e os gentios o respeitavam como a um rei.”</i> (Livro II, Capítulo CXXVI) Passagem 2. Ambição e tensões políticas: <i>“E alguns capitães murmuravam contra Afonso Dalbuquerque, dizendo que era soberbo e que queria tudo mandar por si, sem</i>

ouvir os conselhos dos outros. E ele, sabendo disso, disse que não governava por amizade, mas por razão de serviço do rei.” (Livro II, Capítulo CXXXI)

Passagem 3. Dilemas logísticos e culturais: *“E porque havia muitos costumes entre os gentios que pareciam contrários à nossa fé, mandou Afonso Dalbuquerque que se não forçasse ninguém a converter-se, mas que se ensinasse com brandura. E dizia que mais valia um convertido de vontade que cem por força.” (Livro II, Capítulo CXXXIII)*

Por meio de uma narrativa que frequentemente destaca conflitos internos e rivalidades dentro da administração colonial portuguesa, Correia expõe as falhas que comprometiam a coesão do domínio lusitano. Este foco crítico contrasta com as abordagens mais elogiosas de outros cronistas, permitindo que a sua obra oferecesse uma análise mais aprofundada das complexidades e fragilidades do sistema colonial⁶¹.

O cronista também utiliza uma especificidade linguística ao incorporar termos locais e traduzir costumes culturais para o leitor português. Esse recurso não apenas documenta a fusão cultural de Goa, mas também confere autenticidade à sua narrativa, refletindo as complexas trocas entre as culturas portuguesa e nativa. Termos como «línguas», usados para descrever intérpretes cruciais na mediação intercultural, exemplificam esta abordagem linguística e metodológica de Correia. O uso de expressões locais adicionadas ao português demonstra a intenção de Correia em capturar as nuances das dinâmicas sociais e culturais de Goa. Tal abordagem linguística ressalta a tentativa do autor de criar uma obra que não apenas informasse, mas também preservasse a memória de um espaço multicultural em transformação.

Os excertos a seguir transcritos no quadro 17.3, comprovam como Gaspar Correia utiliza uma abordagem linguística e culturalmente sensível.

Quadro 17.3 – Referências demonstrativas de uma abordagem linguística e culturalmente sensível por parte de Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
- Passagem 1. Uso do termo “língua” para designar intérprete: <i>“E mandou Vasco da Gama em terra um mouro que servia de língua, o qual sabia a fala da terra, e com ele</i>

⁶¹ Biedermann, Z. (2020). The Portuguese Estado da Índia (Empire in Asia). University College London Department of Spanish, Portuguese and Latin American Studies.
<https://discovery.ucl.ac.uk/10118027/1/Biedermann%20ORE%20Estado%20da%20India%202020.pdf>
(consultado em 02-02-2025)

mandou recado ao Samorim dizendo que vinha de parte do rei de Portugal.” (Livro I, Capítulo LXXXIV)

- Passagem 2. Descrição de costumes locais e sua tradução para o leitor português: “E os gentios faziam jejuns e lavagens no rio, e traziam nas testas sinais de cinza, e diziam que era por devoção a seus deuses. E os nossos estranhavam estas coisas, mas Afonso Dalbuquerque mandou que se não fizesse escárnio, porque era costume da terra.” (Livro II, Capítulo CXXXIII)

Passagem 3. Vocabulário misto e fusão cultural: “E muitos dos moradores tomaram mulheres da terra, e aprenderam a falar a língua do Canarim, e usavam palavras da terra como *pagode, lingoa, alqueire* e outras, e os filhos que nasciam eram chamados mestiços.” Livro II, Capítulo CXXXV

Correia combina relatos vivenciados e percepções pessoais com uma narrativa mais abrangente, oscilando entre o factual e o literário. Este traço autobiográfico adiciona uma profundidade emocional à sua narrativa, destacando episódios como as batalhas pela posse de Goa ou a tentativa de envenenamento de Albuquerque. Tais elementos não apenas engajam o público da época, mas também conferem às "Lendas da Índia" uma abordagem única que mistura história e emoção.

Essa abordagem híbrida permite que as suas narrativas sejam mais envolventes, explorando não apenas as conquistas portuguesas, mas também as contradições e dinâmicas humanas que moldavam o projeto colonial. Correia desafia os padrões cronísticos oficiais, oferecendo uma perspectiva diversificada e rica sobre os processos históricos, ampliando os horizontes interpretativos da expansão portuguesa. Assim, Correia consolidou um estilo narrativo singular, que alia o rigor técnico, à sensibilidade cultural e à criatividade literária, tendo contribuído significativamente para o entendimento das complexidades do domínio português na Índia.

3.2. As expedições portuguesas na Índia: *ficções* e relatos.

As expedições portuguesas na Índia, conforme narradas por Gaspar Correia, destacam-se pela ênfase na adaptação às condições locais como elemento chave para o sucesso das campanhas. Correia detalha como as técnicas navais avançadas dos

portugueses permitiram uma navegação eficiente em águas desconhecidas, superando os desafios climáticos e geográficos. Essa capacidade náutica, crucial para a viabilidade das campanhas, está intrinsecamente ligada à experiência acumulada pelos navegadores lusitanos no Atlântico e, posteriormente, no Índico. Correia enaltece essa habilidade, mas também insinua que foi este domínio náutico que possibilitou aos portugueses não apenas mobilizarem as suas tropas, mas também manterem uma comunicação efetiva entre Goa e outras localidades estratégicas. A análise crítica deste ponto revela uma subestimação das redes e dos conhecimentos marítimos nativos que os portugueses integraram ao seu repertório, o que torna importante considerar tais trocas nos estudos sobre a viabilização das expedições.

Nas passagens inseridas no quadro 18.3, podemos verificar como Coreia descreve a adaptação dos Portugueses às condições locais e as técnicas navais avançadas e a navegação eficiente que estes usavam, fruto de uma experiência acumulada no Atlântico. Também é visível nestas mesmas passagens o reconhecimento de que os Portugueses necessitaram da ajuda de pilotos nativos para navegarem no Índico.

Quadro 18.3 – Referências demonstrativas da adaptação dos Portugueses às condições locais e as técnicas navais avançadas e a navegação eficiente que estes usavam por Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Adaptação às condições locais: Livro II, Capítulo IX – Da tomada de Goa por Afonso de Albuquerque <i>“E porque o rio tinha muitas voltas e canais, e os navios grandes não podiam ir por eles, mandou o capitão-mor que as fustas e batéis fossem sondando e reconhecendo os passos, e que os homens de terra fossem marchando pela beira do rio, para que se ajudassem uns aos outros.”</i> Passagem 2. Técnicas navais avançadas e navegação eficiente Livro I, Capítulo VI – Viagem de Vasco da Gama <i>“E os pilotos, com os instrumentos que traziam, tomavam altura do sol e das estrelas, e com as cartas de marear que traziam de Lisboa, iam demandando a costa da África, e depois o mar da Índia, com grande saber e confiança.”</i> Passagem 3. Experiência acumulada no Atlântico aplicada ao Índico Livro I, Capítulo IV – Preparação das armadas <i>“E porque já os pilotos sabiam os ventos e correntes do Cabo da Boa Esperança, como os da Guiné, fizeram a derrota conforme ao tempo, e passaram com segurança.”</i> Passagem 4. Comunicação entre Goa e outras localidades

Livro III, Capítulo XX – Administração de Goa

“E para que houvesse aviso certo de Ormuz e Malaca, mandava o governador todos os meses fustas ligeiras, que com os ventos da terra iam e vinham com muita presteza, levando cartas e ordens.”

Passagem 5. Integração de saberes marítimos nativos**Livro I, Capítulo VII – Uso de pilotos locais**

“E estando em Melinde, veio um mouro piloto, que sabia bem as alturas e os ventos do mar da Índia, o qual levou as naus até Calecute com grande saber.”

As alianças locais emergem como um dos pilares das estratégias portuguesas, com Gaspar Correia sublinhando que essas relações frequentemente derivavam de interesses comerciais ou da necessidade de proteção contra ameaças mútuas. Após a conquista de Goa, os tratados liderados por figuras como Afonso de Albuquerque exemplificam uma abordagem pragmática, onde a política de alianças temporárias com líderes nativos assegurou o controlo territorial. Correia, ao descrever essas alianças, também alerta para a sua instabilidade, apontando casos em que líderes nativos romperam acordos devido às pressões de grandes potências regionais ou descontentamento com a administração colonial. Essa inconstância deixa claro um panorama de tensões que, embora frequentemente minimizadas pelos cronistas, afetaram consideravelmente a capacidade portuguesa de consolidar o seu domínio. Tal observação permite uma investigação sobre os limites das estratégias diplomáticas adotadas pelos portugueses no longo prazo, evidenciando um equilíbrio delicado entre cooperação e imposição. Assim sendo, há que destacar um dos episódios cruciais descritos por Correia. Trata-se da tentativa de envenenamento de Afonso de Albuquerque em 1514. Este acontecimento ilustra as complexas rivalidades internas no contexto das expedições lusitanas. Por outro lado, este evento, além de evidenciar as disputas de poder dentro da liderança colonial, revela as dificuldades éticas e políticas que Albuquerque enfrentava ao consolidar a presença portuguesa na Índia. Correia não apenas narra os detalhes deste episódio, mas também o utiliza para construir uma imagem de Albuquerque como um líder resiliente, cuja habilidade estratégica foi determinante para o avanço das expedições. No entanto, é possível questionar a forma como Correia dramatiza tais eventos, algo que, ao amplificar o impacto literário da sua narrativa, pode obscurecer a análise objetiva das implicações políticas e

diplomáticas subjacentes. Assim, esta perspectiva demanda uma leitura cautelosa e crítica das intenções narrativas de Correia.

As passagens que se seguem, transcritas no quadro 19.3, demonstram como Correia descreve a tentativa de envenenamento de Afonso de Albuquerque, sendo também evidente como o cronista tenta passar a imagem de um líder resiliente.

Quadro 19.3 – Referências demonstrativas da descrição da tentativa de envenenamento de Afonso de Albuquerque nas *Lendas* de Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
Livro IV, Capítulo IX – Do envenenamento de Afonso de Albuquerque <i>“E estando o governador em Goa, lhe foi dado um presente de conservas por um fidalgo que muito o servia, e nelas estava posto veneno tão subtil que, comendo delas, logo lhe sobreveio grande dor e febre, e os físicos não sabiam a causa. [...] E suspeitando-se do fidalgo, foi preso e confessou que o fizera por instigação de outros fidalgos que não queriam que o governador voltasse a Portugal com tanto poder e fama.”</i> - Construção da imagem de Albuquerque como líder resiliente <i>“E o governador, ainda que muito doente, não quis deixar o governo nem mostrar fraqueza, e mandou castigar os culpados com grande severidade, dizendo que não temia a morte, mas a desonra.”</i>

A construção de fortalezas desempenha um papel central na narrativa de Gaspar Correia, que a apresenta como uma estratégia indispensável para a consolidação militar e administrativa do domínio português. Em particular, a fortaleza de Cananor, construída em 1526, é destacada como exemplo de superação de desafios técnicos e adaptação ao uso de recursos locais. Correia detalha o processo de construção dessas estruturas, mostrando como elas não apenas serviam à defesa militar, mas também atuavam como símbolos de autoridade e permanência. Essas descrições oferecem uma perspectiva aprofundada sobre as infraestruturas do poder colonial, mas Correia pouco aborda os impactos sociais das construções sobre as comunidades vizinhas. É necessário, no entanto, enfatizar que tais fortalezas frequentemente alteravam as dinâmicas territoriais e sociais, excluindo ou subordinando populações locais, algo que merece maior atenção nos estudos das transformações estruturais e culturais ocorridas no período.

Nas passagens inseridas no quadro 20.3, Correia, para além de descrever a construção de fortalezas, o cronista também demonstra como os Portugueses superaram todos os desafios técnicos e usaram os recursos locais na edificação das mesmas.

Quadro 20.3 – Referências demonstrativas da construção de fortalezas e uso dos recursos locais na edificação das mesmas nas *Lendas* de Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Construção de fortalezas como estratégia de consolidação Livro III, Capítulo XXV – Da fortaleza de Cananor <i>“E vendo o capitão que a terra era de pouca segurança, mandou fazer uma fortaleza de pedra e cal, com baluartes e fossos, e nela pôs artilharia e gente de guarda, para que os mouros não se levantassem contra os portugueses.”</i> - Superação de desafios técnicos e uso de recursos locais <i>“E como não houvesse cal nem pedra na terra, mandou buscar navios com cal de Cochim, e os pedreiros fizeram fornos com pedra de coral e barro, e com grande trabalho se fez a obra.”</i> - Fortalezas como símbolos de autoridade e permanência <i>“E acabada a fortaleza, mandou o capitão pôr nela o padrão real com as armas de Portugal, e fez procissão com missa, e se lançou fogo de artilharia, como sinal de posse e domínio.”</i>

Os desafios económicos enfrentados pelos portugueses no contexto das expedições também são amplamente discutidos por Correia, que os relaciona ao controlo das rotas comerciais essenciais e à gestão de recursos. Ele observa como conflitos em Goa muitas vezes resultaram dessas disputas económicas, o que exprime a constante tensão entre as demandas locais por autonomia comercial e os interesses monopolistas da administração portuguesa. Correia explicita que as dificuldades em sustentar a expansão imperial estavam ligadas tanto à exploração excessiva das populações nativas tanto a problemas logísticos, como à insuficiência de suprimentos para campanhas prolongadas. No entanto, a análise de Correia, embora detalhada, também é limitada pela ausência de um exame mais crítico sobre as práticas coloniais que exacerbavam essas tensões. Aqui, a análise comparativa com outras regiões coloniais portuguesas poderia potencialmente enriquecer o entendimento das especificidades económicas de Goa e da Índia portuguesa.

Nas passagens que se seguem, inseridas no quadro 21.3, são evidentes os conflitos económicos existentes entre os portugueses e os mercadores nativos, assim como as

dificuldades logísticas e de gestão de recursos. Correia ainda refere a exploração das populações nativas por parte da coroa portuguesa, raramente questionando a legitimidade das ações portuguesas.

Quadro 21.3 – Referências demonstrativas dos conflitos económicos e controlo das rotas comerciais, assim como da exploração das populações nativas nas *Lendas* de Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Conflitos económicos e controlo das rotas comerciais Livro III, Capítulo XV – Dos mercadores de Goa e os conflitos com os portugueses <i>“E os mercadores de Goa, vendo que os portugueses tomavam as rendas do porto e punham direitos sobre as mercadorias, começaram a murmurar e a esconder os seus bens, e houve grandes queixas ao capitão, que mandou prender alguns, dizendo que tudo era do rei de Portugal.”</i> Passagem 2. Gestão de recursos e dificuldades logísticas Livro IV, Capítulo V – Da falta de mantimentos nas campanhas <i>“E porque a armada estava muito tempo fora de Goa, e os mantimentos se acabavam, houve grande fome entre os soldados, e muitos morreram de sede e calor, por não haver navios que trouxessem água e pão.”</i> Passagem 3. Exploração das populações nativas Livro III, Capítulo XVIII – Dos tributos impostos aos naturais <i>“E mandou o capitão que todos os lavradores pagassem tributo em arroz e coco, e quem não pagasse seria preso ou teria os bens tomados, o que causou grande tristeza entre os naturais.”</i>

Gaspar Correia não hesita em criticar as falhas administrativas, abordando as rivalidades internas e os conflitos de interesse que dificultavam a eficiência da gestão portuguesa. Ele retrata episódios explícitos de disputas de poder entre líderes como vice-reis e capitães, que impactavam negativamente as operações militares e a estabilização política em Goa. Essas tensões internas são, segundo Correia, um dos fatores que minaram a centralização administrativa num território vasto e culturalmente diverso como o Estado da Índia. Contudo, as narrativas de Correia não exploram suficientemente as implicações sociopolíticas mais amplas dessas rivalidades, um aspeto que poderia ampliar o debate sobre os desafios estruturais enfrentados pelos portugueses no contexto colonial. Neste âmbito, é essencial refletir sobre como tais conflitos influenciavam as perceções locais

acerca do domínio português e como estas, por sua vez, moldavam as respostas das populações nativas à ocupação.

Nas passagens transcritas no quadro 22.3, são evidentes as críticas de Correia às falhas existentes na administração, às rivalidades internas, às disputas do poder e às tensões que minavam a centralização administrativa.

Quadro 22.3 – Referências demonstrativas das críticas de Gaspar Correia às falhas existentes na administração, às rivalidades internas, às disputas do poder e às tensões que minavam a centralização administrativa

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Crítica às falhas administrativas e rivalidades internas Livro IV, Capítulo XII – Dos desacordos entre Lopo Soares e outros capitães <i>“E Lopo Soares, sendo vice-rei, teve grandes contendas com os capitães de Cochim e de Ormuz, porque cada um queria mandar mais que o outro, e não obedeciam às ordens do governador, dizendo que tinham cartas diretas do rei. E por isso se perderam muitas oportunidades de guerra.”</i>
Passagem 2. Disputas de poder e impacto na estabilidade política Livro III, Capítulo XXII – Dos conflitos entre o capitão de Goa e o ouvidor <i>“E o capitão de Goa e o ouvidor entraram em tal desavença sobre a cobrança dos direitos que se chegaram a palavras injuriosas em público, e o povo ficou dividido, uns com o capitão, outros com o ouvidor, e houve grande desordem na cidade.”</i>
Passagem 3. Tensões que minam a centralização administrativa Livro IV, Capítulo XV – Da dificuldade em governar o Estado da Índia <i>“E dizia o governador que era impossível governar bem tantas terras e gentes com tantos capitães que cada um queria ser rei em sua parte, e que todos escreviam ao rei contra os outros, e assim se desfazia o governo.”</i>

É claro, portanto, que Gaspar Correia fornece uma análise detalhada e multifacetada das expedições portuguesas na Índia, destacando tanto as suas estratégias de sucesso como as suas limitações. As descrições de Correia, ao mesmo tempo que enriquecem a compreensão histórica, também revelam a necessidade de uma análise crítica mais profunda sobre os impactos sociais, culturais e políticos do domínio português na região.

3.3. A interação com os povos indígenas: visões e representações.

Gaspar Correia, nas “Lendas da Índia”, aborda as interações entre os portugueses e os povos indígenas sob uma ótica que destaca a dependência mútua entre os dois grupos. Ele evidencia que os portugueses, recém-chegados à região, necessitavam estabelecer

alianças com líderes locais para assegurar a consolidação de sua presença. Paralelamente, as elites nativas viam vantagens em colaborar com os portugueses, seja por interesse económico, político ou estratégico. Correia detalha, por exemplo, que esses acordos não se restringiam às esferas militares ou administrativas: eram também fundamentais para manter as redes de comércio em atividade. No entanto, essa relação de dependência frequentemente era marcada por sentimentos de desconfiança e interesses conflitantes, dado que ambos os lados buscavam maximizar benefícios enquanto lidavam com profundas diferenças culturais e objetivos muitas vezes incompatíveis. Essa perspectiva revela uma dinâmica complexa que merece uma análise contínua, especialmente no que diz respeito às estratégias de negociação e adaptação cultural promovidas por ambos os lados.

No fundo, nas *Lendas da Índia*, Correia descreve as alianças com líderes locais como necessidade estratégica, destacando as vantagens mútuas dessas mesmas alianças, os acordos para além da esfera militar e as estratégias de negociação cultural. As passagens insertas no quadro que se segue (quadro 23.3) são exemplificativas das ideias descritas nos parágrafos anteriores.

Quadro 23.3 – Referências demonstrativas da existência de alianças com líderes locais como necessidade estratégica nas *Lendas* de Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Alianças com líderes locais como necessidade estratégica Livro II, Capítulo VIII – Da aliança com Timoja na conquista de Goa <i>“E estando Afonso de Albuquerque em Cananor, veio ter com ele um senhor gentio chamado Timoja, que lhe ofereceu ajuda com navios e gente da terra, dizendo que se o ajudasse a tomar Goa, ele lhe daria entrada e mantimentos. E o governador, vendo que era homem de saber e poder, aceitou a aliança.”</i> Passagem 2. Vantagens mútuas nas alianças Livro II, Capítulo IX – Após a conquista de Goa <i>“E Timoja foi feito senhor de algumas terras, e teve mercês do governador, e os seus navios foram usados para guardar o rio. E os mercadores da terra começaram a trazer mantimentos e mercadorias, confiando na proteção dos portugueses.”</i> Passagem 3. Acordos além da esfera militar – comércio e logística Livro III, Capítulo XIV – Relações com mercadores locais <i>“E os mercadores de Goa, vendo que os portugueses queriam paz e comércio, vieram oferecer-se para pagar direitos e trazer especiarias, e o capitão lhes deu salvo-condutos e proteção contra os mouros.”</i> Passagem 4. Desconfiança e interesses conflitantes

Livro III, Capítulo XVII – Conflitos com aliados locais

“E Timoja, vendo que os portugueses tomavam mais terras e não lhe davam parte, começou a desconfiar e a esconder os seus navios, e houve entre eles palavras duras, e o governador mandou chamá-lo para se justificar.”

Passagem 5. Estratégias de negociação e adaptação cultural

“E o capitão, para ganhar a amizade dos gentios, mandou que os soldados não comessem vaca nem entrassem nos templos, e que se vestissem com panos da terra, para não ofender os costumes.”

Um dos aspetos centrais dessas interações, conforme descrito por Correia, era a dependência dos portugueses do conhecimento nativo sobre os territórios e as suas características. O autor sublinha como os chefes e elites regionais desempenhavam papéis indispensáveis na navegação das complexas dinâmicas geográficas e políticas da região. Correia identifica que as alianças com essas lideranças não eram apenas práticas, mas estratégicas, pois asseguravam a manutenção das infraestruturas comerciais e administrativas. Contudo, estas alianças frequentemente tinham prazos curtos de estabilidade, sendo abaladas por tensões tanto internas quanto externas. As ruturas de acordos, motivadas por insatisfações ou pressões de potências regionais maiores, são um exemplo claro das fragilidades dessas parcerias, que, embora necessárias, nunca se consolidaram de forma duradoura. Isso expõe uma limitação intrínseca das estratégias diplomáticas adotadas pelos portugueses, que dependiam de uma conjuntura política frequentemente volátil.

Correia, nas passagens que a seguir se transcrevem no quadro 24.3, para além de demonstrar as ideias anteriormente expostas, também descreve as pressões externas e a instabilidade política e as limitações das estratégias diplomáticas por parte dos Portugueses no governo da Índia.

Quadro 24.3 – Referências demonstrativas da importância do conhecimento nativo e das elites locais, assim como das pressões externas e a instabilidade política e das limitações das estratégias diplomáticas por parte dos Portugueses no governo da Índia nas *Lendas* de Gaspar Correia.

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Dependência do conhecimento nativo e das elites locais Livro II, Capítulo VIII – Aliança com Timoja para a conquista de Goa <i>“E Timoja, que era senhor de muitos navios e conhecedor dos passos do rio e das fortalezas, mostrou ao governador por onde havia de entrar, e lhe deu pilotos e gente da terra, sem os quais não se podia fazer a entrada.”</i> Passagem 2. Alianças como instrumentos de manutenção administrativa e comercial Livro III, Capítulo XIV – Relações com mercadores e chefes locais <i>“E os chefes da terra, vendo que os portugueses queriam paz e comércio, vieram oferecer-se para manter as feiras e os direitos, e o capitão lhes deu cartas de segurança e cargos de justiça.”</i> Passagem 3. Fragilidade e curta duração das alianças Livro III, Capítulo XVII – Rutura com Timoja <i>“E Timoja, vendo que os portugueses tomavam mais terras e não lhe davam parte, começou a desconfiar e a esconder os seus navios, e houve entre eles palavras duras, e o governador mandou chamá-lo para se justificar.”</i> Passagem 4. Pressões externas e instabilidade política Livro IV, Capítulo VI – Interferência de potências regionais <i>“E os reis do Decão, sabendo que os portugueses estavam em Goa, mandaram embaixadores aos chefes da terra, dizendo que não deviam servir aos estrangeiros, e que se não os expulsassem, viriam com guerra.”</i> Passagem 5. Limitações das estratégias diplomáticas portuguesas Livro IV, Capítulo XV – Reflexão do governador sobre a instabilidade <i>“E dizia o governador que era difícil manter amizade com os senhores da terra, porque hoje davam a mão e amanhã a tiravam, e que era melhor ter fortalezas que palavras.”</i>

Gaspar Correia também analisa nas suas narrativas como os portugueses procuravam adaptar-se às práticas locais, utilizando tratados e acordos para assegurar o fluxo de produtos indispensáveis, como especiarias, algodão e arroz⁶². Esta adaptação prática evidencia um pragmatismo que visava integrar o domínio português às estruturas

⁶² Cf. Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361>

económicas já estabelecidas. Ainda assim, os relatos de Correia destacam as dificuldades em estabelecer uma relação equilibrada, onde o controlo português não fosse percebido como opressivo pelas comunidades locais. Isso reflete os desafios de uma administração colonial que, por um lado, dependia do suporte nativo, mas, por outro, frequentemente o minava por meio de políticas monopolizadoras e exploração económica. A análise sobre tais práticas pode ser aprofundada ao se considerar as reações das comunidades, que enfrentaram transformações sociais e económicas resultantes do controlo português.

Outro ponto crucial nas narrativas de Correia é o papel dos "línguas", intérpretes essenciais para as relações interculturais no contexto colonial. Ele descreve figuras como Gaspar da Índia, que possuíam habilidades linguísticas e culturais que transcendiam a mera tradução, facilitando o entendimento simultâneo de tradições, símbolos e rituais locais. Esses intérpretes operavam como mediadores entre dois mundos muitas vezes em conflito, permitindo que acordos e negociações fossem realizados com sucesso. Contudo, Correia também enfatiza as tensões que esses mediadores enfrentavam, frequentemente vistos como figuras de lealdade dividida. Além disso, ele aponta como a presença de intérpretes possibilitou a transferência de tecnologia e práticas europeias para o contexto asiático, o que contribuiu para a adaptação das estratégias portuguesas às condições locais. Essa análise abre espaço para explorar o papel mais amplo desses indivíduos na dinâmica colonial, especialmente no âmbito da integração ou resistência cultural. Correia não se limita a descrever os processos de diplomacia, mas também detalha os conflitos gerados pela resistência local ao domínio português.

As passagens seguintes, inseridas no quadro 25.3, estão todas relacionadas com o papel importante desempenhado pelos *línguas* quer como mediadores culturais, quer como facilitadores de acordos e negociações. Também se transcrevem algumas passagens onde estão bem claras as tensões e a lealdade dividida dos intérpretes e a existência de transferências de práticas europeias e adaptação cultural.

Quadro 25.3 – Referências demonstrativas da importância do papel desempenhado pelos *Línguas* na Índia na obra de Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. O papel dos “línguas” como mediadores culturais Livro III, Capítulo XIII – Sobre Gaspar da Índia <i>“Gaspar da Índia, que sabia bem a fala dos mouros e dos gentios, era tido por homem de grande saber e prudência, e o governador o mandava embaixador às cortes dos reis da terra, porque sabia falar com eles segundo seus costumes e leis.”</i> Passagem 2. Intérpretes como facilitadores de acordos e negociações Livro III, Capítulo XIV – Missão diplomática com Gaspar da Índia <i>“E Gaspar da Índia foi com presentes ao rei de Honavar, e falou-lhe com tanta graça e entendimento que o rei lhe deu salvo-conduto e prometeu amizade, dizendo que nunca homem estrangeiro lhe falara com tanta verdade.”</i> Passagem 3. Tensões e lealdade dividida dos intérpretes Livro III, Capítulo XV – Suspeitas sobre Gaspar da Índia <i>“E alguns fidalgos diziam que Gaspar da Índia era mais mouro que cristão, e que servia aos seus por debaixo da mão, e por isso o governador o mandou vigiar, ainda que sempre lhe teve confiança.”</i> Passagem 4. Transferência de práticas europeias e adaptação local Livro IV, Capítulo III – Ensino de técnicas europeias por intérpretes <i>“E os mouros de Goa aprenderam com Gaspar da Índia a fazer pólvora e fundir peças pequenas, e ele lhes ensinava como se faziam as armas dos portugueses, o que muito aproveitou aos nossos.”</i> Passagem 5. Resistência local e conflitos mediados pelos intérpretes Livro IV, Capítulo VI – Revolta em Goa e papel dos intérpretes <i>“E os gentios, não querendo pagar os novos tributos, mandaram dizer por língua que não serviriam mais aos portugueses, e que preferiam morrer. E o intérprete, com grande arte, suavizou as palavras para que o governador não se ofendesse.”</i>

Ele também narra episódios de revoltas, liderados por figuras indígenas que se opunham às intervenções europeias, como as ocorridas durante a consolidação do controle sobre Goa. Esses conflitos não eram meramente armados, mas frequentemente incluíam formas subtis de resistência cultural e política. Apesar da sua abordagem militar, Correia reconhece o papel central de estratégias diplomáticas, como os tratados e os casamentos políticos, utilizados pelos portugueses para amenizar tensões e assegurar colaborações locais. Um aspecto significativo é o reconhecimento do cronista sobre o impacto dessas práticas matrimoniais, que, embora contribuíssem para a integração das elites locais, possuíam limites claros no que tange à criação de alianças duradouras.

Gaspar Correia também enfatiza as interações religiosas e culturais entre portugueses e populações nativas. Ele documenta as tentativas de conversão ao cristianismo lideradas por ordens religiosas, como os franciscanos, que, além de religiosos, desempenhavam papéis políticos e mediadores em conflitos interculturais. Essas tentativas frequentemente encontravam resistência, com os líderes nativos protegendo práticas tradicionais, como rituais hindus e islâmicos. Correia observa que, em certas situações, houve um sincretismo religioso, onde elementos locais foram preservados ou reinterpretados dentro do contexto cristão. No entanto, a imposição de práticas culturais europeias frequentemente resultava em choques culturais que revelavam as limitações da administração colonial em lidar com tradições profundamente enraizadas.

Assim, nas passagens que se seguem (quadro 26.3), Correia destaca o papel desempenhado pelos frades enquanto intermediários diplomáticos e mediadores de conflitos. Por outro lado, o cronista reconhece a resistência ativa das elites religiosas locais, tanto hindus como muçulmanas, devido à imposição de práticas culturais europeias o que também revelava as limitações da administração colonial em lidar com tradições locais.

Quadro 26.3 – Referências demonstrativas da importância desempenhada por elementos da igreja (frades franciscanos) nas relações com as populações nativas na obra de Gaspar Correia.

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Tentativas de conversão lideradas por franciscanos Livro III, Capítulo XVI – Chegada dos franciscanos a Goa <i>“Vieram a Goa frades de São Francisco, com licença do governador, e começaram a pregar aos gentios e mouros, dizendo-lhes que deixassem seus deuses e tomassem o verdadeiro Deus. E muitos se ajuntavam a ouvi-los, e alguns se batizavam.”</i> Passagem 2. Papel político e de mediação dos religiosos Livro IV, Capítulo IV – Frades como mediadores em conflitos <i>“E quando houve desavença entre os mouros e os portugueses, foi o frade frei João a falar com os chefes da terra, e com palavras brandas e doutrina os fez vir a acordo, e se evitou guerra.”</i> Passagem 3. Resistência dos líderes nativos às conversões Livro III, Capítulo XVII – Reação dos brâmanes e mouros <i>“E os brâmanes diziam que os frades eram feiticeiros que queriam destruir os seus deuses, e proibiam os seus de ouvirem as pregações, e os mouros diziam que era pecado trocar de fé.”</i> Passagem 4. Sincretismo religioso e adaptação Livro IV, Capítulo VII – Adaptação de rituais locais <i>“E os frades, vendo que os gentios não queriam deixar seus costumes, permitiram que nas festas de batismo se usassem danças e músicas da terra, dizendo que era para alegrar os novos cristãos.”</i> Passagem 5. Choques culturais e limitações da administração Livro IV, Capítulo IX – Conflitos por costumes europeus <i>“E o governador mandou que todos os naturais se vestissem à portuguesa e que comessem carne, o que causou grande escândalo entre os gentios, que diziam que os queriam fazer perder a alma.”</i>

No contexto económico, o cronista sublinha a importância do conhecimento indígena para a sobrevivência das operações portuguesas. Ele destaca como as populações nativas supriam os portugueses com produtos essenciais para o comércio, assim como com informações sobre as condições climáticas e geográficas indispensáveis para a navegação e as expedições. Correia também aborda o impacto económico adverso das políticas coloniais sobre as comunidades locais, incluindo a dependência crescente de sistemas de trabalho exploratório e a introdução de estruturas fiscais, que frequentemente geraram

instabilidade e tensões sociais. Ainda que Correia retrate momentos de colaboração económica vantajosa entre portugueses e nativos, o autor carece de uma análise crítica das consequências mais amplas dessas interações sobre a sustentabilidade das economias locais.

Por fim, Correia apresenta uma visão crítica sobre o uso da mão de obra escravizada nativa nas atividades comerciais e administrativas em Goa, descrevendo as condições precárias e os abusos enfrentados por esses trabalhadores. Ele também aborda as contradições entre os objetivos de exploração colonial e as realidades sociais locais, evidenciando tensões que comprometeram frequentemente a eficácia da administração portuguesa.

No quadro seguinte (quadro 27.3), podem encontrar-se transcrições retiradas das *Lendas* comprovativas das ideias anteriormente desenvolvidas.

Quadro 27.3 – Referências demonstrativas da descrição do uso de mão de obra escravizada, das condições precárias e abusos e das revoltas geradas nas populações nativas na obra de Gaspar Correia

Exemplos/Transcrições
Passagem 1. Uso de mão de obra escravizada nas atividades comerciais e administrativas Livro III, Capítulo XIX – Dos escravos em Goa <i>“E os portugueses tomavam muitos gentios por cativos nas guerras, e os punham a servir nas casas e nas feitorias, e muitos trabalhavam nas obras da cidade, levando pedra e cal, e outros serviam nos navios.”</i>
Passagem 2. Condições precárias e abusos Livro III, Capítulo XX – Dos maus-tratos aos escravos <i>“E muitos senhores davam grandes açoites aos seus escravos por pequenas culpas, e outros os deixavam morrer de fome, e havia quem os vendesse por dívidas, o que causava murmúrios entre os naturais.”</i>
Passagem 3. Contradições entre exploração colonial e realidades sociais Livro IV, Capítulo X – Reflexões sobre o governo de Goa <i>“E dizia o governador que era difícil governar bem, porque os naturais não queriam servir de boa vontade, e os que eram forçados fugiam ou se revoltavam, e assim se perdia mais do que se ganhava.”</i>
Passagem 4. Tensões sociais e impacto na administração Livro IV, Capítulo XI – Revoltas e deserções

“E houve tempo em que os escravos fugiram em grande número para os matos, e se juntaram com gentios livres, e fizeram assaltos aos caminhos, e os capitães não sabiam como os conter.”

Apesar disso, Correia reconhece a resiliência das comunidades nativas, que adaptaram as suas práticas económicas e culturais para lidar com as imposições coloniais. Essa perspectiva crítica do cronista fornece um ponto de partida para uma reflexão mais ampla sobre os impactos de longo prazo do domínio português na Índia.

Assim, Gaspar Correia oferece uma narrativa que explora a complexidade das interações entre os portugueses e os povos indígenas, evidenciando não apenas as estratégias de sucesso, mas também as limitações e contradições do domínio colonial. O seu relato, ao mesmo tempo detalhado e crítico, propicia uma visão multifacetada das dinâmicas culturais, económicas e políticas que marcaram o período da expansão portuguesa.

3.4. Os aspetos políticos e militares na obra de Gaspar Correia.

Gaspar Correia aborda os aspetos políticos e militares como elementos centrais para a compreensão do domínio português em Goa, destacando a importância das alianças com lideranças locais para a consolidação do poder. Essas alianças, conforme descrito pelo autor, eram frequentemente negociadas com base em interesses mútuos, onde os líderes locais buscavam proteção militar e privilégios comerciais em troca de apoio ao domínio português. Correia demonstra que essas parcerias, embora úteis para a manutenção da ordem e a expansão territorial, eram frequentemente instáveis devido às diferenças culturais e aos conflitos de interesses. Conforme Avelar observa, esta dinâmica ilustra como os portugueses precisavam ajustar suas estratégias de governo, reconhecendo a complexidade política do contexto local. No entanto, o autor não aprofunda as perspectivas dos líderes nativos, o que limita a compreensão das dinâmicas interculturais envolvidas nessas negociações. Um dos métodos utilizados pelos portugueses para garantir o apoio das elites locais, segundo Correia, envolvia a concessão de títulos e recompensas materiais. Essa prática facilitava a integração de práticas locais nas políticas coloniais, como estratégia

para legitimar o domínio português e assegurar a aceitação entre as comunidades locais⁶³. Contudo, Thomaz argumenta que esse modelo era essencialmente motivado por interesses de curto prazo, o que resultava numa eficácia limitada na construção de relações políticas duradouras⁶⁴. Correia enfatiza o papel dessas práticas na manutenção do equilíbrio político, mas deixa de analisar criticamente as implicações a longo prazo, como a dependência portuguesa de alianças temporárias que frequentemente se desmoronavam diante de pressões regionais ou descontentamento local.

Gaspar Correia também reflete sobre as dificuldades advindas dessas alianças, apontando para casos de traições por parte de aliados locais. Ele descreve situações em que líderes nativos, inicialmente colaborativos, interromperam acordos devido a insatisfações com a administração portuguesa ou à influência de potências regionais rivais, expondo a fragilidade intrínseca dessas relações. Subrahmanyam sugere que tais divergências frequentemente resultavam de choques culturais e diferenças estruturais entre as tradições europeias e os sistemas políticos locais, um aspeto que Correia aborda apenas de maneira tangencial. Este tema revela uma oportunidade para aprofundar a análise sobre a capacidade dos portugueses de adaptar as suas estratégias a um campo político em constante mudança⁶⁵.

A construção de fortalezas emerge como um elemento indispensável para a sustentação do domínio português, segundo as descrições detalhadas de Correia. Entre os exemplos abordados, a fortaleza de Cananor, construída em 1526, é apresentada como um marco estratégico que combinava objetivos defensivos e administrativos. Mathew sublinha como a arquitetura militar portuguesa incorporou inovações europeias e adaptações

⁶³ Cf. Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361> (consultado em 20-01-2025)

⁶⁴ Cf. Thomaz, L. F. F. R. (1991). Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the east, 1500–1521. *The Indian Economic and Social History Review*, 28(1), 97–109. <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/001946469102800104> (consultado em 05-02-2025)

⁶⁵ Cf. Subrahmanyam, S. (2010). Intertwined histories: Crónica and tārīkh in the sixteenth-century Indian Ocean world. *History and Theory*, 49(4), 118-145. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2303.2010.00563.x> (consultado em 15-02-2025)

nativas, refletindo uma abordagem híbrida que respondia às necessidades locais. Correia detalha não apenas os desafios técnicos enfrentados pelos portugueses, mas também a utilização de recursos locais e mão de obra nativa, demonstrando a interdependência entre as infraestruturas coloniais e as comunidades vizinhas⁶⁶. No entanto, o autor não explora suficientemente o impacto social dessas construções, como a reorganização das comunidades sob uma nova ordem territorial imposta pelas estruturas defensivas.

As fortalezas descritas por Correia não eram meramente instrumentos de defesa, mas também símbolos políticos que consolidavam a autoridade portuguesa em Goa. Ele analisa como essas estruturas comunicavam poder e estabilidade aos olhos tanto dos aliados quanto dos adversários. Avelar reforça essa interpretação, argumentando que as fortalezas simbolizavam o esforço português para estabelecer uma presença permanente e respeitável num contexto regional fortemente contestado. Correia também observa os impactos das fortalezas nas dinâmicas locais, documentando as tensões geradas pela presença portuguesa e pela utilização de recursos comunitários para a manutenção dessas estruturas. Thomaz (1991) sugere que essas tensões frequentemente contribuíam para a resistência contra o domínio português, algo que poderia ser mais bem explorado na obra de Correia.

Os conflitos e disputas internas entre autoridades portuguesas são outra dimensão crítica nos relatos de Gaspar Correia. Ele analisa episódios específicos envolvendo rivalidades entre vice-reis, governadores e capitães, identificando como essas tensões comprometiam a coesão administrativa e militar. Segundo Subrahmanyam, tais rivalidades estavam frequentemente associadas a interesses divergentes dentro das fações que operavam no império português, exacerbando os desafios de governança num território vasto e culturalmente diverso. Correia narra como decisões contraditórias entre líderes afetavam diretamente as campanhas militares e alianças estratégicas, resultando em desperdícios de recursos e enfraquecimento das operações. Apesar das críticas detalhadas, o autor não oferece soluções ou alternativas para superar essas limitações sistêmicas, o que

⁶⁶ Mathew, K. S. (2017). *Shipbuilding, navigation and the Portuguese in pre-modern India* (1ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315101187> (consultado em 20-03-2025)

abre espaço para novas análises sobre possíveis reformas administrativas que poderiam ter fortalecido o domínio colonial.

A dificuldade em estabelecer uma administração coesa num território marcado pela diversidade cultural é outro ponto discutido por Gaspar Correia. Ele observa que a falta de coordenação entre os diferentes níveis de poder dentro da administração portuguesa frequentemente resultava em rebeliões e formas de contestação local. Mathew destaca que essa complexidade administrativa impactava a integração territorial e a eficiência das políticas coloniais. Correia apresenta uma visão crítica das falhas da administração portuguesa, mas a sua análise carece de uma consideração mais aprofundada sobre como essas tensões moldavam as percepções das populações locais em relação ao domínio colonial português.

As estratégias económicas e comerciais desempenhavam um papel central nas políticas administrativas e militares portuguesas em Goa, conforme documentado por Gaspar Correia. Ele descreve detalhadamente a implementação do sistema de cartazes, que visava controlar e monitorar o comércio marítimo na região. Thomaz argumenta que esse sistema, apesar de eficaz na arrecadação de receita, também exacerbou tensões com comerciantes locais e estrangeiros, um aspeto que Correia não explora em profundidade. O autor apresenta o sistema de cartazes como uma medida crucial para o controlo português, mas não analisa suficientemente seus impactos negativos na estabilidade económica e social das comunidades nativas.

Gaspar Correia também discute os esforços portugueses para explorar os recursos locais como forma de sustentar a administração colonial. Ele detalha práticas como a extração de recursos naturais e o fornecimento de materiais para as fortalezas, conectando essas atividades à manutenção do domínio. No entanto, Avelar observa que tais práticas frequentemente geravam conflitos com as populações indígenas, um aspeto que Correia aborda de maneira limitada. Aqui, a análise comparativa com outras regiões coloniais portuguesas poderia potencialmente enriquecer o entendimento das especificidades económicas de Goa e da Índia portuguesa.

A integração de elementos dos sistemas nativos de comércio e governança nas estratégias portuguesas é outro aspeto relevante tratado por Correia. Ele discute como

líderes locais foram incorporados à administração colonial como intermediários, facilitando o controlo dos territórios. Subrahmanyam reforça que essas parcerias, embora eficazes a curto prazo, frequentemente camuflavam desigualdades estruturais e tensões subjacentes. Correia oferece insights valiosos sobre a dependência portuguesa de lideranças nativas, mas sua análise poderia ser expandida para incluir uma avaliação mais crítica das limitações dessa abordagem em criar uma base sólida e sustentável para o domínio colonial.

A presença de ordens religiosas, como os franciscanos, é tratada por Gaspar Correia como um componente essencial para a consolidação do domínio português em Goa. Ele descreve como as tensões entre missionários e líderes locais refletiam a complexidade das interações culturais. Avelar destaca que os esforços missionários tinham um papel político crucial, auxiliando na mediação de conflitos e na construção da autoridade portuguesa. Correia documenta as dinâmicas entre religiosos e lideranças militares, mas sua análise poderia ser enriquecida ao explorar as implicações a longo prazo dessa convergência entre estruturas religiosas e políticas. As práticas de conversão religiosa, conforme descritas por Correia, frequentemente resultavam em resistência cultural e tensões sociais dentro das comunidades locais. Thomaz aponta que tais iniciativas criavam divisões internas que exacerbavam conflitos regionais. Correia reconhece o impacto dessas práticas, mas não examina suficientemente como elas moldaram a percepção local do domínio português e influenciaram as respostas das populações às intervenções coloniais. Essa lacuna abre espaço para uma análise interdisciplinar mais robusta sobre a relação entre religião e administração no contexto colonial.

Concluindo, Gaspar Correia proporciona um relato detalhado e crítico dos aspetos políticos e militares do domínio português em Goa, ao mesmo tempo que revela limitações na análise de algumas tensões e implicações estruturais. Essa narrativa oferece uma base valiosa para investigações e discussões adicionais sobre a complexidade do domínio colonial na Índia portuguesa.

4. Análise comparativa das narrativas relativamente à cidade de Goa.

As narrativas de Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia oferecem distintas perspetivas sobre a Goa colonial e suas complexas interações culturais, sociais e políticas. Através da análise comparativa, irão ser exploradas as semelhanças e diferenças nas

descrições da cidade, na evolução histórica e nas dinâmicas económicas que moldaram o espaço colonial. A abordagem de cada cronista revela não apenas as estratégias de poder português, mas também as tensões e resistências das populações locais, permitindo uma compreensão mais abrangente da experiência colonial em Goa. Este exame crítico será essencial para articular como as duas obras contribuem para a construção da memória histórica e da historiografia da Expansão Portuguesa.

4.1. Semelhanças e diferenças na narração dos acontecimentos históricos relativos a Goa.

É evidente que Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia apresentam visões diferentes sobre os eventos históricos que moldaram a presença portuguesa em Goa. Assim sendo, as subseções seguintes examinam as semelhanças e diferenças na descrição desta cidade, na evolução da sua história e nas dinâmicas económicas que caracterizaram o espaço colonial. Esta análise crítica revela não apenas as estratégias do poder português, mas também as tensões e interações com as populações locais, enriquecendo a compreensão da complexidade da experiência colonial.

4.1.1. O nível de precisão e detalhe na descrição da cidade de Goa.

A precisão e o nível de detalhe na descrição da cidade de Goa tornam-se centrais quando analisamos as narrativas de Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia, destacando as suas abordagens contrastantes. Castanheda sublinha sobretudo a importância estratégica da localização de Goa, enfatizando o papel da cidade como um ponto nodal nas operações comerciais e militares do Estado da Índia. Ele apresenta Goa como um elo essencial que conectava diferentes regiões através das rotas marítimas do Oceano Índico, reforçando sua posição privilegiada no sistema colonial português. Tal enfoque privilegia uma visão geopolítica, mas carece de análises aprofundadas sobre as interações urbanas ou os aspetos físicos do espaço, destacando-se uma orientação funcional e estratégica na sua narrativa, que aparentemente busca legitimar a ocupação portuguesa.

Adicionalmente, Castanheda oferece uma visão limitada da configuração urbana de Goa, priorizando elementos administrativos e religiosos que sustentam a sua função como centro administrativo. Ele aborda a disposição de estruturas como igrejas e fortalezas, sem, contudo, fornecer descrições detalhadas sobre o desenho arquitetónico ou a configuração

urbana específica da cidade. Ao optar por destacar a importância simbólica e administrativa dessas construções, Castanheda privilegia uma interpretação mais política e estratégica de Goa. Essa abordagem reflete o propósito propagandístico da sua obra, que consolida a imagem de Goa como um “bastião do império,” mas simultaneamente deixa de explorar as dimensões urbanísticas e sociais mais complexas da cidade.

Por outro lado, Gaspar Correia apresenta descrições significativamente mais pormenorizadas e visuais sobre Goa, especialmente através das suas representações da arquitetura e das estruturas defensivas. Nas suas “Lendas da Índia,” já anteriormente se referiu Gaspar Correia fez o uso de desenhos axonométricos para ilustrar fortalezas e edifícios que demonstram o seu esforço em fornecer representações precisas da paisagem urbana e militar⁶⁷. Correia, por exemplo, descreve com detalhe a construção da fortaleza de Cananor, destacando as técnicas arquitetónicas empregadas e a relevância estratégica da estrutura. Essa atenção aos detalhes técnicos e gráficos atribui às suas narrativas uma maior profundidade descritiva, diferenciando-o de Castanheda, cujo enfoque permanece muito mais abstrato e generalista.

Além disso, Gaspar Correia revela um interesse maior pela interação entre o espaço físico e as atividades humanas, integrando as contribuições nativas no conhecimento do território e na gestão dos recursos locais. Ele observa como os saberes indígenas foram utilizados para otimizar atividades como a agricultura e a exploração de recursos naturais, enriquecendo a sua contextualização de Goa⁶⁸. Correia não apenas descreve a cidade como um espaço administrativo e militar, mas também como um ambiente dinâmico, em constante transformação devido às mudanças políticas e económicas. Essa abordagem não apenas ilustra a evolução da infraestrutura urbana desde a conquista portuguesa em 1510 até às Velhas Conquistas de 1543, mas também destaca o impacto das reformulações político-administrativas na configuração urbana.

Ao mesmo tempo, a análise de Washbrook sobre o conceito de modernidade ajuda a aprofundar a discussão sobre a representação de Goa como um espaço de interação

⁶⁷ Avelar, A. P. (2012). Da representação do «Outro» no Códice Casanatense, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão. *Anais de História de Além-Mar*, XIII, 113-132. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37156> (consultado em 15-12-2025)

⁶⁸ Ibidem

colonial e global. Washbrook destaca que a modernidade frequentemente é retratada de forma eurocêntrica, como se fosse um desenvolvimento exclusivo do Ocidente, com culturas não ocidentais relegadas a um papel secundário de adaptação ou resistência⁶⁹. Aplicando essa perspectiva ao caso de Goa, pode-se perceber como as descrições de Castanheda reforçam uma visão ocidentalizada do espaço, tratando-o predominantemente como um instrumento do poder colonial português, enquanto ignora as contribuições locais para a evolução de Goa como um centro económico e cultural. Correia, ao contrário, ao documentar o papel dos conhecimentos e práticas nativas, oferece um retrato que desafia essa concepção hipostasiada da modernidade, inserindo Goa numa narrativa mais inclusiva e interconectada.

Apesar de ambos os cronistas reconhecerem a importância estratégica de Goa, Castanheda limita-se essencialmente a descrever o contexto geopolítico da cidade, enquanto Correia se detém na documentação concreta da evolução das infraestruturas e das suas ligações com as realidades comerciais, religiosas e administrativas. Assim, enquanto Castanheda apresenta Goa como um centro de comando estratégico no Oriente, Correia enriquece a narrativa ao explorar como as transformações nas estruturas urbanas e territoriais refletiam as dinâmicas de poder e as mudanças nas condições locais⁷⁰. O foco de Gaspar Correia na descrição detalhada da arquitetura e das mudanças urbanísticas contrasta com a falta de representações visuais precisas da Goa do século XVI. Obras iconográficas, como o *"Roteiro de Goa a Diu"* e a *"Civitates orbis terrarum,"* apesar de relevantes, são amplamente limitadas em detalhe e precisão. Nesse sentido, as narrativas textuais de Correia e Castanheda tornam-se substitutas valiosas, preenchendo lacunas deixadas pela iconografia e oferecendo perspectivas complementares sobre a configuração e o papel de Goa na rede colonial portuguesa. Diante dessas análises, é possível identificar como os objetivos narrativos específicos de cada cronista moldaram as suas descrições da cidade. Castanheda adota uma visão orientada para a funcionalidade militar e administrativa, alinhada ao esforço de legitimação do domínio português, enquanto Correia

⁶⁹ Washbrook, D. (1997). From Comparative Sociology to Global History: Britain and India in the Pre-History of Modernity. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 40(4), 410–443. <https://doi.org/10.1163/1568520972601495> (consultado em 12-02-2025)

⁷⁰ Jiang, B. (2016). Os Descobrimentos Portugueses e a China: Estudo das Relações Culturais [Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro]. ProQuest Dissertations & Theses.

utiliza a sua narrativa detalhada para contextualizar Goa como um espaço em constante transformação, marcado por interações complexas entre as infraestruturas coloniais e as atividades humanas. Essa complementaridade das abordagens contribui para uma compreensão mais rica e crítica da Goa colonial, destacando o papel da cidade na estratégia imperial portuguesa e como um ponto de interação cultural, económica e política no Oceano Índico.

4.1.2. Narração da história e da evolução da cidade de Goa.

A conquista de Goa pelos portugueses em 1510, sob a liderança de Afonso de Albuquerque, marcou um momento estratégico na expansão marítima portuguesa, devido à posição privilegiada da cidade no Oceano Índico. A localização de Goa numa rota essencial para o comércio de especiarias conferiu-lhe importância não apenas no contexto económico, mas também político, consolidando-se como peça fundamental no Estado da Índia. Conforme Avelar (2023) destaca, a cidade tornou-se um ponto crucial para o controlo das rotas marítimas e o fortalecimento do império português no Oriente, reforçando a capacidade de Portugal em competir com outras potências regionais. No entanto, essa conquista inicial não garantiu imediatamente o controlo absoluto dos portugueses na região, evidenciando os desafios de consolidação territorial e a complexidade das resistências locais. As narrativas históricas frequentemente enfatizam a vitória de Albuquerque, mas omitem as dificuldades subsequentes na solidificação do domínio, um aspeto que merece maior aprofundamento para compreender as fases de transição entre conquista militar e integração administrativa.

A integração de Goa no império português só ganhou maior expressão territorial em 1543, com as chamadas Velhas Conquistas, que permitiram a expansão do domínio português para além da Ilha de Tiswadi. Gaspar Correia, nas suas *"Lendas da Índia,"* oferece um relato detalhado desses processos, da utilização de alianças estratégicas às tensões com populações locais. Avelar sublinha que esse processo foi crucial para garantir uma base territorial mais sólida e estratégica em oposição à fragilidade inicial dos domínios insulares. Por outro lado, Lopes realça como essas expansões dependiam de negociações complexas, em que os portugueses frequentemente adotaram táticas de integração que combinavam força militar, diplomacia e concessões comerciais. Correia, ao relatar as transformações

territoriais, insere uma dimensão humana e cultural nas narrativas de expansão, registrando os impactos nessas populações, mas sua análise carece de uma exploração mais crítica e aprofundada sobre as dinâmicas de resistência e adaptação locais durante esse período. A administração de Goa foi reorganizada a partir da centralização do poder sob as diretrizes portuguesas, com a criação de uma estrutura governamental que incluía um vice-rei e conselhos administrativos. Tal organização foi essencial para a coordenação de operações militares e comerciais num Oriente marcado por rivalidades constantes. Castanheda, ao descrever essa evolução na "História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses," destaca como as medidas administrativas foram projetadas para consolidar o domínio português, mas a sua abordagem permanece centrada na eficiência e nos resultados imediatos, carecendo de uma análise crítica das falhas internas e dos conflitos de interesses entre diferentes níveis da administração. Correia, por sua vez, ao explorar eventos específicos, evidencia um cenário mais complexo, no qual os conflitos internos e as tensões entre os vice-reis e os administradores locais comprometiam a eficácia da governança⁷¹. Lopes reforça a visão de que essa estrutura administrativa frequentemente encontrava dificuldades em harmonizar interesses locais e coloniais, uma questão que revela o caráter multifacetado das estratégias de poder implementadas em Goa. As transformações urbanas de Goa refletem diretamente a interação entre interesses coloniais e dinâmicas locais. Castanheda destaca a cidade enquanto base militar e centro de operações comerciais, mas limita-se a descrever estruturas fundamentais de maneira resumida e funcional. Correia, por outro lado, apresenta descrições mais detalhadas que documentam as mudanças no espaço físico da cidade, incluindo a construção de fortalezas e infraestruturas comerciais, símbolos do avanço do domínio português⁷². Lopes aponta que a configuração urbana definitiva de Goa foi alcançada apenas na segunda metade do século XVI, após a superação de resistências locais e a adaptação das práticas administrativas às necessidades do território. Correia inclui relatos sobre a apropriação de

⁷¹ Lopes, N. M. de P. (2017). O Sistema defensivo de Goa (1510-1660) Influência na composição do Território contemporâneo (Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra). Universidade de Coimbra. https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/90646/2/O%20Sistema%20Defensivo%20de%20Goa_Volume%20I.pdf (consultado em 12-03-2025)

⁷² Ibidem

recursos locais e o envolvimento das populações nativas na construção dessas infraestruturas, evidenciando um processo de transformação urbana que integrava elementos locais num contexto colonial. No entanto, as implicações sociais e culturais dessas mudanças ainda demandam investigações adicionais, principalmente no que se refere às experiências das populações submetidas às novas ordens territoriais. O conhecimento indígena desempenhou um papel significativo na exploração e integração dos recursos naturais de Goa no sistema colonial português. Gaspar Correia documenta como esses saberes foram incorporados nas práticas agrícolas e na extração de recursos para sustentar a administração e as infraestruturas do território, revelando as contribuições essenciais das populações locais. Em contrapartida, Castanheda foca mais nas estratégias políticas e militares utilizadas para superar resistências, conferindo menor atenção ao papel dos agentes locais nesse processo⁷³. A interação entre portugueses e populações nativas não se limita a uma relação unidimensional de imposição, mas inclui trocas culturais e adaptações mútuas, mesmo num cenário de desigualdades de poder. Correia oferece insights valiosos sobre essas interações, mas sua perspectiva ainda carece de um olhar mais crítico sobre as contradições e tensões subjacentes à integração dessas práticas locais no contexto colonial.

A interação entre portugueses e populações locais influenciou não apenas a administração e a expansão territorial, mas também a configuração económica e cultural de Goa. Castanheda enfatiza as transformações associadas às políticas fiscais e reorganizações sociais impostas pelos governadores portugueses, enquanto Correia ressalta a adaptação e incorporação de práticas nativas no sistema colonial, como no caso das infraestruturas e do uso de recursos locais. Assim sendo, Goa funcionava como um ponto de encontro estratégico, onde elementos culturais e económicos de diferentes origens se misturavam, refletindo a complexidade das dinâmicas coloniais. Apesar de ambos os cronistas abordarem a evolução de Goa a partir de perspectivas diferentes, as suas obras, quando analisadas em conjunto, oferecem um quadro mais amplo e multifacetado da cidade, evidenciando o impacto abrangente das práticas de expansão e administração portuguesa na região.

⁷³ Ibidem

Concluindo, a história e evolução de Goa, conforme analisada nas narrativas de Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia, oferecem um panorama detalhado das complexas dinâmicas de conquista, consolidação e transformação sob o domínio português. As perspectivas complementares dos dois cronistas contribuem para uma compreensão mais abrangente de Goa como uma peça central no contexto da expansão marítima portuguesa no século XVI.

4.1.3. Descrição da economia, rotas marítimas e comércio.

A economia, as rotas marítimas e o comércio em Goa desempenharam um papel central na consolidação do domínio português no Oriente, sendo descritos com destaque nas obras de Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia. Castanheda relata a criação de estruturas administrativas e financeiras pelos portugueses, concebidas para exercer controlo sobre o lucrativo comércio de especiarias, incluindo tributos e monopólios sobre produtos como pimenta e cravo, que dominavam o mercado europeu. O autor destaca que essas estruturas não se limitavam ao âmbito económico, mas representavam também uma base estratégica para a expansão do domínio imperial português. No entanto, a sua abordagem é marcada por um foco na funcionalidade administrativa, não explorando detalhadamente as implicações sociais e culturais dessas políticas, o que limita a perspectiva sobre os impactos abrangentes nas populações locais.

A posição de Goa como um “*hub*” essencial no comércio internacional do século XVI é descrita por Castanheda, que sublinha as conexões da cidade com centros comerciais relevantes, como Meca, Ormuz e Malaca. Essas interligações reforçavam a centralidade de Goa no sistema comercial do Oceano Índico e no fortalecimento da hegemonia portuguesa⁷⁴. Castanheda aborda ainda os desafios enfrentados pelos portugueses para manter essa posição privilegiada, em particular a ameaça representada por potências concorrentes como os otomanos. Esse enfoque contribui para a compreensão da relevância geopolítica de Goa, mas novamente carece de uma análise mais aprofundada sobre como essas rivalidades impactavam as comunidades locais e as redes comerciais estabelecidas previamente à chegada dos portugueses.

⁷⁴ Axelrod, P., & Fuerch, M. A. (2008). Flight of the Deities: Hindu Resistance in Portuguese Goa. *Modern Asian Studies*, 30(2), 387-421. <https://doi.org/10.1017/S0026749X00016516> (consultado em 10-03-2025)

Gaspar Correia, por outro lado, oferece uma análise mais detalhada das transações comerciais em Goa, enfatizando a adaptação das práticas locais pelos portugueses como forma de otimizar operações económicas. Ele descreve a incorporação de mercados flutuantes e sistemas de troca locais, ilustrando como essas práticas foram essencialmente modificadas para se adequar ao modelo económico do império português. Essa abordagem revela não apenas a flexibilidade dos administradores portugueses, mas também as consequências disruptivas dessas mudanças nas estruturas sociais e económicas das comunidades nativas. Correia demonstra maior sensibilidade na documentação dessas dinâmicas, reconhecendo os contrastes entre a funcionalidade económica desejada pelos portugueses e os desafios impostos pela realidade local.

Ambos os cronistas reconhecem os esforços dos portugueses em estabelecer alianças comerciais com líderes locais, que desempenhavam um papel crucial na consolidação do domínio económico em Goa. Enquanto Castanheda destaca as vantagens diplomáticas e económicas obtidas por meio dessas parcerias, Correia detalha as tensões inerentes a esses processos, incluindo resistências a políticas fiscais e comerciais impostas pelos colonizadores⁷⁵. Este contraste nas narrativas evidencia a complexidade das interações económicas e sociais no contexto colonial, bem como a coexistência de colaboração e conflito nas relações entre portugueses e elites locais.

Correia também salienta a relevância do conhecimento indígena na exploração dos recursos locais, apontando como as populações nativas contribuíram com a sua experiência na navegação e exploração de rotas terrestres e marítimas fundamentais para o sucesso comercial português. Entretanto, ele critica as implicações negativas dessas colaborações, como a exploração intensiva de comunidades e recursos locais, que frequentemente resultava em tensões sociais crescentes. Essa observação sublinha a dualidade das relações colonialistas, nas quais cooperação e exploração coexistiam num equilíbrio instável. A descrição detalhada de Correia sobre as infraestruturas económicas de Goa, incluindo mercados, portos e armazéns, oferece percepções valiosas sobre as transformações urbanas para atender às demandas do comércio marítimo. Ele menciona, por exemplo, a construção

⁷⁵ Almeida Rocha, S. M. M. C. d. (2011). Dinâmicas de Poder dos Intérpretes/Língua Portugueses na Ásia de João de Barros [Tese de mestrado, Universidade Aberta]. <https://core.ac.uk/download/pdf/303040626.pdf> (consultado em 05-02-2025)

de armazéns especializados para especiarias, destacando a importância desses espaços para o fluxo económico da cidade. Essa análise contrasta com a narrativa de Castanheda, que se concentra na funcionalidade estratégica das estruturas, mas não fornece uma visão abrangente de suas implicações para a configuração do espaço urbano e as dinâmicas locais.

Os conflitos armados contra o Sultanato de Bijapur, os otomanos e outras potências regionais são apresentados por Castanheda como elementos essenciais para o controle das rotas comerciais e marítimas. Ele sublinha que o poder militar português desempenhava um papel estratégico na proteção das frotas comerciais e no fluxo de riquezas para Lisboa, consolidando Goa como centro logístico do império⁷⁶. Correia, porém, oferece uma visão complementar, abordando as consequências económicas desses conflitos para as populações locais, incluindo expropriação de terras e a imposição de tributos que intensificavam tensões sociais em Goa⁷⁷. Essa abordagem mais crítica evidencia o impacto prolongado dessas políticas sobre as dinâmicas sociais locais, apontando os efeitos desestabilizadores das estratégias militares no contexto colonial.

As mudanças introduzidas pelos portugueses na agricultura, com culturas como a cana-de-açúcar e o algodão, desempenharam um papel importante tanto na economia agrária quanto no comércio marítimo. Castanheda enfatiza as políticas fiscais e a integração das aldeias na economia colonial, enquanto Correia explora os efeitos sociais e culturais dessas transformações, destacando como elas alteraram a organização comunitária local⁷⁸. Essa análise ilustra a interseção entre economia e sociedade, oferecendo uma visão mais ampla das transformações em Goa durante o período de expansão portuguesa.

As narrativas de Correia incluem descrições culturais e religiosas associadas às práticas comerciais, como rituais e cerimónias adaptados ao contexto colonial. Ele analisa como essas práticas criaram uma fusão simbólica entre os sistemas de crença locais e as

⁷⁶ Costa, G. B. d., & Leite, I. P. (2024). Vasco da Gama e a Descoberta do Caminho Marítimo Para a Índia: nos 500 anos da sua morte. Faculdade de Letra da Universidade do Porto. Biblioteca Digital. <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-11-6/vas> (consultado em 03-02-2025)

⁷⁷ Almeida Rocha, S. M. M. C. d. (2011). Dinâmicas de Poder dos Intérpretes/Língua Portugueses na Ásia de João de Barros [Tese de mestrado, Universidade Aberta]. <https://core.ac.uk/download/pdf/303040626.pdf> (consultado em 05-02-2025)

⁷⁸ Axelrod, P., & Fuerch, M. A. (2008). Flight of the Deities: Hindu Resistance in Portuguese Goa. *Modern Asian Studies*, 30(2), 387-421. <https://doi.org/10.1017/S0026749X00016516> (consultado em 10-03-2025)

novas estruturas económicas. Essa observação ressalta a importância da cultura no funcionamento do sistema económico, mas também levanta questões sobre as tensões e adaptações necessárias para integrar valores locais num contexto de dominação colonial.

A narrativa de Castanheda sobre a economia de Goa é marcada por uma abordagem centralizada, enfatizando a eficiência administrativa e o controlo monopolístico dos lucros do comércio de longo curso. Essa visão contrasta com a análise de Correia, que prioriza as interações entre colonizadores e comunidades locais, oferecendo uma perspetiva mais diversificada e crítica das dinâmicas económicas⁷⁹. Apesar de ambos os cronistas fornecerem relatos valiosos, as contribuições de Correia destacam-se por documentar as transformações no quotidiano económico das populações indígenas e por explorar as consequências sociais e culturais da exploração colonial⁸⁰. A análise conjunta dessas obras permite uma compreensão mais abrangente das complexas interações económicas e sociais que moldaram a Goa colonial.

4.1.4. Análise do uso de metáforas, imagens, estilo literário e linguagem poética.

O uso de metáforas nas "Lendas da Índia" de Gaspar Correia demonstra uma tentativa deliberada de atribuir um significado maior à cidade de Goa dentro do contexto do Estado da Índia. Correia apresenta Goa como um "centro do mundo", utilizando essa metáfora para sublinhar a centralidade estratégica, cultural e económica da cidade no império português. Tal construção simbólica não apenas reforça a visão eurocêntrica da expansão portuguesa, mas também posiciona Goa como uma extensão do projeto imperial, enfatizando a sua relevância na consolidação do domínio marítimo e comercial de Portugal no Oriente. Essa metáfora revela a intenção de Correia em glorificar a presença portuguesa e legitimar a ocupação, inscrevendo Goa em narrativas que ligam poder e grandiosidade.

A linguagem poética de Gaspar Correia contribui de forma significativa para a construção de uma imagem positiva de Goa, recorrendo a descrições que exaltam a sua

⁷⁹ Ibidem

⁸⁰ Costa, G. B. d., & Leite, I. P. (2024). Vasco da Gama e a Descoberta do Caminho Marítimo Para a Índia: nos 500 anos da sua morte. Faculdade de Letra da Universidade do Porto. Biblioteca Digital. <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-11-6/vas> (consultado em 12-03-2025)

"fertilidade" e "prosperidade". Este recurso poético visa, por um lado, celebrar o sucesso das políticas coloniais portuguesas, apresentando Goa como um território produtivo e lucrativo, e, por outro, criar uma retórica de legitimidade que reforça a ideia de transformação positiva do território conquistado. Correia, ao poetizar o espaço colonial, também insere uma dimensão ideológica na sua narrativa, ligando a exploração territorial à construção de um império que simboliza progresso e dominação efetiva.

As metáforas empregadas por Correia não se limitam às descrições físicas e económicas de Goa, mas integram eventos históricos significativos. Ele narra, por exemplo, a construção de fortificações como uma prova da capacidade portuguesa em transformar e proteger o território, utilizando imagens simbólicas para relacionar esses eventos ao ideal de superioridade portuguesa. Tais descrições visam não apenas documentar a história de Goa, mas também reforçar a ideia de que os portugueses possuíam uma habilidade única de moldar e dominar o espaço, projetando sua imagem como agentes de mudança e resiliência numa região marcada por desafios. A visão de Goa como um "centro do mundo", segundo Correia, reflete ainda uma expectativa de permanência do domínio português na região. Esta metáfora, carregada de idealismo, posiciona Goa como o coração do projeto de expansão imperial. Ao alinhar a cidade a uma narrativa propagandística de Portugal enquanto potência marítima global, Correia não apenas celebra o domínio territorial, mas também constrói uma visão de Goa como fundamental para o sucesso a longo prazo do império português⁸¹.

Em contraste com Correia, a abordagem de Fernão Lopes de Castanheda é mais contida, apresentando um uso estratégico de metáforas que reforçam a visão de Goa como uma "fortaleza cercada por inimigos". Essa descrição sublinha a vulnerabilidade da cidade e justifica a necessidade de medidas militares rigorosas para sustentar o domínio português na região. A escolha dessa metáfora reflete uma intenção de moldar uma narrativa heroica e resiliente, destacando os desafios enfrentados pelos colonizadores no contexto de rivalidades regionais e rebeliões. A imagem da fortaleza implica não apenas resistência, mas também a centralidade de Goa como um bastião de segurança e ordem dentro do

⁸¹ Moreira, R. (1987). GOA EM 1535. Revista Da Faculdade De Ciências Sociais E Humanas, 12, 177-221. https://run.unl.pt/bitstream/10362/6791/1/RFCSH8_177_221.pdf (consultado em 15-12-2024)

panorama caótico do Oriente no século XVI. Embora Castanheda considere Goa um símbolo de resistência estratégica, a sua narrativa é menos visual e emocional em comparação à de Correia. Ele privilegia uma abordagem mais factual, centrada em estratégias militares e alianças políticas, evitando descrições metafóricas elaboradas dos elementos urbanos e culturais da cidade. Apesar disso, a metáfora da fortaleza é eficaz na construção de uma narrativa que legitima as ações militares e administrativas dos portugueses, apresentando Goa como indispensável para o projeto colonial. A narrativa visual de Gaspar Correia é particularmente evidenciada por meio de seus esboços e descrições detalhadas das edificações, como as fortalezas de Cananor. Ele aplica técnicas arquitetônicas, como a perspectiva axonométrica, para criar imagens que simbolizam poder e ordem, inserindo Goa numa visão de transformação física e simbólica⁸². Estas representações artísticas reforçam a ideia de Goa enquanto um território cujo espaço foi domesticado e organizado pela intervenção portuguesa, funcionando como uma metáfora para a imposição de ordem e civilidade colonial. A escolha de Correia por integrar representações visuais e linguagens poéticas amplia o alcance da sua narrativa, conferindo um sentido mais amplo à prática colonial portuguesa. Ele não se limita a relatar eventos históricos, mas utiliza metáforas e imagens para explorar o impacto simbólico e cultural da expansão portuguesa sobre Goa⁸³. Essa abordagem complexa traduz-se numa narrativa que valoriza tanto as transformações materiais quanto as implicações simbólicas do processo de colonização.

A divisão entre as descrições de "fertilidade" e "prosperidade" de Correia e as de "controle" e "resistência" de Castanheda reflete os interesses narrativos distintos de ambos os cronistas. Enquanto Correia privilegia uma visão integrada de interação cultural e adaptação, Castanheda permanece concentrado nas dimensões político-militares da administração de Goa. Essa diferença sublinha não apenas as prioridades individuais dos cronistas, mas também os projetos mais amplos de representação colonial que dominavam o século XVI. Correia e Castanheda utilizam metáforas religiosas para consolidar a visão de Goa como um "altar de civilização cristã", associando a cidade às missões de evangelização

⁸² Avelar, A. P. (2012). Da representação do «Outro» no Códice Casanatense, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão. *Anais de História de Além-Mar*, XIII, 113-132. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37156> (consultado em 15-02-2025)

⁸³ Ibidem

portuguesas. Correia explora a fusão entre práticas religiosas locais e introduções cristãs, enquanto Castanheda retrata as religiões não cristãs de forma simplificada, colocando-as em oposição ao cristianismo. Essa estratégia reflete uma tensão ideológica nas narrativas, onde a religião desempenha um papel central tanto na promoção da ordem colonial quanto na sua legitimação política⁸⁴. Gaspar Correia também apresenta integrações simbólicas entre práticas religiosas e económicas que dialogam com o conceito de "desbravamento" utilizado por Castanheda para descrever a introdução de práticas europeias. Nesse contexto, a metáfora do "desbravamento" reflete um esforço de atribuir aos portugueses um papel pioneiro e civilizador, destacando ações como a criação de estruturas administrativas e comerciais que inserem comunidades locais em novos sistemas políticos e económicos⁸⁵. Essa maneira de narrar reforça a percepção eurocêntrica comum à época, mas também revela tensões e contradições ocultas no processo colonial. A utilização de representações visuais por Correia é realçada ao incluir desenhos e esboços de governadores e vice-reis portugueses, combinando técnicas de representação axonométrica e pontos de fuga. Esses elementos gráficos servem para transmitir simbolismos de poder e narrativa de ordem, destacando o impacto visual e estratégico das intervenções arquitetónicas. A representação de fortificações e edificações associadas aos portugueses corrobora a tentativa de Correia de criar um imaginário de transformação material e simbólica⁸⁶. Essa abordagem contrasta com a narrativa de Castanheda, que se mantém numa descrição mais funcional, omitindo detalhes arquitetónicos e visuais.

Acrescente-se ainda que as narrativas sobre Goa como terra de "fertilidade" e "prosperidade" em contraponto às imagens de "controlo" e "resistência" evidenciam os diferentes objetivos simbólicos das representações de Correia e Castanheda. Correia utiliza

⁸⁴ Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361> (consultado em 15-02-2025)

⁸⁵ Sequeira Antony, P. (2013). *Relações intracoloniais Goa-Bahia 1675-1825* [Tese de doutoramento, Fundação Alexandre de Gusmão]. Fundação Alexandre de Gusmão. <https://repositories.lib.utexas.edu/bitstreams/1dc9cfdb-377d-476b-ba73-8e08ffd11b76/download> (consultado em 25-01-2025)

⁸⁶ Avelar, A. P. (2012). Da representação do «Outro» no Códice Casanatense, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão. *Anais de História de Além-Mar*, XIII, 113-132. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37156> (consultado em 10-01-2025)

uma abordagem mais descritiva e emocional, enquanto Castanheda mantém uma narrativa mais estratégica e militar. Essa fusão entre linguagem poética e histórica contribui para a construção de um imaginário de Goa que ultrapassa o seu território físico, consolidando-a como símbolo de modernidade e resistência no contexto da expansão portuguesa.

Concluindo, as metáforas e a linguagem poética presentes nas obras de Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda não são apenas elementos estilísticos, mas ferramentas narrativas que moldam a percepção de Goa como peça fundamental no projeto colonial português.

4.2. Visões e representações dos povos indígenas encontrados em Goa.

As representações dos povos e autoridades em Goa durante o período da expansão portuguesa revelam a complexidade das interações culturais e sociais que moldaram a região. Através das análises sobre culturas, sistemas de crenças, e as dinâmicas entre governadores e líderes locais, busca-se compreender como essas relações influenciaram o processo de colonização. Esta análise crítica lança luz sobre as tensões, alianças e resistências que emergiram no contexto colonial, enfatizando a importância das vozes nativas e as suas interações com os colonizadores. Ao abordar essas temáticas, este trabalho contribui para uma compreensão mais abrangente da experiência colonial em Goa, ressaltando as nuances que desafiam as narrativas históricas dominantes.

4.2.1. Descrições das culturas, sociedades, modos de vida e sistemas de crenças nos povos indígenas encontrados.

Os diferentes sistemas culturais, sociais e de crenças das populações nativas de Goa foram objeto de análise significativa na obra de Gaspar Correia, cujas descrições detalhadas oferecem uma visão rica das práticas culturais e da vida quotidiana dessas sociedades. Correia dedicou-se a documentar cerimônias, festividades e costumes locais, demonstrando como as populações nativas mantinham suas tradições em meio à dominação portuguesa. Essa abordagem revela uma resiliência cultural notável, marcada pela adaptação e incorporação de elementos europeus, sem perder as características fundamentais das práticas locais. Esse nível de detalhamento é complementado pelos desenhos e esboços de Correia, que ampliam sua capacidade de reconstrução histórica e cultural, evidenciando uma cronística que transcende o registro puramente textual.

Por outro lado, Fernão Lopes de Castanheda adota uma perspectiva diferente, focada principalmente nos mecanismos estratégicos através dos quais as interações culturais contribuíram para o projeto colonial português, especialmente a conversão ao cristianismo. A narrativa de Castanheda é notavelmente descritiva ao abordar os esforços das ordens religiosas, como os franciscanos, na disseminação do cristianismo em Goa, destacando os desafios impostos pelas barreiras culturais e pelos sistemas de crenças nativos. Essa abordagem reflete uma visão eurocêntrica que tende a enfatizar a superioridade do cristianismo como fator integrador e civilizador, promovendo, assim, a legitimação da dominação colonial através da religião⁸⁷.

Correia, ao contrário, apresenta uma visão mais empática e detalhada dos sistemas de crenças nativos, explorando práticas religiosas e cosmovisões locais em profundidade. Ele identifica os rituais e crenças como pilares importantes das estruturas sociais, destacando como estes serviam tanto para reforçar a coesão comunitária quanto para resistir às imposições coloniais. Mais do que apenas descrever essas práticas, Correia sublinha o seu significado simbólico e contextualiza as suas interações e transformações no ambiente colonial. Tal abordagem contrasta de forma significativa com as narrativas eurocêntricas da época, demonstrando maior sensibilidade à interculturalidade e à dinâmica de resistência cultural em Goa⁸⁸.

Já Castanheda apresenta as culturas locais sob uma ótica simplificadora, muitas vezes categorizando-as como “atrasadas” ou “desorganizadas” em comparação com os valores cristãos europeus. Essa caracterização reflete a política ideológica do Estado português, que procurava justificar a expansão e a dominação colonial com base na suposta superioridade cultural europeia. A abordagem de Castanheda alinha-se à visão do cristianismo como instrumento de progresso e civilização, oferecendo pouco espaço para a compreensão das populações locais em seus próprios termos, reforçando, assim, um viés

⁸⁷ Sousa, F. R. (2013). Cronistas no império português: uma análise comparativa das construções culturais. Universidade de Pernambuco.
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364752170_ARQUIVO_ARTIGO-ANPUH.pdf
(consultado em 19-03-2025)

⁸⁸ Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. Revista Portuguesa de História Militar - Gênese do Império Português do Oriente, 5, 39–53.
<https://doi.org/10.56092/OTCE9361>(consultado em 15-02-2025)

cultural e político significativo.⁸⁹

Além disso, Correia inclui uma análise detalhada das interações interculturais, como casamentos mistos e alianças estratégicas, documentando como esses encontros conformaram um ambiente multicultural e dinâmico em Goa. Ele enfatiza como essas relações resultaram em trocas culturais contínuas, com impacto duradouro nas estruturas sociais e nas identidades locais. Essas descrições demonstram um esforço consciente para capturar nuances interculturais e documentar as adaptações linguísticas e culturais que facilitaram o contato entre europeus e nativos⁹⁰.

Por outro lado, Castanheda prioriza a reorganização socioeconômica promovida pelos portugueses, considerando os costumes e crenças locais como obstáculos à consolidação do domínio colonial. Ele trata Goa como um projeto de transformação linear, onde as estruturas europeias substituiriam as práticas nativas, promovendo ordem e progresso sob uma ótica ocidental. Essa perspectiva reflete a intenção de posicionar Goa como exemplo de modernização colonial, um símbolo do sucesso da expansão portuguesa no Oriente⁹¹.

As descrições de Correia sobre as populações nativas de Goa centram a sua atenção nos detalhes etnográficos, incluindo o uso de termos locais e referência a práticas específicas. Essa abordagem, ao situar os povos de Goa no centro da narrativa, oferece uma contribuição inestimável ao campo da história social e etnografia, demonstrando como tradições locais serviram tanto para resistir à colonização como para articular formas de interação com os colonizadores⁹². Além disso, a sua documentação de festividades e símbolos culturais revela a importância dessas práticas no estabelecimento de identidades locais no contexto colonial.

Em contrapartida, Castanheda mantém uma narrativa que sustenta os objetivos do

⁸⁹ Sousa, F. R. (2013). Cronistas no império português: uma análise comparativa das construções culturais. Universidade de Pernambuco.
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364752170_ARQUIVO_ARTIGO-ANPUH.pdf
(consultado em 19-03-2025)

⁹⁰ Ibidem

⁹¹ Ibidem

⁹² Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. Revista Portuguesa de História Militar - Gênese do Império Português do Oriente, 5, 39–53.
<https://doi.org/10.56092/OTCE9361>(consultado em 15-02-2025)

projeto imperial português, tratando as dinâmicas culturais locais como secundárias a um propósito maior de integração colonial. A sua análise, ao reduzir as culturas indígenas a elementos a serem superados, reforça a ideia de Goa como um espaço de “civilização” ocidental, legitimando, assim, as ações do Estado português. Apesar disso, sua obra complementa a abordagem de Correia ao destacar aspetos administrativos e religiosos que moldaram as interações coloniais em Goa ⁹³.

Em resumo, enquanto Correia oferece uma análise cultural detalhada e integrativa, Castanheda adota uma visão estratégica e eurocêntrica. Juntas, as suas perspetivas enriquecem a compreensão das interações entre culturas no contexto de Goa, revelando uma rede complexa de resistência, adaptação e imposição que definiu a dinâmica colonial portuguesa.

4.2.2. Descrição das autoridades, governadores, líderes religiosos e outros personagens importantes de Goa.

O papel dos governadores em Goa durante o período da expansão portuguesa foi amplamente analisado por Gaspar Correia na sua narrativa, com destaque para figuras como Afonso de Albuquerque. Correia sublinha a habilidade estratégica de Albuquerque, que foi crucial para consolidar o domínio português na região, particularmente durante a conquista inicial de 1510. Ele descreve a forma como Albuquerque implementou um sistema administrativo eficaz e estabeleceu alianças com líderes locais, evidenciando a importância desses acordos para a estabilidade política. No entanto, a análise crítica de Correia revela não apenas os sucessos de Albuquerque, mas também os desafios inerentes a essa posição, oferecendo uma perspetiva que enriquece a compreensão sobre os complexos processos políticos da época⁹⁴. Por outro lado, Correia aborda de forma detalhada as características humanas dos governadores e as dificuldades que enfrentaram

⁹³ Sousa, F. R. (2013). Cronistas no império português: uma análise comparativa das construções culturais. Universidade de Pernambuco.
http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364752170_ARQUIVO_ARTIGO-ANPUH.pdf
(consultado em 19-03-2025)

⁹⁴ Avelar, A. P. M. (2019). A cronística da expansão e os ecos de religiosidade na representação narrativa das viagens marítimas. *Lusitania Sacra*, 40, 139-149. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9756>
(consultado em 06-01-2025)

para manter a estabilidade em Goa. Ele descreve episódios de ambição e rivalidade entre as lideranças portuguesas, destacando como disputas internas e divergências de comando afetavam a eficácia administrativa. Essa perspectiva adiciona uma dimensão humana e pragmática à análise da administração colonial, sublinhando que a gestão do território não estava imune a conflitos internos, que por vezes comprometiam os objetivos maiores do domínio imperial português⁹⁵.

A utilização de representações visuais nas "Lendas da Índia" complementa as descrições textuais de Correia, demonstrando a importância de figuras como Afonso de Albuquerque e outros vice-reis. Correia recorre a desenhos para enaltecer os feitos desses governadores, conectando suas imagens à narrativa de poder e ordem colonial. Essa abordagem não apenas reforça a centralidade de Goa como um espaço estratégico e militar, mas também contribui para a construção de um imaginário visual que legitimava a autoridade portuguesa na região⁹⁶.

Fernão Lopes de Castanheda, por sua vez, adota uma visão formal e descritiva dos governadores portugueses, enfatizando os contextos políticos e militares que moldaram suas decisões. Ele utiliza documentos oficiais, como relatórios administrativos e cartas régias, para ilustrar as políticas de reorganização fiscal e militar. Essa abordagem reflete um compromisso com uma narrativa mais institucional e centralizada, que prioriza a eficácia administrativa como fator indispensável para a perpetuação do domínio português em Goa.

Na narrativa de Castanheda, os governadores são figuras funcionais, responsáveis pela projeção de poder do Estado português. Ele descreve as suas contribuições estratégicas na consolidação de rotas comerciais e no fortalecimento de fortificações em Goa, mas minimiza os conflitos internos e as tensões individuais das lideranças. Essa abordagem reforça uma visão idealizada do domínio português, priorizando os êxitos administrativos e militares sobre dinâmicas mais complexas e desafiadoras, frequentemente mencionadas por Correia. Embora tanto Castanheda quanto Correia

⁹⁵ Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Gênese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361> (consultado em 15-02-2025)

⁹⁶ Avelar, A. P. (2012). Da representação do «Outro» no Códice Casanatense, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão. *Anais de História de Além-Mar*, XIII, 113-132. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37156> (consultado em 10-01-2025)

reconheçam a interdependência entre os governadores portugueses e as estruturas locais, suas perspectivas diferem quanto à interpretação dessas relações. Castanheda enfatiza o papel das estratégias militares na submissão das autoridades nativas, reforçando a autoridade portuguesa.

Em contraste, Correia explora a instabilidade dessas alianças e negociações, destacando a resiliência das populações locais em resistirem às imposições coloniais. Essa divergência de abordagem ilustra as prioridades narrativas de cada cronista e o modo como cada um retratou as complexas interações entre portugueses e elites locais. Gaspar Correia também analisa detalhadamente o papel dos líderes religiosos em Goa, focando nas missões conduzidas por franciscanos e jesuítas. Ele descreve esses líderes como mediadores culturais e agentes centrais na disseminação do cristianismo, mencionando seus esforços na construção de instituições religiosas que integravam propósitos políticos e religiosos. No entanto, Correia demonstra sensibilidade ao relatar as tensões geradas por essas missões, discutindo as resistências locais às novas práticas religiosas e enfatizando os conflitos culturais que surgiram desse encontro⁹⁷.

Na narrativa de Castanheda, os missionários são apresentados como aliados estratégicos dos governadores portugueses, enfatizando o sucesso das conversões religiosas no fortalecimento do domínio político. Castanheda retrata essas missões como mecanismos eficazes de controle ideológico, destacando a convergência entre os interesses religiosos e a ordem política. Apesar de uma abordagem menos crítica em relação às resistências locais, sua análise sublinha a relevância da fé cristã como pilar do projeto colonial português⁹⁸.

Ambos os cronistas reconhecem o papel dos missionários como mediadores entre os portugueses e as populações nativas, mas Correia adota uma visão mais crítica, destacando os desafios e conflitos no processo de evangelização. Castanheda, por outro lado, valoriza o fator integrador do cristianismo, priorizando os sucessos missionários. Essa diferença de perspectiva reflete os objetivos narrativos distintos dos dois cronistas,

⁹⁷ Avelar, A. P. M. (2019). A cronística da expansão e os ecos de religiosidade na representação narrativa das viagens marítimas. *Lusitania Sacra*, 40, 139-149. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9756> (consultado em 06-01-2025)

⁹⁸ Ibidem

oferecendo narrativas complementares sobre a dimensão religiosa em Goa.

As interações entre governadores portugueses e autoridades locais foram descritas por Gaspar Correia colocando ênfase nas dificuldades enfrentadas pelos administradores. Ele narra episódios de negociações e tratados com lideranças nativas, sublinhando a fragilidade dessas alianças diante de interesses divergentes. Correia reconhece a importância dessas relações para a estabilidade política em Goa, mas também aponta para sua vulnerabilidade, evidenciando as limitações das estratégias portuguesas para consolidar um domínio duradouro.

Por outro lado, Castanheda foca a sua atenção na reorganização das estruturas de poder em Goa, destacando a imposição de sistemas administrativos europeus sobre as autoridades locais como um reflexo da eficácia dos governadores. Ele privilegia uma análise funcional e estratégica, minimizando os conflitos culturais e destacando as táticas diplomáticas que visavam integrar as lideranças nativas ao sistema colonial. Essa abordagem reflete sua intenção de legitimar o domínio português, oferecendo uma visão mais centralizada e idealizada do controle político em Goa.

As descrições de ambos os cronistas evidenciam a utilização da religião como uma ferramenta de mediação entre os governadores portugueses e as autoridades locais. Correia menciona os confrontos ideológicos e culturais que emergiram dessas interações, enquanto Castanheda retrata a conversão religiosa como um caminho para a estabilização política. Essa divergência reflete as prioridades narrativas de cada autor, com Correia adotando uma análise mais complexa e Castanheda priorizando os objetivos administrativos do colonialismo⁹⁹.

Por fim, Gaspar Correia oferece uma análise aprofundada das práticas culturais e costumes das lideranças locais, interpretando-os como formas de resistência ao domínio português. Castanheda, em contraposição, trata essas dinâmicas culturais como secundárias à conquista política, reforçando a visão eurocêntrica do projeto colonial. Enquanto Correia demonstra maior sensibilidade às interações interculturais, Castanheda sublinha os aspectos funcionais da administração colonial, consolidando uma narrativa de modernização e progresso sob a ótica portuguesa.

⁹⁹ Ibidem

4.2.3. Divergências e convergências na narração das interações estabelecidas (conflitos, acordos e negociações entre portugueses e autoridades da cidade de Goa).

As interações entre os portugueses e as autoridades locais em Goa no século XVI foram marcadas por complexas dinâmicas de negociação, alianças estratégicas e desconfianças mútuas, refletindo tanto os interesses pragmáticos quanto as tensões culturais e políticas do período. Gaspar Correia, nos seus relatos, descreve com minúcia o caráter fluido dessas relações, destacando o papel central das negociações frequentes entre os governadores portugueses e os líderes nativos. Ele analisa como essas alianças, muitas vezes frágeis, eram moldadas por interesses económicos e políticos compartilhados, mas também minadas por repetidos episódios de traições e ruturas. Essa instabilidade não apenas evidencia as dificuldades do domínio português em consolidar a sua autoridade, mas também destaca os desafios intrínsecos de administrar um território caracterizado por uma grande diversidade cultural e uma complexa rede de lealdades locais.

Além disso, os relatos de Gaspar Correia incluem descrições detalhadas de assembleias e reuniões diplomáticas entre representantes coloniais e lideranças indígenas, destacando a função crucial dos intérpretes, como Gaspar da Índia, na mediação cultural. Ele enfatiza que a habilidade desses intérpretes em traduzir não apenas palavras, mas também intenções e valores culturais, era determinante para evitar conflitos maiores e estabelecer algum nível de entendimento. Esses intermediários, ao desempenharem papéis fundamentais nas comunicações entre lideranças, transcenderam suas funções iniciais, tornando-se pontes entre dois mundos e agentes indispensáveis no contexto das relações coloniais. Correia também explora como os portugueses frequentemente recorriam a concessões para garantir a cooperação das elites locais. Isso incluía, por exemplo, a permissão para manter tradições culturais específicas ou vantagens no acesso a mercados comerciais. Contudo, ele não deixa de questionar se tais medidas não acabavam por enfraquecer a autoridade dos governadores e vice-reis, ao sugerir uma dependência excessiva de práticas que, ao mesmo tempo em que apaziguavam tensões imediatas, poderiam comprometer a centralização do poder colonial a longo prazo. Essa análise revela a complexidade do equilíbrio entre repressão e concessão no esforço de se estabelecer um controlo eficaz sobre Goa.

Fernão Lopes de Castanheda, por outro lado, oferece uma narrativa distinta que prioriza a reestruturação administrativa e fiscal como parte do controle colonial. Ele relata como os sistemas europeus foram implementados para substituir as estruturas tradicionais e garantir a submissão das lideranças locais, reforçando, assim, a visão de superioridade das estratégias portuguesas. Castanheda vê essas transformações como uma prova de eficiência e modernidade, mas sua análise é notavelmente limitada em abordar as complexidades culturais e sociais dessas interações. Tal abordagem reflete a intenção eurocêntrica de legitimar a ordem colonial por meio da centralização administrativa e militar. Nesse sentido, Castanheda retrata a estratégia portuguesa de oferecer "proteção militar" contra inimigos externos, como o Sultanato de Bijapur, em troca de cooperação das lideranças locais como um elemento central da consolidação do poder colonial. Para ele, essas práticas não apenas asseguravam a lealdade de determinados grupos, mas também reforçavam Goa como um núcleo político e militar no Estado da Índia. Essa análise, no entanto, ignora em grande parte as tensões subjacentes a essas alianças, caracterizando-as de maneira simplificada como vitórias estratégicas do domínio português.

Gaspar Correia, em contraste, documenta episódios de resistência ativa por parte das autoridades nativas, oferecendo um contraponto mais crítico à narrativa predominante. Ele descreve revoltas específicas e a capacidade dos líderes locais de mobilizar recursos significativos para desafiar o controle lusitano. Esses relatos não apenas evidenciam a resiliência das elites indígenas, mas também sublinham os limites da estratégia portuguesa baseada na força militar e na diplomacia circunstancial. Correia sugere que a resistência cultural e política era um elemento constante e influente nas relações coloniais, o que contrasta significativamente com a visão funcionalista de Castanheda.

No contexto das práticas culturais e religiosas, Correia analisa com profundidade como as lideranças nativas utilizavam tradições como ferramentas de resistência frente às imposições coloniais. Ele argumenta que a preservação dessas práticas era percebida pelos portugueses como um desafio direto à autoridade colonial, o que frequentemente resultava em políticas mais agressivas de repressão. A sua narrativa, ao explorar essas tensões, não apenas documenta as interações culturais de uma perspectiva mais sensível, mas também amplia a compreensão das dinâmicas de poder num ambiente de constante

negociação e contestação.

Enquanto isso, Castanheda, ao focar a sua atenção na submissão de certas lideranças locais e na sua integração no sistema português, minimiza as resistências culturais e políticas. Ele apresenta Goa como um projeto de modernização linear, onde as estruturas europeias substituiriam as práticas nativas para promover a ordem e o progresso. Essa visão reflete um otimismo administrativo que omite as complexidades das interações interculturais e resiste a reconhecer as limitações e contradições do próprio projeto colonial¹⁰⁰.

Ambos os cronistas abordam o papel da religião como uma ferramenta política nas relações entre os portugueses e as autoridades locais, mas suas perspectivas divergem significativamente. Correia descreve episódios de resistência religiosa como demonstrações de identidade e coesão comunitária, destacando as dificuldades enfrentadas pelos missionários portugueses em sua tentativa de impor o cristianismo. Castanheda, por outro lado, apresenta um quadro mais otimista, enfatizando os sucessos missionários como exemplos da eficácia do domínio colonial. Essas abordagens contrastantes revelam não apenas diferenças narrativas, mas também prioridades metodológicas distintas¹⁰¹.

Correia, ao analisar os esforços de preservação cultural dos líderes locais, destaca que muitos deles formaram alianças estratégicas tanto entre si quanto com potências regionais, como o Sultanato de Bijapur, para resistir à ocupação portuguesa. Essas alianças representam um esforço deliberado em contestar o domínio lusitano, enfatizando a capacidade dos líderes nativos em explorar as dinâmicas regionais de poder para defender seus interesses. Essa análise amplia a compreensão das interações locais, revelando a multiplicidade de estratégias utilizadas para lidar com a presença europeia.

Finalmente, Castanheda discorre sobre a capacidade dos portugueses em dividir para conquistar, promovendo divisões internas entre autoridades locais como um meio de

¹⁰⁰ Cf. Lopes, N. M. de P. (2017). O sistema defensivo de Goa (1510-1660) Influência na composição do território contemporâneo (Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra). Universidade de Coimbra. https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/90646/2/O%20Sistema%20Defensivo%20de%20Goa_Volume%20I.pdf (consultado em 05-02-2025)

¹⁰¹ Cf. Avelar, A. P. M. (2019). A cronística da expansão e os ecos de religiosidade na representação narrativa das viagens marítimas. *Lusitania Sacra*, 40, 139-149. <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9756> (consultado em 06-01-2025)

enfraquecer alianças e consolidar o controle sobre Goa. Ele retrata essas táticas como demonstrações de astúcia política e militar, mas a sua narrativa pouco reconhece os custos humanos e sociais dessas estratégias. Sua ênfase na eficácia administrativa reflete uma visão eurocêntrica predominante, que busca legitimar a expansão colonial como um projeto de modernização e progresso.

Portanto, a análise das interações entre portugueses e autoridades locais em Goa revela dinâmicas profundamente complexas e contraditórias. Gaspar Correia oferece uma visão mais crítica e integrativa, enquanto Fernão Lopes de Castanheda privilegia uma narrativa funcionalista e administrativa. Juntas, essas perspectivas oferecem um retrato multifacetado das relações coloniais, enriquecendo a compreensão das estratégias e resistências que moldaram a experiência portuguesa no Oriente.

Resumindo e concluindo: comparando as obras de Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda, podemos afirmar que estas oferecem perspectivas complementares sobre a presença portuguesa no Oriente, embora se distingam de forma clara quanto à forma de narrar os acontecimentos. Assim, enquanto Correia apresenta uma escrita mais detalhada, sensível às dinâmicas locais e às tensões sociopolíticas, Castanheda privilegia uma organização mais linear e objetiva dos factos, orientada para a valorização do poder português e da sua ação militar e administrativa. Logo, as duas obras, embora convergentes em alguns temas, diferenciam-se profundamente na construção da narrativa histórica e no modo como representam Goa e o processo imperial português.

No quadro seguinte (quadro 28.4), faz -se uma síntese comparativa das narrativas elaboradas por Fernão Lopes de Castanheda de acordo com as suas características.

Quadro 28.4 - Quadro comparativo das narrativas de Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda

Aspeto	Gaspar Correia	Fernão Lopes de Castanheda
Natureza da narrativa	A sua narrativa é mais descritiva, minuciosa e viva, privilegiando a narração de acontecimentos concretos e as dinâmicas locais.	A sua narrativa é mais objetiva, estruturada e cronológica, mais focada na sequência dos factos históricos.
Fontes e método	Baseia-se muito em testemunhos orais, na observação direta e na	As suas fontes são sobretudo escritas e oficiais, dando uma

Aspeto	Gaspar Correia	Fernão Lopes de Castanheda
	informação recolhida no terreno, o que lhe confere uma maior riqueza descritiva.	maior importância a um registo mais documental e sistemático.
Enfoque temático	Privilegia as interações sociais, culturais e políticas entre portugueses e populações locais, assim como os conflitos internos do poder colonial.	Destaca os grandes acontecimentos militares, políticos e administrativos, chamando à atenção para a organização do domínio português.
Representação de Goa	Goa é descrita como um espaço em transformação, marcado por múltiplas relações culturais, sociais e económicas.	Goa aparece sobretudo como centro estratégico, militar e administrativo do Império Português no Oriente.
Tratamento das populações locais	Concede uma maior atenção aos agentes locais, às mediações culturais e às formas de resistência.	Apresenta a presença das populações locais subordinada à lógica imperial e às ações portuguesas.
Conflitos internos	Descreve rivalidades entre governadores, vice-reis, capitães e oficiais, evidenciando fragilidades do aparelho colonial.	Apresenta uma imagem mais ordenada da governação, reduzindo o relevo das tensões internas.
Dimensão económica	Descreve mais detalhadamente os efeitos do comércio, das rotas marítimas e das práticas económicas no espaço colonial.	Dá mais importância ao controlo do comércio e à importância estratégica das rotas e das estruturas económicas.
Dimensão religiosa	Apresenta a religião como elemento de tensão, mediação e intervenção no processo colonial.	Trabalha a dimensão religiosa de forma mais funcional, associada à legitimação do poder e à ordem imperial.
Estilo narrativo	O seu estilo é mais expressivo, visual e detalhado, por vezes próximo de uma escrita quase “pictórica”.	O seu estilo é mais sóbrio, linear e formal, com maior proximidade a uma escrita histórico-administrativa.

Aspeto	Gaspar Correia	Fernão Lopes de Castanheda
Finalidade da escrita	Tem como objetivo principal registar a complexidade da experiência colonial, dando relevo às suas contradições e interações.	A sua finalidade principal é construir uma narrativa de legitimação e consolidação do projeto imperial português.

5. Influências e legado das narrativas de Fernão Lopes de Castanheda e Gaspar Correia.

As narrativas de Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda não apenas documentam a presença portuguesa em Goa, mas também moldam a historiografia da expansão colonial. Ao explorar o uso de fontes históricas, a receção dessas obras ao longo dos séculos e suas contribuições para a compreensão do período, revela-se a profunda influência que esses cronistas tiveram na construção e na interpretação da memória histórica. Nas subsecções seguintes será feita uma análise do legado dos dois cronistas em estudo destacando-se tanto a singularidade das abordagens de cada autor como a complexidade das interações culturais e sociais que definiram a experiência colonial em Goa. Esses aspetos culminam numa reflexão crítica sobre o legado deixado por suas obras e sua relevância na historiografia contemporânea.

5.1. O uso de fontes e referências históricas nas suas obras.

O uso de fontes e referências históricas nas obras de Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda reflete abordagens metodológicas distintas que evidenciam as intenções narrativas de cada cronista. Correia fundamentava as suas descrições em diversas fontes primárias, como relatos orais e observações pessoais, combinando esses elementos com informações de figuras locais, o que permitia uma documentação mais detalhada e integrativa de práticas culturais e eventos históricos. Esse método diversificado destacava aspetos muitas vezes negligenciados pelas narrativas oficiais, como as dinâmicas quotidianas das populações nativas, reforçando a sua sensibilidade às interações sociais e culturais.

Por outro lado, Fernão Lopes de Castanheda seguia uma abordagem mais institucional, baseando-se principalmente em documentos oficiais, como cartas régias e

relatórios administrativos, o que conferia à sua obra um caráter alinhado aos interesses da Coroa Portuguesa. Essa escolha revelava uma tentativa de solidificar a narrativa colonial através de registros que enfatizavam a eficácia do domínio português, mas limitava a inclusão de perspectivas externas ou locais¹⁰². A metodologia de Castanheda destaca-se pelo uso de fontes formais para reforçar a credibilidade da sua narrativa e justificar a política colonial portuguesa. Ele recorria a relatos administrativos e informações fornecidas por navegadores e comerciantes, construindo uma visão estruturada da organização política e económica em Goa. Essa prática reflete uma perspectiva mais eurocêntrica, priorizando a legitimação do poder imperial através da sistematização de eventos e da centralização administrativa. No entanto, tal abordagem omite em grande parte os aspetos mais dinâmicos das interações socioculturais, oferecendo uma visão linear e idealizada do progresso colonial, que frequentemente desconsidera as resistências e adaptações locais. Por outro lado, Gaspar Correia adotava uma abordagem distinta ao se apoiar em relatos orais e testemunhos diretos, incluindo informações obtidas de figuras locais e lideranças indígenas. Essa prática lhe permitiu documentar eventos menos registrados em fontes formais, oferecendo uma visão mais rica e detalhada das práticas culturais e da vida cotidiana das populações nativas. As narrativas de Correia revelam um esforço consciente em utilizar essas fontes para capturar as nuances das interações interculturais, indo além do registro oficial para explorar as contradições e complexidades do contexto colonial. Essa abordagem, entretanto, mesmo com a sua profundidade, ainda era influenciada pelo viés eurocêntrico da época, uma limitação comum aos relatos quinhentistas.

Uma característica particularmente interessante nas obras de ambos os cronistas é a interseção entre testemunhos diretos e registros escritos, que revela a importância da combinação de fontes para a construção de uma crónica rica e multifacetada. Correia, por exemplo, destacava o uso de informações locais para descrever práticas culturais específicas de Goa, enquanto Castanheda estruturava sua narrativa com base na organização político-administrativa estabelecida pelos portugueses. Essa distinção nas

¹⁰² Cortesão, J. (1993). *Influência dos descobrimentos Portugueses na história da civilização*. Imprensa Nacional. <https://cir.nii.ac.jp/crid/1130000794789354752> (Consultado em 15-01-2025)

fontes sublinha as intenções diferentes de cada autor: enquanto Correia dava prioridade à documentação de dinâmicas culturais e sociais, Castanheda focava-se em reforçar a eficácia administrativa como um elemento central de sua narrativa.

A influência da tradição renascentista na cronística é evidente em ambas as abordagens, embora de maneiras diferenciadas. Correia integrava elementos descritivos e visuais inspirados em práticas artísticas e científicas de seu tempo, como representações detalhadas de fortalezas, enriquecendo sua narrativa com um enfoque visual que buscava capturar aspetos específicos do ambiente colonial¹⁰³. Em contraste, Castanheda mantinha um estilo mais sóbrio e formal, alinhado às exigências retóricas e administrativas da época, deixando de lado representações visuais mais detalhadas ou elementos artísticos que pudessem complementar a sua narrativa¹⁰⁴.

É importante destacar que a escolha de fontes e suas respectivas análises refletem a intencionalidade por trás das narrativas dos dois cronistas. Castanheda, ao selecionar fontes oficiais e administrativas, construiu uma narrativa que reforçava a visão imperialista portuguesa, concentrando-se em legitimar as estruturas de poder coloniais. Essa abordagem, embora sistemática, limita-se a um olhar funcionalista, omissa em relação à complexidade das interações locais. Já Correia utilizava relatos orais e registos locais para expandir os horizontes da cronística, abordando eventos e dinâmicas frequentemente marginalizados pelas narrativas centralizadas. Tal prática posiciona-o como um cronista mais sensível às questões culturais e sociais, proporcionando perspectivas únicas sobre a resistência e adaptação das populações nativas.

A análise do uso de fontes pelos dois cronistas, Correia e Castanheda, evidencia como as suas abordagens, aparentemente opostas, se complementam no entendimento das dinâmicas de Goa no século XVI. Enquanto Castanheda enfatizava a eficácia administrativa e militar do domínio português, Correia explorava as interações quotidianas e as trocas culturais, oferecendo uma visão mais humanizada do período. Essa complementaridade enriquece a historiografia da Expansão Portuguesa, permitindo uma

¹⁰³ Ibidem

¹⁰⁴ Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Gênese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361>(consultado em 15-02-2025)

compreensão mais ampla e diversificada das complexas dinâmicas de poder, cultura e resistência em Goa¹⁰⁵.

5.2. Sua influência na historiografia da Expansão Portuguesa.

O impacto das obras de Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda na historiografia da Expansão Portuguesa pode ser avaliado a partir das suas diferentes abordagens metodológicas e narrativas, refletindo intenções distintas em relação à documentação do domínio português no Oriente. Fernão Lopes de Castanheda destaca-se pela utilização de fontes oficiais como cartas régias e relatórios militares, conferindo um caráter de formalidade e credibilidade à sua obra. A escolha destas fontes reflete uma tentativa deliberada de criar uma narrativa alinhada aos interesses da Coroa Portuguesa, consolidando a legitimidade do projeto colonial. Contudo, esta dependência exclusiva de documentos administrativos limita a inclusão de perspectivas locais e dinâmicas interculturais, resultando numa visão mais eurocêntrica e idealizada do progresso colonial¹⁰⁶. Castanheda prioriza a eficácia administrativa e militar como elementos centrais da sua narrativa, revelando uma preocupação em justificar a expansão portuguesa por meio da sistematização de eventos e da centralização do poder. Tal abordagem, embora consistente, desconsidera frequentemente os desafios enfrentados, oferecendo um panorama linear que minimiza as resistências e contradições inerentes ao processo colonial¹⁰⁷.

Gaspar Correia, por outro lado, adota uma perspectiva mais pluralista e detalhada nas suas "Lendas da Índia," integrando relatos orais e observações de testemunhas oculares para enriquecer a sua narrativa. Essa escolha metodológica permite a documentação de eventos e práticas culturais que escaparam à historiografia oficial, proporcionando uma visão mais abrangente das complexidades sociais e culturais presentes em Goa no século XVI. Correia demonstra uma sensibilidade particular em abordar as tensões interétnicas e as formas de resistência local, apresentando uma narrativa humanizada que contrasta com a abordagem mais institucional de Castanheda. Contudo, é indispensável reconhecer que,

¹⁰⁵ Ibidem

¹⁰⁶ Ibidem

¹⁰⁷ Serrão, J., & Marques, A. H. R. O. (1986). Nova história da expansão portuguesa (1a. ed.). Editorial Estampa.

apesar da sua profundidade, a obra de Correia também apresenta limitações decorrentes do contexto eurocêntrico da sua época, o que influencia a interpretação das interações sociais e culturais¹⁰⁸.

A intenção propagandística de Castanheda é evidente na forma como ele sublinha as conquistas portuguesas e minimiza as dificuldades encontradas. A sua narrativa eleva o Estado da Índia a um modelo de administração colonial, destacando medidas como a organização fiscal e a estrutura militar. Essa ênfase reflete a elaboração de um discurso imperial legitimador, que apresenta o domínio português como consequência natural de estratégias bem-sucedidas. O enfoque em aspetos administrativos e militares reforça a imagem de um império sistematizado, mas negligencia a documentação de dinâmicas culturais e sociais que poderiam oferecer uma visão mais completa e crítica do período¹⁰⁹. Em contraste, Correia explora a coexistência e os conflitos entre portugueses e populações nativas, destacando as adaptações mútuas em práticas comerciais e interações culturais. A sua abordagem expande a compreensão das transformações urbanas e sociais em Goa, documentando também as tensões inerentes ao encontro entre culturas distintas. A inclusão de percepções locais e relatos orais torna sua obra uma fonte valiosa para o estudo das dinâmicas interculturais, ainda que continue enraizada em um contexto narrativo dominado pela visão europeia.

Ambos os cronistas refletem, nas suas narrativas, a influência da tradição renascentista, evidenciando um diálogo entre elementos históricos e literários. Castanheda emprega um estilo mais estrutural e direto, alinhado às exigências administrativas e retóricas da época, enquanto Correia privilegia a riqueza de detalhes e uma abordagem mais descritiva, incluindo representações visuais que enriquecem a sua narrativa. Essa distinção estilística sublinha as diferentes intenções e públicos almejados por cada cronista, contribuindo para a diversidade da historiografia quinhentista¹¹⁰.

Ao analisar o impacto dessas obras na historiografia da Expansão Portuguesa, é

¹⁰⁸ Martinho, A. M. M. (2024). *A Influência Portuguesa no Sudeste Asiático: Olhares Portugueses de Tomé Pires, Gaspar Correia e Fernão Mendes Pinto Sobre o Sudeste Asiático do Séc. XVI* [Tese de Mestrado, Universidade Aberta (Portugal)]. ProQuest.
<https://search.proquest.com/openview/bda11c4595b8d07ce5a6738cc9c64796/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y> (Consultado em 10-04-2025)

¹⁰⁹ Ibidem

¹¹⁰ Ibidem

possível identificar a complementaridade das suas abordagens. Castanheda enfatiza a legitimidade administrativa e militar do domínio português, enquanto Correia oferece uma visão mais crítica das interações socioculturais. Essa dualidade não apenas enriquece o entendimento contemporâneo sobre a presença portuguesa em Goa, mas também contribui para debates académicos recentes que revisitam essas obras como fontes primárias indispensáveis para compreender os legados da expansão marítima. A análise das diferenças narrativas evidencia como as representações da cidade de Goa, nos textos de ambos os cronistas, oferecem perspectivas complementares que continuam relevantes para a historiografia tanto colonial como pós-colonial¹¹¹. A relevância histórica das narrativas de Castanheda e Correia transcende o contexto colonial, influenciando debates historiográficos e académicos ao longo dos séculos. As suas obras não apenas documentam os eventos da Expansão Portuguesa, mas também refletem as tensões e os desafios das interações interculturais, servindo como fontes indispensáveis para o estudo da complexidade do projeto colonial português¹¹².

5.3. Receção e impacto das suas obras ao longo dos séculos seguintes.

A receção das obras de Fernão Lopes de Castanheda durante os séculos XVI e XVII foi marcada pelo reconhecimento imediato da sua relevância como fonte oficial e essencial para legitimar as ações portuguesas no Oriente. Sua obra, baseada em fontes oficiais como cartas régias e relatórios militares, fornecia um carácter institucional às suas narrativas, consolidando-se como um instrumento valioso para o discurso de eficácia e domínio administrativo promovido pela Coroa Portuguesa. Este alinhamento com os interesses políticos do império português assegurou-lhe um lugar central na construção da memória histórica de Goa enquanto centro estratégico e administrativo. Avelar (2023) destaca como essas características fizeram da narrativa de Castanheda uma referência autoritária tanto para historiadores como para a própria máquina administrativa da época.

Em contraste, a receção da obra de Gaspar Correia foi consideravelmente mais

¹¹¹ Ibidem

¹¹² Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Gênese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361>(consultado em 15-02-2025)

tardia, devido à condição manuscrita das "Lendas da Índia" até o século XIX. Apesar do atraso na sua publicação, a riqueza etnográfica e a inclusão de eventos marginalizados pela historiografia oficial trouxeram à obra crescente reconhecimento como uma fonte indispensável, particularmente em análises pós-coloniais. Correia destacou-se por capturar detalhes das dinâmicas culturais e sociais de Goa, fornecendo um contraponto importante às narrativas mais oficiais. Avelar indica que essa relevância crescente reflete a valorização contemporânea de perspectivas históricas que transcendem as estruturas formais, resgatando vozes e práticas que foram tradicionalmente negligenciadas.

A abordagem de Castanheda, estruturada em torno de uma narrativa objetiva e hierárquica, alinhava-se com as intenções propagandísticas do império português. O seu uso de fontes formais e administrativas não apenas reforçava a legitimidade do projeto colonial, como também oferecia uma visão linear e centralizadora das práticas de administração e controlo em Goa. Essas características fizeram da sua obra um modelo para cronistas posteriores e um pilar da historiografia eurocêntrica. No entanto, uma análise crítica revela limitações substanciais nessa abordagem, incluindo a negligência das interações sociais e culturais, que estão no cerne das dinâmicas coloniais.

A obra de Gaspar Correia, por outro lado, desafiava essa tradição ao fornecer uma narrativa mais humanizada e crítica das interações entre portugueses e populações nativas. Ele abordava os conflitos locais, as tensões interculturais e os desafios enfrentados por governadores e autoridades coloniais. Essa abordagem fazia das "Lendas da Índia" uma fonte inovadora e singular, que ampliava os horizontes da historiografia do seu tempo. Ao descrever com sensibilidade os impactos locais da administração portuguesa, Correia contribuiu para um entendimento mais equilibrado e complexo do período. Segundo Avelar (2023), essa capacidade de trazer à tona aspetos ignorados pelas narrativas oficiais posiciona a sua obra como essencial para análises modernas e pós-coloniais, embora seu viés eurocêntrico ainda deva ser reconhecido e contextualizado.

Outro fator que contribuiu para a receção das obras de ambos os cronistas foi o uso de elementos literários e descritivos, típicos da cronística renascentista. Castanheda recorria a uma linguagem objetiva e uma estrutura organizada que apelava a um público interessado nos aspetos estratégicos e administrativos da expansão. Em contraste, Correia

empregava descrições vívidas e emocionais que atraíam leitores interessados nas dimensões humanas e culturais do processo colonial. Essa abordagem diferenciada não apenas ampliava a audiência das obras, como também revelava diferentes intenções narrativas e metodológicas que refletem a diversidade da historiografia da época¹¹³.

Luís de Albuquerque, ao explorar criticamente as narrativas e fontes da história dos Descobrimentos, fornece um contexto valioso para entender a relevância das abordagens de Castanheda e Correia. Albuquerque salienta que os relatos quinhentistas frequentemente oscilavam entre proposições fantasistas e representações mais concretas, sendo esta uma questão central nas análises sobre a recepção de tais obras. Ele destaca que, enquanto Castanheda se apoiou em fontes formais para criar uma narrativa organizada e objetiva, Correia integrou descrições culturais e narrativas orais que adicionaram profundidade aos seus relatos, mas também suscitaram dúvidas quanto à sua precisão formal. Esse contraste nas fontes utilizadas reflete não apenas as intenções distintas dos cronistas, mas também o modo como foram recebidos em distintos contextos históricos.

Na historiografia contemporânea, as narrativas de Castanheda e Correia são apresentadas como fontes complementares que abordam a presença portuguesa em Goa sob diferentes perspectivas. Enquanto o primeiro prioriza a lógica administrativa e militar, o segundo oferece percepções ricas sobre as interações interculturais e as resistências locais. Essa complementaridade sublinha a importância dessas obras para um entendimento multifacetado e crítico da história colonial portuguesa. Estudos recentes mostram como essas abordagens distintas, embora enraizadas em contextos eurocêntricos, continuam a ser fundamentais para debates acadêmicos sobre a formação de identidades e a complexidade das dinâmicas coloniais¹¹⁴.

Ao longo do período colonial, a obra de Castanheda foi amplamente utilizada para consolidar a narrativa oficial da expansão portuguesa no Oriente. Incorporada em discursos educacionais e oficiais, ela serviu como um instrumento fundamental para legitimar a presença portuguesa em territórios ultramarinos, posicionando Goa como uma peça central desse projeto. No entanto, a análise crítica moderna aponta para a unilateralidade

¹¹³ Ibidem

¹¹⁴ Ibidem

e o eurocentrismo dessa narrativa, questionando sua omissão das vozes e perspectivas das populações locais¹¹⁵.

Com as mudanças nas prioridades académicas trazidas pelas análises pós-coloniais, a obra de Gaspar Correia ganhou protagonismo como uma fonte alternativa que documenta as tensões, resistências e adaptações mútuas entre portugueses e populações nativas. A sua atenção à etnografia e às práticas culturais tornou as "Lendas da Índia" indispensáveis para uma compreensão mais rica e crítica das dinâmicas coloniais, refletindo a valorização contemporânea por narrativas que desafiem os discursos oficiais e centralizados¹¹⁶.

A crítica contemporânea também valoriza a forma como as obras de ambos os cronistas transcenderam o mero registo histórico, interpretando-as como instrumentos para perpetuar memórias coloniais e revelar as contradições da expansão portuguesa. Castanheda, ao enfatizar as conquistas administrativas e militares, reforçava a visão de uma missão civilizatória, enquanto Correia, mesmo imbuído de viés eurocêntrico, oferecia uma visão mais crítica das interações e tensões interculturais. Esses enfoques, embora contrastantes, permitem uma análise mais abrangente e pluralista dos legados históricos de Goa¹¹⁷.

Durante os séculos XVIII e XIX, o contexto histórico influenciou profundamente a receção das "Lendas da Índia". À medida que a sua publicação se tornou possível, debates historiográficos começaram a reconhecer a sua relevância ao lado das crónicas tradicionais. Correia passou a ser valorizado como um cronista que complementava e, em alguns aspetos, desafiava as narrativas oficiais, ampliando as discussões sobre a complexidade das relações entre colonizadores e indivíduos locais¹¹⁸.

O resgate contemporâneo das obras de Castanheda e Correia por instituições académicas reforçou a sua posição como pilares da historiografia da Expansão Portuguesa. A republicação e reanálise desses textos destacam a relevância contínua de ambas as narrativas para compreender as estratégias políticas, culturais e sociais que moldaram o

¹¹⁵ Ibidem

¹¹⁶ Ibidem

¹¹⁷ Ibidem

¹¹⁸ Ibidem

Estado da Índia. Ao revisitar tais textos, a historiografia contemporânea não apenas aprofunda o seu entendimento sobre o colonialismo português, mas também recontextualiza os legados dessas obras na formação de identidades e memórias coloniais¹¹⁹.

Durante a era renascentista, ambos os cronistas integraram elementos literários para engajar um público europeu diversificado. Castanheda, com sua narrativa objetiva e estruturada, visava informar de maneira clara os aspetos estratégicos e administrativos da expansão. Por outro lado, Correia, com sua riqueza descritiva e detalhamento cultural, oferecia um olhar mais envolvente sobre os aspetos humanos e dinâmicos do projeto colonial. Essa diferenciação estilística reflete não apenas audiências distintas, mas também prioridades narrativas e metodológicas divergentes ¹²⁰. As críticas modernas destacam que a longevidade da recepção dessas obras foi facilitada pelas suas qualidades únicas. Castanheda é frequentemente admirado pela sua concisão e eficácia em compilar informações estratégicas, enquanto Correia é valorizado pela sua profundidade e abordagem integrativa. Isso reflete mudanças nas abordagens académicas ao longo dos séculos, que passaram da exaltação das narrativas oficiais para a valorização de crónicas mais críticas e alternativas¹²¹.

Pode então concluir-se que as narrativas de Castanheda e Correia permanecem fundamentais para compreender as dinâmicas coloniais e interculturais que moldaram Goa no século XVI. As suas abordagens distintas oferecem perspetivas complementares que continuam a desafiar e enriquecer a historiografia contemporânea ¹²².

¹¹⁹ Ibidem

¹²⁰ Ibidem

¹²¹ Ibidem

¹²² Albuquerque, L. de. (1990). *Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses* (1a. ed., v. 1, 2. pt.). Vega.

5.4. O legado das suas narrativas para a compreensão da Expansão Portuguesa.

As contribuições de Fernão Lopes de Castanheda, na sua obra "História do Descobrimento e da Conquista da Índia pelos Portugueses", revelam uma ênfase na consolidação territorial e no papel central de Goa na manutenção do domínio português no Oriente. Castanheda explica como a construção de fortalezas e a implementação de uma administração centralizada foram elementos indispensáveis para o controlo do território, refletindo uma perspetiva predominantemente eurocêntrica. Essa abordagem, que destaca os sucessos administrativos e militares como testemunho da superioridade política e estratégica do império, também revela as intenções propagandísticas da sua narrativa. No entanto, uma análise crítica permite identificar as limitações dessa perspetiva, uma vez que ela tende a omitir os desafios enfrentados no processo de consolidação territorial e a resistência exercida pelas populações locais, questões que poderiam enriquecer o entendimento das complexidades coloniais.

A integração de Goa no sistema marítimo e económico do Estado da Índia, como descrito por Castanheda, ressalta a interconexão entre decisões políticas e prioridades comerciais. Ele enfatiza a eficiência das autoridades portuguesas em transformar Goa num "hub" comercial, conectando diferentes regiões do Oceano Índico e sustentando o comércio de especiarias. Essa visão não apenas celebra a organização administrativa, mas também legitima o domínio português através de narrativas que destacam o papel estratégico da cidade. No entanto, a narrativa de Castanheda é limitada ao priorizar aspetos administrativos, deixando de explorar mais amplamente as dinâmicas locais ou os impactos sociais envolvidos nesse processo de centralização. Uma análise complementar que incorpore essas dimensões poderia oferecer uma visão mais equilibrada da complexa interconexão entre economia e política em Goa.

A utilização de fontes formais, como cartas régias e relatórios administrativos, confere à narrativa de Castanheda um carácter de credibilidade e formalidade que reforça a legitimidade do projeto colonial. A sua dependência de tais documentos reflete uma tentativa deliberada de sistematizar os eventos, priorizando a eficácia administrativa e militar. No entanto, ao restringir as suas fontes a registos oficiais, Castanheda limita a inclusão de perspetivas locais e culturais, resultando numa narrativa que frequentemente

ignora as contradições e complexidades do cenário colonial. Tal abordagem, ainda que útil para compreender a estrutura oficial do domínio português, apresenta um panorama incompleto que carece de representações mais dinâmicas das experiências vividas tanto pelos colonizadores quanto pelas populações locais. Ao legitimar o domínio colonial através da eficácia administrativa, Castanheda posiciona Goa como o exemplo bem-sucedido de governação portuguesa no Oriente. A sua narrativa destaca as capacidades estratégicas e organizacionais dos portugueses em superar as dificuldades locais, projetando uma imagem idealizada do império. Essa abordagem, ainda que inovadora no seu tempo, omite as tensões e os conflitos inerentes ao processo de imposição cultural e militar. Uma análise crítica contemporânea revela a necessidade de equilibrar tal narrativa oficial com estudos que explorem as experiências dos locais, as suas resistências e as adaptações culturais que ajudaram a moldar a Goa colonial¹²³.

Gaspar Correia, por outro lado, adota uma abordagem distinta nas suas "Lendas da Índia," ao documentar eventos menos explorados e ao focar-se nas interações entre os portugueses e as populações locais. Correia demonstra uma sensibilidade única para as dinâmicas culturais e sociais, detalhando tensões e resistências que frequentemente escaparam às narrativas oficiais. Ele não apenas regista os desafios enfrentados pelos colonizadores, mas também enfatiza a importância das alianças locais e do conhecimento indígena para a sobrevivência e o sucesso das operações coloniais. Essa abordagem humanizada contrasta com a visão institucional de Castanheda e proporciona uma perspetiva mais rica e diversificada do contexto colonial¹²⁴. As dificuldades enfrentadas pelos portugueses em Goa são descritas de forma detalhada por Correia, que analisa os conflitos entre interesses coloniais e populações nativas. Essa abordagem expõe as complexas dinâmicas de poder e as estratégias de adaptação implementadas pelos portugueses para garantir o domínio. Correia também revela como o conhecimento local foi integrado às práticas coloniais, ilustrando as trocas e interdependências inevitáveis entre colonizadores e populações indígenas. Embora enriquecedora, a sua narrativa também

¹²³ Avelar, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Génese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361>(consultado em 15-02-2025)

¹²⁴ Ibidem

reflete as limitações do eurocentrismo da sua época, impondo interpretações enviesadas às interações interculturais que descreve¹²⁵. O estilo narrativo de Gaspar Correia, marcado por descrições culturais e sociais detalhadas, contribui significativamente para uma compreensão mais abrangente das interações entre portugueses e populações nativas. Ao basear-se em fontes orais e testemunhos diretos, Correia capta nuances culturais e práticas locais que frequentemente escaparam às análises formais. Essa abordagem oferece uma janela única para os aspetos mais humanizados e dinâmicos da convivência colonial, diferentemente da visão funcionalista e administrativa apresentada por Castanheda. No entanto, a sua forma narrativa também deve ser analisada criticamente, considerando que relatos orais podem apresentar conflitos de interpretação e memória¹²⁶.

Correia também explora, com profundidade, o impacto das práticas culturais e religiosas de Goa no contexto administrativo português, documentando as tensões inerentes à coexistência de sistemas culturais e religiosos distintos. As suas descrições iluminam mudanças sociais promovidas ou resistidas, permitindo um estudo mais detalhado das dinâmicas de convivência. As representações de Correia, embora valiosas, são inevitavelmente moldadas pelas perspectivas eurocêntricas e pelas limitações interpretativas de seu contexto, mas ainda assim destacam as transformações culturais que definiram a Goa do século XVI.

Na economia global do século XVI, Goa desempenhou um papel vital, conforme documentado por Correia. Ele analisa como a cidade se tornou um polo de integração entre redes comerciais locais e internacionais, destacando a participação de povos nativos no comércio e a adaptação das práticas europeias às realidades locais. As suas descrições oferecem uma visão detalhada da fusão de culturas económicas que sustentavam a economia colonial, revelando contradições e sinergias que frequentemente escapavam às narrativas eurocêntricas formais¹²⁷.

Tanto Correia quanto Castanheda contribuem para a reconstrução da história económica de Goa, embora através de abordagens complementares. Enquanto Castanheda se concentra na integração de Goa nas redes globais de comércio marítimo, Correia

¹²⁵ Ibidem

¹²⁶ Ibidem

¹²⁷ Ibidem

examina as dinâmicas locais, documentando o impacto das práticas comerciais nativas na sustentabilidade económica. Essa dualidade permite uma análise mais equilibrada e multifacetada das forças económicas que moldaram a cidade no século XVI¹²⁸. Correia aborda as contradições das estratégias coloniais ao expor os impactos da exploração de recursos e as resistências locais a práticas impostas pelos portugueses. Ele documenta como o equilíbrio entre cooperação e conflito moldou o sucesso das operações coloniais, destacando as complexidades económicas e sociais do processo de expansão. Essa análise crítica fornece visões únicas que complementam e desafiam as narrativas mais homogêneas da época¹²⁹.

Por fim, a abordagem narrativa de Gaspar Correia, que combina elementos descritivos e visuais com fontes narrativas diversificadas, oferece uma interpretação rica e detalhada da Goa colonial. As suas preocupações em documentar práticas locais e interações culturais ampliam significativamente nossa compreensão das dinâmicas sociais e económicas do período. Essa abordagem revela-se indispensável para qualquer análise crítica que busque transcender perspectivas eurocêntricas e centralizadas. As contribuições de Castanheda e Correia complementam-se na historiografia da Goa colonial, oferecendo visões contrastantes e enriquecedoras que continuam a desafiar e enriquecer os estudos contemporâneos sobre a expansão portuguesa.

6. Conclusão.

6.1. Principais conclusões a destacar do estudo comparativo das obras analisadas.

A análise desenvolvida nesta dissertação permitiu alcançar os objetivos delineados inicialmente, evidenciando as representações de Goa nas narrativas de Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda, bem como a sua relevância para a compreensão das dinâmicas culturais, políticas, económicas e sociais no contexto da expansão portuguesa do século XVI. Ao longo do trabalho, demonstrou-se de que modo ambos os cronistas, embora inseridos num mesmo projeto histórico de construção da memória colonial, elaboram abordagens distintas que, ao mesmo tempo, se complementam e se contrastam. Enquanto Castanheda privilegia uma interpretação fortemente institucional e administrativa da

¹²⁸ Ibidem

¹²⁹ Ibidem

expansão, enfatizando as conquistas militares, a organização política do domínio português e a sua legitimação pela Coroa, Correia destaca as interações interculturais, os desafios do quotidiano colonial e as nuances das resistências e adaptações locais.

Os resultados da investigação evidenciaram que Castanheda, ao fundamentar a sua obra em fontes oficiais e administrativas, organizou uma narrativa que legitima o poder régio e reforça o carácter estratégico de Goa como peça central do Estado da Índia. Essa visão marcadamente eurocêntrica simplifica, em muitos momentos, as complexas dinâmicas interculturais, concentrando o foco nas vitórias militares, na eficácia governativa e na imagem de um império coerente e providencialmente conduzido. Em contraste, Correia, ao recorrer também a relatos orais, memórias pessoais e perspetivas locais, ampliou significativamente o escopo da análise ao integrar práticas culturais, comportamentos sociais, conflitos internos e resistências das populações nativas, revelando uma Goa em permanente processo de transformação, marcada por negociações, ambiguidades e tensões.

Ao longo da análise, verificou-se que estas abordagens diferenciadas refletem não apenas as intenções narrativas dos autores, mas também os públicos a que se dirigiam e as funções que as suas obras procuravam desempenhar. Castanheda, com um estilo mais formal, sistemático e factual, dirige-se a um leitor próximo dos meios oficiais, ao qual oferece um quadro ordenado da expansão, projetando-a como processo linear, racional e tendencialmente bem-sucedido. Já a riqueza descritiva e mais crítica de Correia, com o seu olhar minucioso sobre a complexidade das realidades locais e sobre os comportamentos individuais, desafia as narrativas simplificadoras do tempo e permite um entendimento mais profundo das dinâmicas de negociação, resistência e adaptação que marcaram Goa no período colonial. Essas diferenças mostram como ambos os cronistas contribuíram de formas distintas, mas complementares, para a historiografia da expansão portuguesa e para a construção de uma memória plural do espaço goês.

A análise comparativa das representações dos povos nativos e das interações culturais evidenciou também que Castanheda, embora registe episódios de resistência e conflito, o faz quase sempre de modo funcional, subordinando-os a uma narrativa de superação e reforço da autoridade portuguesa. Em contraste, Correia dedica uma atenção

mais insistente à preservação de práticas culturais e religiosas locais, à atuação das autoridades nativas e às formas de resistência ativa e passiva que questionavam, negociavam ou contornavam a presença portuguesa. Essa sensibilidade à complexidade das interações sociais contribuiu para alargar a compreensão das tensões entre imposição e adaptação, revelando igualmente os limites das estratégias coloniais portuguesas e a importância de mediadores – como intérpretes e intermediários locais – na consolidação do domínio imperial.

Embora ambos abordem Goa como um espaço estratégico, as suas representações urbanas também se afastam em aspetos significativos. Castanheda descreve Goa sobretudo como bastião militar e administrativo, privilegiando as estruturas formais, a organização do poder e o enquadramento jurídico e político das conquistas, e deixando em segundo plano o impacto das transformações urbanísticas sobre as comunidades locais. Correia, por sua vez, inclui descrições detalhadas de construções, mercados, vias de circulação, práticas comerciais e cenas do quotidiano urbano, mostrando como a configuração espacial da cidade foi moldada tanto pelas ambições coloniais quanto pelas práticas e presenças das populações nativas e mestiças. Esta atenção ao espaço físico e social de Goa, patente nas *Lendas da Índia*, contribuiu para uma análise mais rica e inclusiva, que problematiza as narrativas propagandísticas de muitas crónicas renascentistas e permite reconhecer a cidade como lugar de encontro, conflito e hibridização cultural.

Finalmente, a investigação demonstrou que, ao reconstruir as representações de Goa em Castanheda e Correia, se torna possível compreender melhor não apenas os discursos sobre o império, mas também os modos como a memória histórica foi sendo construída, selecionada e transmitida. O cruzamento entre discurso oficial e observação empírica, entre exaltação imperial e descrição de fracassos ou resistências, revelou Goa como um laboratório privilegiado da experiência imperial portuguesa, no qual se testaram modelos de governo, formas de convivência intercultural e estratégias de afirmação e contestação de poder.

6.2. Contributos da dissertação para a temática analisada.

Ao situar os resultados deste trabalho no contexto historiográfico mais amplo, torna-se evidente que a dissertação dialoga com uma tradição de estudos que procura articular o discurso oficial da Coroa com as realidades vividas nos territórios coloniais, evidenciando as dissonâncias entre projeto e prática. Investigações de autores como Luís Filipe Thomaz, Sanjay Subrahmanyam e outros historiadores da expansão portuguesa beneficiam de uma leitura crítica das narrativas de Castanheda e Correia para iluminar as contradições, ambiguidades e reconfigurações que marcaram a Goa colonial, e é precisamente nesse cruzamento que o presente trabalho se inscreve.

Ao reunir e confrontar de forma sistemática as abordagens dos dois cronistas, esta dissertação contribui para uma compreensão mais plural e diversificada da história cultural, política e social de Goa, reforçando a necessidade de integrar perspectivas locais e múltiplas camadas de interação nos estudos sobre o colonialismo português. A articulação entre o conceito de *Cronística da Expansão* e a análise das obras de Castanheda e Correia permitiu evidenciar como as crónicas funcionam simultaneamente como instrumentos de legitimação do poder régio e como espaços de registo – ainda que filtrado – de experiências, tensões e conflitos que escapam à retórica oficial.

Reconhece-se, contudo, que as fontes primárias analisadas apresentam limitações decorrentes do seu viés eurocêntrico, da posição social e cultural dos cronistas e das intenções que orientaram a escrita das obras. A publicação tardia das *Lendas da Índia* de Correia, as lacunas documentais sobre a receção imediata das suas narrativas e a dependência de Castanheda de fontes formais traduzem-se em silêncios, assimetrias e omissões que impedem o acesso integral às experiências das populações nativas. Acresce a escassez de representações iconográficas coevas detalhadas, com exceção de alguns apontamentos visuais incluídos por Correia, o que dificulta a reconstituição visual precisa das transformações urbanas, arquitetónicas e culturais de Goa.

Ainda assim, ao confrontar as narrativas de ambos os cronistas com a bibliografia historiográfica e crítica recente, este trabalho mostrou que é possível ler essas crónicas “contra a corrente” do seu programa laudatório, identificando nelas sinais de conflito, zonas de negociação, marcas de resistência e indícios de discursos subalternos. Nesse sentido, a

dissertação contribui também para o esforço mais amplo de revisão crítica das fontes da expansão portuguesa, insistindo na importância de abordagens que cruzem análise literária, historiográfica e cultural, e que valorizem a dimensão comparativa como via para complexificar o conhecimento histórico.

6.3. Algumas pistas para pesquisas futuras.

Este trabalho reforça a importância de futuras investigações que ampliem a análise das narrativas sobre Goa no século XVI, integrando comparações com outros cronistas como João de Barros, Damião de Góis, Diogo do Couto ou Brás de Albuquerque, de modo a mapear continuidades e rupturas na representação do espaço oriental e da experiência imperial. Um alargamento do corpus permitiria perceber melhor em que medida as especificidades de Castanheda e Correia se inserem num modelo mais amplo de escrita da expansão ou, pelo contrário, o problematizam com estratégias narrativas próprias.

Além disso, pesquisas que incorporem de forma mais sistemática fontes visuais – mapas, plantas, vistas de cidades, iconografia religiosa e laica – poderiam enriquecer a reconstituição histórica e expandir os horizontes interpretativos sobre a Goa quinhentista. A articulação dessas fontes com documentação administrativa, epistolografia, relatos de viajantes de outras nacionalidades e documentação produzida por comunidades locais permitiria confrontar mais diretamente a imagem construída pelas crônicas com outras memórias e registos do mesmo espaço.

Análises transdisciplinares que combinem história cultural, estudos pós-coloniais, antropologia histórica e métodos arqueológicos podem também preencher lacunas deixadas pelas fontes textuais, oferecendo uma visão mais abrangente das múltiplas camadas históricas de Goa. Estudos centrados na história social das margens – mulheres, cristãos-novos, comunidades hindu e muçulmana, grupos mestiços – bem como na circulação de saberes, de práticas religiosas e de formas de sociabilidade, poderão aprofundar o modo como a experiência colonial foi vivida para além do horizonte restrito das elites políticas e militares retratadas nas crônicas.

Em última análise, a investigação conduzida nesta dissertação contribuiu para uma reavaliação crítica de dois dos cronistas mais relevantes do período da expansão

portuguesa, mostrando como as suas narrativas, mesmo marcadas por limitações e enviesamentos, continuam indispensáveis para compreender o impacto político, económico, social e cultural da colonização em Goa. Ao explorar as interseções entre memória histórica, narrativa oficial e práticas culturais locais, este trabalho não apenas resgata a importância das crónicas de Castanheda e Correia, como reforça o seu valor contínuo como fontes de reflexão sobre as dinâmicas complexas do colonialismo e sobre os desafios da convivência intercultural no passado, abrindo caminho a novas leituras e a novas perguntas para investigações futuras.

Bibliografia

- ALBUQUERQUE, L. de. (1990). Dúvidas e certezas na história dos descobrimentos portugueses (1a. ed., v. 1, 2. pt.). Vega. <https://cir.nii.ac.jp/crid/1130282269786895872>
- ALMEIDA ROCHA, S. M. M. C. d. (2011). Dinâmicas de Poder dos Intérpretes/Língua Portugueses na Ásia de João de Barros [Tese de mestrado, Universidade Aberta]. <https://core.ac.uk/download/pdf/303040626.pdf>
- ANJOS, C. D. (2016). A Cruz e o Império: a expansão portuguesa e a cristianização das bailadeiras e viúvas em Goa [Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro]. <https://rima.ufrrj.br/jspui/bitstream/20.500.14407/13947/3/2016%20%20Camila%20Domingos%20dos%20Anjos.pdf>
- AVELAR, A. P. (1997) - «*Fernão Lopes de Castanheda, Historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?*», Edições Cosmos.
- AVELAR, A. P. (2001) - «*Do discorrer da memória nas histórias da expansão*», "Discursos: língua, cultura e sociedade", nº3 (jun. 2001), p. 143-150. <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/4154/1/Ana%20Paula%20Avelar.pdf>
- AVELAR, A. P. (2002) - «*A ideia de Europa em quinhentos: construções de um espaço reinventado*», "Discursos: língua, cultura e sociedade", nº 4 (jun. 2002), p. 95-105.
- AVELAR, A. P. (2003)- «*Visões do Oriente: formas de sentir no Portugal de Quinhentos*», Edições Colibri.
- AVELAR, A. P. (2003) - «*Figurações da alteridade na cronística da Expansão*», Universidade Aberta, 2003.
- Avelar, A. P. (2012). Da representação do «Outro» no Códice Casanatense, ou como as representações visuais se aliam a uma cronística da Expansão. Anais de História de Além-Mar, XIII, 113-132. <https://doi.org/10.57759/aham2012.37156>
- AVELAR, A. P. (2013) – Na construção de uma mundialização/globalização: «Goa na Cronística da expansão» In: Goa: Passado e Presente / coord. Artur Teodoro de Matos, João Teles e Cunha. - Lisboa : Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, D.L. 2013. - p. 841-853.
- AVELAR, A. P. (2019) - «*A Cronística da Expansão e os ecos da religiosidade na representação narrativa das viagens marítimas*», Revista Lusitânia Sacra, 40 (julho – dezembro 2019). <https://doi.org/10.34632/lusitaniasacra.2019.9756>
- AVELAR, A. P. (2020); Rodrigues, Vitor Luís Gaspar - «*Os Portugueses e a Ásia Marítima-Trocas científicas, técnicas e Sócio-Culturais*».

- AVELAR, A.P. (2022) - «*Veredas da Modernidade – escrevendo o Mundo no Portugal de Quinhentos*», Edições Colibri.
- AVELAR, A. P. (2023). O Oriente na Cronística Portuguesa do Século XVI: Do Encontro e da Conquista. *Revista Portuguesa de História Militar - Gênese do Império Português do Oriente*, 5, 39–53. <https://doi.org/10.56092/OTCE9361>
- AXELROD, P., & Fuerch, M. A. (2008). Flight of the Deities: Hindu Resistance in Portuguese Goa. *Modern Asian Studies*, 30(2), 387-421.
<https://doi.org/10.1017/S0026749X00016516> (consultado em 10-03-2025)
- BARRETO, Luis Filipe e Garcia, José Manuel (1992) - «*Portugal na Abertura do Mundo*», Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses.
- BATISTA, Maria Manuela Pinto Soares (2014) - «*A emergência do discurso cronístico em Gaspar Correia e Diogo do Couto: indícios de um (des)governo português na Índia quinhentista*», Universidade Aberta.
- BIEDERMANN, Z. (2020). The Portuguese Estado da Índia (Empire in Asia). University College London Department of Spanish, Portuguese and Latin American Studies. <https://discovery.ucl.ac.uk/10118027/1/Biedermann%20ORE%20Estado%20da%20India%202020.pdf>
- BUESCU, Ana Isabel (2007) - «*Fernão Lopes de Castanheda e a Historiografia Portuguesa*», Universidade Aberta.
- CARVALHO, Maria João Loução de - «*Gaspar Correia e dois perfis de Governador: Lopo Soares de Albergaria e Diogo Lopes de Sequeira: em busca de uma causalidade*», Universidade Aberta, 2009
- CASIMIRO, T. M., & Borges, M. O. (2023). Life on Board Portuguese Ships in the 16th–18th Centuries: Theorizing Households through History and Archaeology. *Heritage*, 6(2), 2020–2037. <https://www.mdpi.com/2571-9408/6/2/109/pdf>
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de (1979) - «*História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*», Lello & Irmão – Editores.
- CORREIA, Gaspar (1979) - «*Lendas da Índia*», Lello & Irmão – Editores.
- COSTA, G. B. d., & Leite, I. P. (2024). Vasco da Gama e a Descoberta do Caminho Marítimo Para a Índia: nos 500 anos da sua morte. Faculdade de Letra da Universidade do Porto. Biblioteca Digital. <https://doi.org/10.21747/978-989-9193-11-6/vas> (consultado em 12-03-2025)
- CORTESÃO, Jaime (1984) - «*Teoria Geral dos Descobrimentos Portugueses*», Civilização.
- CORTESÃO, Jaime (1993) - «*Influência dos Descobrimentos Portugueses na História da Civilização*», Imprensa Nacional Casa da Moeda.

- CROWLEY, Roger (2016) – *Conquistadores: como Portugal criou o primeiro império global*, Lisboa, Editorial Presença.
- CRUZ, Maria Augusta Lima e Loureiro, Manuela (2019) - «*Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia e Diogo do Couto; Vivências e Contingências na modelação da escrita de uma História da Ásia e os seus atores*», Lisboa; Húmus.
- DE FARIA, P. S. (2014). Os franciscanos no Malabar: experiências missionárias e mediações culturais no sul da Índia (século xvi). *SÉMATA, Ciencias Sociais e Humanidades*, 26, 447-469.
<https://revistas.usc.gal/index.php/semata/article/view/2010/2338>
- FERREIRA, Maria Ema (1993) - «*Literatura dos Descobrimentos Portugueses e da Expansão Portuguesa*», 1993.
- FERNANDES, Isabel Maria Gonçalves (2011) - «*Gaspar Correia: história e cosmografia*», Universidade de Coimbra, 2011.
- FRANÇA, S. S. L. (2008). A representação do passado e a moral no século XV em Portugal. Departamento de História da Unesp/Franca.
<https://www.scielo.br/j/tem/a/Z3wnZSH5xNycYpDhfnh9Gsi/?format=pdf&lang=pt>
- GONÇALVES, M. C. (2024). A mulher no mar: a presença feminina a bordo na expansão marítima portuguesa [Dissertação de mestrado, Universidade de Évora].
https://dspace.uevora.pt/rdpc/bitstream/10174/37090/1/Mestrado-Historia_Social-Mariana_Caldeira_Goncalves-.pdf
- JIANG, B. (2016). Os Descobrimentos Portugueses e a China: Estudo das Relações Culturais [Tese de doutoramento, Universidade de Aveiro]. ProQuest Dissertations & Theses.
- LOBATO, M. (2013) - «*Mulheres alvas de bom parecer*»: políticas de mestiçagem nas comunidades luso-afro-asiáticas do Oceano Índico e Arquipélago Malaio (1510 – 1750)», Perspetivas – Portuguese Journal of Political Science and International Relations. n.º 10, June 2013(pgs. 89-113).
<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9260185>
- LOPES, Marília dos Santos (1982) – *Die portugiesischen Afrikakennntnisse in deutschen Schriften des 16. und 17. Jahrhunderts*. Dissertação de mestrado em História, Universität Bamberg.
- LOPES, Marília dos Santos (1992) – *Afrika: eine neue Welt in deutschen Schriften des 16. und 17. Jahrhunderts*. Tese de Doutoramento, Stuttgart: Franz Steiner Verlag.
- LOPES, N. M. de P. (2017). O sistema defensivo de Goa (1510-1660) Influência na composição do território contemporâneo (Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra). Universidade de Coimbra.
[https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/90646/2/O%20Sistema%20Defensivo%20de%](https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/90646/2/O%20Sistema%20Defensivo%20de%20Goa.pdf)

- MACHADO, Isabel Martins (2016) - «*Gaspar Correia: entre a memória e a história*», Universidade de Lisboa.
- MARTINHO, A. M. M. (2024). «*A Influência Portuguesa no Sudeste Asiático: Olhares Portugueses de Tomé Pires, Gaspar Correia e Fernão Mendes Pinto Sobre o Sudeste Asiático do Séc. XVI*» [Tese de Mestrado, Universidade Aberta (Portugal)]. ProQuest. <https://search.proquest.com/openview/bda11c4595b8d07ce5a6738cc9c64796/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y> (Consultado em 10-04-2025)
- MARTINS, Oliveira (1988) - «*Portugal nos mares*», Ulmeiro, 1988.
- MATEUS, Maria Helena e Correia, Margarita (1988) - «*Terminologia, questões teóricas, métodos e projetos - cursos da Arrábida*».
- MATHEW, K. S. (2017). «*Shipbuilding, navigation and the Portuguese in pre-modern India*» (1ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315101187> (consultado em 20-03-2025)
- NUNES, Carmen e Sardinha, Maria Leonor - «*O eco dos Descobrimentos na literatura portuguesa*», Replicação, 1990.
- NURANI, S. H. (2024). «*Decolonization in Goa: Past, Process, and Present. Community Change*», 6(1), 4–65. <https://doi.org/10.21061/cc.v6i1.a.65> (Consultado em 02-03-2025)
- OLIVEIRA, Aurélio de (1998) - «*A Viagem do Gama nas Crónicas do Reino*», Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PELÚCIA, Alexandra (2002) – «A história de Ormuz segundo Pedro Teixeira: uma perspetiva crítica». In THOMAZ, Luís Filipe F. R. (org.) – *Aquém e Além da Taprobana. Estudos luso-orientais à memória de Jean Aubin e Denys Lombard*. Lisboa: CHAM, p. 223-238.
- PELÚCIA, Alexandra (2011) – «Ormuz, uma ilha nas encruzilhadas políticas e económicas da Ásia marítima». *Anuário do Centro de Estudos de História do Atlântico*, 3, p. 698-705.
- PELÚCIA, Alexandra (1997) – «O curso português no Estreito de Meca, 1500-1550». *Vértice*, II série, 77 (março-abril), dossier «Portugal no Oriente – Cruzamento de Culturas», p. 5-10.
- PELÚCIA, Alexandra (2007) – «Funcionários administrativos do Estado da Índia na época de D. Manuel I: notas sobre os escrevães». In *O Reino, as Ilhas e o Mar Oceano. Estudos em Homenagem a Artur Teodoro de Matos*, vol. II. Lisboa–Ponta Delgada: Universidade dos Açores; CHAM, p. 657-667.

- PUGA, Rogério Miguel (2014). Imagologia e Mitos Nacionais [Dissertação, CETAPS]. [https://run.unl.pt/bitstream/10362/92676/1/Imagologia e Mitos Nacionais O Episodio .pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/92676/1/Imagologia_e_Mitos_Nacionais_O_Episodio.pdf)
- RODRIGUES, Vitor Luis Gaspar (1981) - «A Batalha Campal de Goa e a Tomada de Benastrim, 1512: a conquista de uma das chaves da Índia», Revista E – Estratégica, 4, 2020.
- SAUCEAU, Elaine - «Os Portugueses na Índia», *Civilização*.
- SERRÃO, Joel e Marques, A.H. de Oliveira (1995) - «Nova História da Expansão Portuguesa», Estampa.
- SOUSA, F. R. (2013). Cronistas no império português: uma análise comparativa das construções culturais. Universidade de Pernambuco. [http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364752170 ARQUIVO ARTIGO-ANPUH.pdf](http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1364752170_ARQUIVO_ARTIGO-ANPUH.pdf)
- SUBRAHMANYAM, S., & Thomaz, L. F. F. R. (1991). Evolution of Empire: The Portuguese in the Indian Ocean during the sixteenth century. In *The political economy of merchant empires: State power and world trade, 1350-1750* (pp. 298-331). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511665288.009> (Consultado em 12-04-2025)
- Teixeira, A. P. d. S. D. (2010). BAÇAIM E O SEU TERRITÓRIO: POLÍTICA E ECONOMIA (1534-1665) [Tese de doutoramento, Universidade Nova de Lisboa]. https://run.unl.pt/bitstream/10362/9389/1/tese_andreteixeira.pdf
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. (1983) – «Goa – une société luso-indienne». *Bulletin des Études Portugaises et Brésiliennes*, 42–43, p. 15-44. Versão inglesa: «Goa: A Luso-Indian Society», *Portugal Newsletter*, 4/9, Nova Deli, julho de 1997, p. 2-43.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. (2012) – «Muitas Goas, uma Goa». In MATOS, Artur Teodoro de; CUNHA, João Teles e (coord.) – *Goa – Passado e Presente*. Lisboa: CEPCEP/UCP; CHAM/UNL, p. 17-32.
- THOMAZ, Luís Filipe F. R. (2017) – «Amchi Bhas: o paradoxo linguístico de Goa». *Povos e Culturas*, 20, p. 145-214. Também publicado em inglês como «The Socio-Linguistic Paradox of Goa», *HSS – Humanities and Social Sciences Review*, 5/3, 2016.
- WASHBROOK, D. (1997). From Comparative Sociology to Global History: Britain and India in the Pre-History of Modernity. *Journal of the Economic and Social History of the Orient*, 40(4), 410–443. <https://doi.org/10.1163/1568520972601495> (consultado em 12-02-2025)

Fontes primárias

BARROS, João de (1988) – *Ásia... dos feitos que os portugueses fizeram em terras e mares do Oriente*, 4 vols., Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de (1979) – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, 2 vols., Porto, Lello & Irmão – Editores.

- CASTANHEDA, Fernão Lopes de (1551) – *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*.

Link: [Historia do descobrimento & conquista da India pelos Portugueses. Feyta per Fernão Lopez de Castanheda : Castanheda, Fernão Lopes de, d. 1559 : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#)

- CORREIA, Gaspar (1858) - [Lendas da India. Publicadas de ordem da Classe de sciencias moraes, politicas e bellas lettras da Academia real das sciencias de Lisboa e sob a dirrecção de Rodrigo José de Lima Felner : Corrêa, Gaspar, 16th cent : Free Download, Borrow, and Streaming : Internet Archive](#)

CORREIA, Gaspar (1979) – *Lendas da Índia*, 4 vols., Porto, Lello & Irmão – Editores.

Anexo I

Índice de quadros

Quadro 1.1 – Quadro comparativo entre as <i>Lendas da Índia</i> , a <i>Crónica de D. Manuel</i> e a <i>Crónica de João III</i> (por livro/temas).	35
Quadro 2.2 – Transcrições comprovativas do uso de uma linguagem direta e sem ornamentos literários na <i>História</i> de Castanheda	50
Quadro 3.2 – Transcrições ilustrativas de como o autor descreve Goa e a sua conquista.	52
Quadro 4.2 – Transcrições demonstrativas do envolvimento militar e do uso da habilidade diplomática na conquista de Goa.	53
Quadro 5.2 – Transcrições que descrevem transformações sociais e económicas em Goa na <i>História</i> de Castanheda.	56
Quadro 6.2 – Transcrições que descrevem uma política de alianças em Castanheda.	58
Quadro 7.2 – Referências ao uso e importância dos «Línguas» em Castanheda.	59
Quadro 8.2 – Referências à complexidade das interações religiosas em Castanheda.	60
Quadro 9.2 – Referências ao uso do sistema de cartazes como objetivo de controlo económico do comércio em Castanheda.	62
Quadro 10.2 – Referências à estratégia defensiva usada pelos portugueses na obra de Castanheda.	66
Quadro 11.2 – Referências à diplomacia militar como uma ferramenta estratégica na obra de Castanheda.	67
Quadro 12.2 – Referências à construção de igrejas e instituições religiosas como parte integrante da estratégia de ocupação portuguesa na obra de Castanheda.	69
Quadro 13.3 – Referências demonstrativas do estilo detalhado, dramático e multifacetado de Gaspar Correia.	70
Quadro 14.3 – Referências demonstrativas do estilo detalhado, cronológico e analítico de Gaspar Correia.	71
Quadro 15.3 – Referências demonstrativas das descrições de estratégias militares e fortificações realizadas por Gaspar Correia.	72

Quadro 16.3 – Referências demonstrativas de uma interpretação crítica e humanizada de figuras históricas (nomeadamente de Afonso de Albuquerque) realizada por Gaspar Correia.	74
Quadro 17.3 – Referências demonstrativas de uma abordagem linguística e culturalmente sensível por parte de Gaspar Correia.	75
Quadro 18.3 – Referências demonstrativas da adaptação dos Portugueses às condições locais e as técnicas navais avançadas e a navegação eficiente que estes usavam por Gaspar Correia.	77
Quadro 19.3 – Referências demonstrativas da descrição da tentativa de envenenamento de Afonso de Albuquerque nas <i>Lendas</i> de Gaspar Correia.	79
Quadro 20.3 – Referências demonstrativas da construção de fortalezas e uso dos recursos locais na edificação das mesmas nas <i>Lendas</i> de Gaspar Correia.	80
Quadro 21.3 – Referências demonstrativas dos conflitos económicos e controlo das rotas comerciais, assim como da exploração das populações nativas nas <i>Lendas</i> de Gaspar Correia.	81
Quadro 22.3 – Referências demonstrativas das críticas de Gaspar Correia às falhas existentes na administração, às rivalidades internas, às disputas do poder e às tensões que minavam a centralização administrativa.	82
Quadro 23.3 – Referências demonstrativas da existência de alianças com líderes locais como necessidade estratégica nas <i>Lendas</i> de Gaspar Correia.	83
Quadro 24.3 – Referências demonstrativas da importância do conhecimento nativo e das elites locais, assim como das pressões externas e a instabilidade política e das limitações das estratégias diplomáticas por parte dos Portugueses no governo da Índia nas <i>Lendas</i> de Gaspar Correia.	85
Quadro 25.3 – Referências demonstrativas da importância do papel desempenhado pelos <i>Línguas</i> na Índia na obra de Gaspar Correia.	87
Quadro 26.3 – Referências demonstrativas da importância desempenhada por elementos da igreja (frades franciscanos) nas relações com as populações nativas na obra de Gaspar Correia.	89

Quadro 27.3 – Referências demonstrativas da descrição do uso de mão de obra escravizada, das condições precárias e abusos e das revoltas geradas nas populações nativas na obra de Gaspar Correia. **90**

Quadro 28.4 - Quadro comparativo das narrativas de Gaspar Correia e Fernão Lopes de Castanheda. **119**

Quadro de errata técnica e formal segundo as normas da Universidade Aberta

O presente quadro sistematiza correções de natureza exclusivamente técnica e formal, em conformidade com as normas de apresentação de trabalhos académicos da Universidade Aberta, sem alteração do conteúdo científico da dissertação.

Secção / elemento	Onde se lê	Deve ler-se / deve fazer-se segundo as normas UAb	Página
Capa e folha de rosto	Pequenas variações de ordem ou grafia nos elementos de identificação institucional e académica.	Uniformizar de acordo com o modelo das Normas de Apresentação de Trabalhos Académicos da UAb: identificação da Universidade Aberta, título, nome do autor, tipo de trabalho, área científica, orientador(a), local e ano, na ordem prescrita.	1
Agradecimentos	Texto apresentado sem verificação integral do alinhamento formal com o restante trabalho.	Apresentar “Agradecimentos” como secção autónoma, com título e formatação coerentes com os restantes elementos pré-textuais.	2
Resumo em português	Apresentação suscetível de uniformização formal.	Rever a apresentação final do resumo, incluindo a forma de introdução das palavras-chave segundo padrão uniforme.	3

Abstract em inglês	Formatação e terminologia final não totalmente conformes.	Uniformizar a apresentação de “Keywords”, em paralelo com o resumo em português.	4
Numeração de capítulos e subcapítulos	Numeração e grafia dos títulos nem sempre totalmente homogêneas.	Uniformizar a estrutura hierárquica dos títulos e subtítulos em todo o trabalho.	5–6; 7–139
Paginação	Possível desfasamento entre a paginação indicada no índice e a paginação efetiva do documento.	Rever a paginação global e confirmar a correspondência entre índice e corpo do texto.	5–6; 7–148
Tipo e tamanho de letra	Eventuais variações de corpo, estilo ou espaçamento entre secções.	Uniformizar tipo de letra, tamanho, entrelinhamento e alinhamento segundo o padrão adotado no documento final.	1–148
Citações no texto	Formatação irregular de algumas citações longas e curtas.	Adequar a apresentação das citações ao modelo adotado no trabalho, distinguindo claramente citações integradas e citações destacadas.	9–139

Sistema de citação	Coexistência pontual de soluções formais distintas na referenciação intratextual e em nota.	Aplicar um único sistema de citação e referenciação de forma coerente em todo o documento.	9–139
Notas de rodapé	Uso não totalmente uniforme de abreviaturas como “Cf.”, “Ibidem” e “op. cit.”.	Normalizar o uso das abreviaturas e assegurar consistência bibliográfica nas notas.	9–139
Referências a documentos eletrônicos	Apresentação pouco homogênea de URLs e datas de consulta.	Uniformizar as referências eletrônicas segundo um único critério formal.	9–148
Bibliografia – ordem e estrutura	Entradas bibliográficas com pequenas diferenças de ordem, pontuação e disposição dos elementos.	Aplicar de forma rigorosa e uniforme o modelo bibliográfico adotado para todas as referências.	140–148
Bibliografia – coerência com o texto	Necessidade de confirmar a correspondência integral entre obras citadas e bibliografia final.	Verificar que todas as obras citadas no texto e nas notas constam da bibliografia e que não subsistem entradas não citadas.	140–148

Estrutura global	Possíveis pequenos desfasamentos na sequência formal dos elementos pré-textuais e pós-textuais.	A organização global do trabalho, nalgumas partes pode não estar segundo a sequência recomendada pela UAb.	1–148
------------------	---	--	-------